

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**“O ENSINO DE FILOSOFIA NO II GRAU: DO SEU AFASTAMENTO AO
MOVIMENTO PELA REINTRODUÇÃO
(O caso da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas - SEAF)”**

CELSO JOÃO CARMINATI

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	6
CONSIDERAÇÕES EM TORNO DOS ASPECTOS POLÍTICO ECONÔMICOS E EDUCACIONAIS DO REGIME MILITAR (1964-1985).....	6
1. A SOCIEDADE BRASILEIRA SOB O REGIME MILITAR.....	7
2. POLÍTICA DA FORÇA: O PODER DO EXECUTIVO	19
3. DESCAMINHOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AS REFORMAS.....	28
3.1 <i>O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GTRU Lei n° 5.540/68</i>	33
CAPÍTULO II.....	39
SOBRE O AFASTAMENTO DO ENSINO DE FILOSOFIA DO CURRÍCULO DE II GRAU.....	39
1. GOLPE MILITAR: A RUPTURA COM AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O AFASTAMENTO DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA DO II GRAU.....	40
2. O AFASTAMENTO DO ENSINO DE FILOSOFIA: DISCUTINDO ALGUMAS RAZÕES.....	52
3. CONSEQUÊNCIAS DO AFASTAMENTO DO ENSINO DE FILOSOFIA DO II GRAU.....	60
CAPÍTULO III.....	67
A SOCIEDADE DE ESTUDOS E ATIVIDADES FILOSÓFICOS - SEAF E A REINTRODUÇÃO DO ENSINO DE FILOSOFIA NO II GRAU.....	67
1. OS IDEAIS DE UMA SOCIEDADE DE FILOSOFIA	68
2. UMA VOZ VIGILANTE! PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE.....	75
3. O COMPROMISSO COM UMA FILOSOFIA CRÍTICA E A FORÇA DOS NÚCLEOS REGIONAIS.....	87
4. NOVOS DESAFIOS: INSERÇÃO NA REALIDADE DO II GRAU.....	108
5. A SEAF E A NOVA REALIDADE POLÍTICO-CULTURAL.....	120
CAPÍTULO IV	133
SOBRE A PRESENÇA DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA NO II GRAU.....	133
1. APRECIÇÃO GERAL SOBRE O MOVIMENTO DA SEAF.....	134
2. PONTOS DE VISTA EM TORNO DO SENTIDO DA FILOSOFIA COMO DISCIPLINA NOS CURRÍCULOS DE II GRAU.....	140
3. A “NOVA” LDB E O ENSINO DE FILOSOFIA.....	144
4. POR QUE FILOSOFIA NO II GRAU?!.....	147
5. APONTANDO ALGUMAS PERSPECTIVAS.....	152
5.1. <i>A ensinabilidade da filosofia</i>	155
5.2. <i>Que filosofia devemos ter no II grau?</i>	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170

INTRODUÇÃO

O período do regime militar brasileiro se constituiu por profundas mudanças na sociedade. O projeto de capitalismo implantado esteve articulado às tendências e transformações ocidentais e a educação brasileira não fugiu à regra. Neste sentido, a política educacional foi dirigida por uma verdadeira avalanche de leis e decretos que contribuíram como sustentáculos do projeto de desenvolvimento adotado. Naquele período, o governo militar brasileiro introduziu diversas medidas econômicas, políticas e educacionais, visando ampliar o modelo de desenvolvimento capitalista, que se utilizou da ideologia de segurança nacional, como um dos seus pilares de sustentação.

No que tange a questão educacional, realizou-se uma readequação das universidades e escolas de I e II graus ao projeto capitalista internacional. E decorrente disto, a introdução dos cursos profissionalizantes nas escolas de II grau, através da lei 5692/71, privilegiando entre outros objetivos, a formação imediata de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Neste contexto o ensino de filosofia no II grau, foi afastado dos currículos escolares. Decorrente dessa atitude, diversos intelectuais se mobilizaram, no sentido de questionar as medidas governistas, reivindicando a reintrodução da filosofia ao II grau.

E, neste contexto foi fundada a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas - SEAF, como uma entidade preocupada e voltada para os problemas da filosofia no Brasil, sobretudo, o ensino de II grau.

Por isso, fizemos um esforço no sentido de compreender o conjunto de políticas sociais do regime militar, cujo contexto se deu o afastamento do ensino de filosofia do II grau, cuja preocupação aponta para compreendermos o processo de afastamento da filosofia durante o regime militar.

Assim, foi na universalidade destas "práxis" sociais, que fizemos um recorte histórico para compreender a particularidade e a singularidade do objeto que nos move nesta pesquisa, ou seja: compreender o projeto educacional do governo militar e sua articulação com a prática capitalista daquele momento e, nele, os diversos problemas decorrentes do afastamento da disciplina de filosofia e o movimento da SEAF pela sua reintrodução no II grau.

Em síntese, nosso objetivo não é tanto formular um novo projeto de ensino de filosofia para o II grau, mas a partir do processo de correlação de forças - afastamento e reintrodução - mostrar como se deu o movimento da educação no Brasil.

Como foi a reconstrução histórica da SEAF?

Gostaria de registrar de início, que, dado o caráter itinerante da sede nacional da SEAF, muitos documentos, artigos, textos, revistas e boletins ficaram com as pessoas, ou em instituições onde elas trabalhavam. As dificuldades que tivemos na localização dos dados e fontes, em vários momentos, imprescindíveis para o trabalho, prejudicou muito nossa investigação e análise, principalmente por se tratar de fontes primárias.

Através do levantamento realizado em revistas especializadas, tais como: *Reflexão, Discurso, Presença Filosófica, Civilização Brasileira, Cadernos de Pesquisa, Educação e Filosofia, Revista Brasileira de Filosofia, Educação e*

Sociedade, Criterium; revistas, boletins e publicações da SEAF, de jornais, como: *Zero Hora, Correio do Povo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo* e outros, foi possível juntar os fragmentos e reconstruir um texto razoável sobre a trajetória da SEAF. Parte do material, tanto sobre o regime militar quanto sobre a SEAF, me foram repassados pelo orientador e pela co-orientadora, os quais possibilitaram maior precisão nos dados coletados. Além disso, realizamos uma incansável busca de fontes, através do serviço de Comutação da UFSC - Comut.

Para reunir os conteúdos necessários à este trabalho, estivemos pesquisando na secretaria da Universidade Santa Úrsula - USU, onde se encontram parte dos documentos da SEAF. Além disso, entrevistamos todos os ex - presidentes da entidade nacional, alguns ex - membros de sua diretoria e alguns atuais membros, para que pudéssemos reconstruir a sua trajetória.

O que é a história quando se reconstitui alguma coisa?

Ao realizarmos uma pesquisa histórica, muitas perguntas são postas, porém somente algumas delas são apropriadas. O entendimento de história passa a adquirir novo significado, sobretudo, quando coisas ditas passadas se relevam como presentes, estabelecendo assim, relações desafiadoras para o pesquisador. Segundo (Moraes, 1994:10), “nunca é demais lembrar a extraordinária vitalidade que as fontes possuem: são vozes do passado afirmando e trazendo à luz suas mensagens, possibilitando o seu conhecimento”.

Assim, seguramente, não dá mais para pensar que a história seja alguma coisa que só é histórica, onde se consegue encaixar tudo e dar uma grande lógica. Ela é invenção, reconstrução e recriação.

Segundo Assmann “o pesquisador não pode se achar dasalzado por não conseguir criar e organizar tudo de forma lógica, integral. Claro que se tem alguns elementos de uma construção histórica, que tem uma lógica interna. Mas, ao mesmo tempo, não se pode deixar de assinalar que há coisas que não se enquadram nessa lógica, e que nem por isso deixam de ter a sua importância, as vezes como questões individuais, como movimento de algumas pessoas, que mais tarde encontram solidariedade, que criam consensos” (trecho da discussão sobre o terceiro capítulo - fevereiro de 1997).

Sobre os capítulos deste trabalho

No primeiro capítulo, tomamos o entendimento de educação enquanto prática social, o que estabelece de início uma correlação entre as forças sociais do período em estudo, de um lado, e de outro o regime militar.

Foi no conjunto das práticas sociais organizadas durante o regime militar, que a política educacional passou a adquirir sentido. E, é sobre ela que nós vamos discutir, uma vez que a mesma está articulada a prática capitalista daquele momento, com todas as suas contradições, sua temporalidade.

Além disso, procuraremos identificar o papel da educação, da escola em particular, na dinâmica de formação de uma nova estrutura organizacional e normativa para a expressão do poder do estado capitalista no processo de desenvolvimento econômico a partir do golpe militar de 1964.

No segundo capítulo discutiremos algumas razões que levaram ao afastamento da disciplina de filosofia do currículo das escolas de II grau, bem como, as conseqüências decorrentes dessa ação.

No terceiro capítulo, apontaremos, como diversos eventos marcaram, no período, o esforço de pessoas e entidades na organização do movimento pela reintrodução da filosofia ao currículo secundário. Nosso enfoque específico, porém, será sobre a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas - SEAF, sobretudo, suas preocupações em torno do ensino de filosofia no II grau. Neste capítulo, utilizaremos as entrevistas realizadas com alguns atores da SEAF, para que possamos melhor compreender a sua trajetória, assim como o movimento e as demais iniciativas pela reintrodução da filosofia ao II grau. Além disso, analisamos nesse contexto, a primeira experiência de reintrodução da filosofia ao II grau em colégios do Rio de Janeiro.

No quarto e último capítulo, analisaremos a trajetória da SEAF e discutiremos o sentido da presença da disciplina filosofia nos currículos escolares de II grau.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DOS ASPECTOS POLÍTICO ECONÔMICOS E EDUCACIONAIS DO REGIME MILITAR (1964-1985)

1. A SOCIEDADE BRASILEIRA SOB O REGIME MILITAR

O Estado populista do início dos anos 60¹ representou uma aliança instável entre parcelas do empresariado nacional, desejoso de aprofundar o processo de industrialização capitalista, e setores da população², desejosos de ter acesso aos bens de consumo. Tal período caracterizou-se pela aceleração e diversificação do processo de substituição de importações³, iniciado na década de 30.

A política populista, sustentada já em épocas anteriores, teve o seu momento mais importante no governo de Getúlio Vargas⁴ nas décadas de 30 e 40. A partir do início da década de 60, porém, a política populista enfrentou sérios problemas. Por um lado, a inflação agravou a crise econômica nacional, provocando a queda da taxa de lucros, reduzindo os investimentos do capital externo e, de outro, provocou uma crise política, em que o Estado passou a ser pressionado pelas classes dominantes, por não garantir as condições necessárias à sua reprodução e dominação.

¹ Ludovico Incisa (1993:980) define como populistas “as fórmulas políticas, cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes.” Elas são também, o recurso natural de uma sociedade em crise, dividida entre o setor tradicional e o setor moderno, cuja ideologia é uma tentativa de síntese entre esses setores antagônicos. Esta foi a política dos governos de Jânio Quadros e João Goulart no início da década de 60.

² Setores compostos por profissionais liberais, industriais e empresários de classe média, a burguesia nacional e civis e militares descontentes com o direcionamento das políticas de desenvolvimento nacionalista adotadas a partir de 1961.

³ De acordo com Bárbara Freitag, a substituição de importações foi fortemente defendida pela burguesia internacional, porque trazia vantagens para a instalação de indústrias de capital estrangeiro no Brasil, uma vez que os bens de consumo passariam a ser produzidos internamente, expandindo o mercado interno. Mas, aos poucos, verificou-se uma alteração nesse processo, pois os equipamentos passaram a ser importados, a fim de atenderem aos padrões de consumo da elite brasileira (Freitag, 1980: 54).

De fato, amplos setores da sociedade, como profissionais liberais, classe média e Forças Armadas, começaram a viver um processo de instabilidade econômica e política, como decorrência desse processo e por sua exclusão dos organismos decisórios do Estado, que naquele momento não representavam mais os seus interesses.

Foi nos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961 a 1964), que as divergências entre as classes com o poder econômico monopolista e as tendências do poder político de uma democracia burguesa de base populista se tornaram mais acirradas. Parcelas da burguesia nacional passaram a associar-se aos propósitos do capital internacional, divergindo, então, dos princípios de desenvolvimento defendidos por Jânio Quadros e João Goulart. Isso ocorreu, sobretudo, no governo de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.

Paralelamente, se intensificaram as mobilizações populares em favor de um projeto de desenvolvimento nacionalista e de reformas na estrutura da sociedade brasileira, agravando os conflitos entre Estado e sociedade e, também, a condição hegemônica⁵ de direção política do Estado. Diversos setores da sociedade se

⁴ Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930. Em 1937, implantou o Estado Novo com traços ditatoriais.

⁵ A designação hegemonia é aqui tratada no sentido gramsciano para referenciar as relações entre as classes sociais e os partidos políticos, representações dessas mesmas classes. Gramsci afirma que, quando uma crise do Estado é orgânica, tem por conteúdo uma crise de hegemonia, sendo, na realidade, uma ruptura na capacidade dos grupos dominantes de se tornarem e se manterem dirigentes. A hegemonia é mantida, segundo Gramsci, pela articulação entre os diversos aspectos econômicos e políticos. Segundo Mirian L. Cardoso (1978:73) “ a novidade na concepção gramsciana de hegemonia é distinguir os dois modos pelos quais ela se manifesta: um, pelo domínio; outro, pela direção intelectual e moral. Um grupo social *domina* quando liquida ou submete o grupo adversário; *dirige* quando se põe à frente dos grupos afins ou aliados. O domínio supõe o acesso ao poder e o uso da força, compreendendo a função coercitiva; a direção intelectual e moral se faz através de persuasão, promove a adesão por meios ideológicos, constituindo a função propriamente hegemônica”.

organizaram e participaram ativamente dessas mobilizações que eram realizadas em favor das reformas de base.

Nesse contexto ocorriam as campanhas e movimentos de educação e cultura popular⁶, reivindicações pelo aumento do número de vagas nos cursos universitários, cresciam as organizações sindicais, surgiam as ligas camponesas, os sindicatos rurais e outros. A nível externo, porém,

a revolução socialista de Cuba afetou o poder e o prestígio dos Estados Unidos no Continente e concorreu decisivamente para o desenvolvimento de uma ofensiva anticomunista na América Latina, que fez ressurgir os valores da Guerra Fria. Na verdade, a experiência cubana fascinou os oprimidos de vários países e os Estados Unidos empenharam-se em evitar o surgimento de algo semelhante em outro ponto das Américas. (Germano, 1993: 50)

Diante desse quadro, as forças reacionárias civis e militares, ligadas ao capital internacional, se adiantaram e realizaram o golpe militar de 31 de março de 1964, o que representou, naquele momento, uma reação ao quadro de crise de hegemonia e retomada da direção conservadora do Estado brasileiro.

Embora se afirme que a intervenção das Forças Armadas⁷ teria sido uma contestação à dominação burguesa que se mostrava incapaz de preservar as relações entre o capitalismo nacional e o sistema capitalista de internacionalização das nações, na realidade, o golpe militar representou a restauração da própria dominação burguesa.

⁶ A este respeito, ver, entre outros, Carlos R. Brandão. *A Educação como Cultura*. São Paulo: Braziliense, 1985.

⁷ A esse respeito ver Nilson Borges Filho. *Sobre o Sagrado e o Profano. Civis e militares na política brasileira*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

Confirmou-se, uma vez mais, a política liberal e conservadora⁸, uma prática constante na história do país que, dessa vez, se efetivou mediante um golpe de Estado. A tomada do Estado pelos militares significou, portanto, a continuidade do projeto burguês de sociedade. Nesse sentido, “todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração das soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas”. (Ianni, 1984: 11)

O golpe militar em nome da democracia, na avaliação dos golpistas, não deveria ter um caráter autoritário e duradouro. Não foi o que aconteceu. Logo após 1968, com a decretação do AI-5, o Estado se caracterizou por um elevado grau de violência e autoritarismo, calando intelectuais, políticos, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições dos trabalhadores, de estudantes e do setor popular⁹, valendo-se de todos os meios necessários para obtenção de informações, inclusive a tortura¹⁰.

Durante o período em que os militares estiveram no poder, se consolidou na sociedade brasileira um projeto de desenvolvimento econômico, assentado num tipo de capitalismo subsidiado pelo Estado e associado ao capital financeiro internacional, que passou a impulsionar e favorecer a acumulação monopolista. O governo usou as

⁸ Segundo Emília Viotti da Costa, “no século 19 os grupos hegemônicos exporam um liberalismo fundamentalmente elitista e conservador ao mesmo tempo que defendem a prática do favor”. (In *Folhetim*, n. 423, São Paulo, 24/02/85, p. 7.

⁹ Para saber mais sobre como a sociedade civil se organizou e reagiu à política do governo militar no período de 1970 - 80, ler Eder Sader. *Quando Novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

¹⁰ Para saber mais sobre as resistências ao regime militar em Santa Catarina, ver a dissertação de mestrado de Áurea Oliveira Silva, *Aprender a calar e aprender a resistir. A pedagogia do Silêncio em Santa Catarina*. Florianópolis: CED/ UFSC, 1993.

instituições públicas e a sociedade de forma geral para dar sustentação ao seu projeto¹¹. Assim ocorreram as reformas educacionais¹², as políticas de habitação¹³, de segurança nacional, ¹⁴estando todas, em pleno acordo com as propostas do projeto econômico adotado. Nesse sentido, eis o que afirma Simon:

É essa acomodação da base econômica que vai exigir a reorganização da sociedade política e da sociedade civil. No primeiro caso, os militares ocupam o Estado sob a égide da Segurança Nacional dando início a um novo modelo político que ficaria assentado no tripé: burguesia local, multinacionais e tecnoburocracia estatal. (Simon, 1986: 16)

De fato, o projeto de desenvolvimento econômico do regime militar esteve profundamente articulado com o princípio da segurança nacional, que norteou as medidas governamentais e, sobretudo, a criação de um aparato repressivo para garantir a manutenção da ordem e a segurança do Estado ¹⁵. Esta articulação foi caracterizada por Evans (1979) como uma “tríplice aliança”. Segundo o autor, porém, o resultado não é monolítico.

¹¹ Para saber mais de como se deu a inserção de Santa Catarina no projeto nacional desenvolvimentista, ver Glády Mary Teive Auras. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: CED/UFSC, 1993.

¹² As reformas educacionais serão discutidas a partir da segunda parte deste capítulo.

¹³ Como não é nosso objetivo, neste trabalho, realizar um estudo sobre o conjunto de políticas sociais do regime militar brasileiro e, neste caso específico, sobre as políticas de habitação, sugerimos a leitura de Vieira (1987: pp. 222 a 227) para compreender melhor essas medidas.

¹⁴ Sobre a questão da Segurança Nacional, ver Joseph Comblin, *Ideologia da Segurança Nacional*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹⁵ Segundo Evaldo Vieira (1985:35) “O movimento de 1964 construiu vasto esquema de combate à sua oposição, tanto desarmada, quanto armada. Este esquema se compunha de uma rede de informação política, de órgãos voltados para ações especificamente repressivas, e de grupos de controle político no interior da próprias Forças Armadas. A informação política realiza-se sobretudo pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), [criado logo no princípio do governo de Castelo Branco] inspirado pelo general Golbery do Couto e Silva e regulamentado por Decreto-Lei de junho de 1964. O tal Serviço Nacional de Informações se liga diretamente ao Poder Executivo, de modo especial ao Conselho de Segurança Nacional. Embora com certa autonomia,

Cada um dos associados chega à industrialização com forças diferentes, e seus interesses variam de acordo com isso. Em qualquer economia há diferenças entre setores da indústria. Além disso, as metas variam entre os ramos do aparato estatal. Além e acima das diferenças, porém, está o consenso de que todos os membros da aliança se beneficiarão com a acumulação do capital industrial dentro do Brasil. (Evans, 1979:27)

O consenso entre capital estrangeiro e capital nacional brasileiro em torno do processo de acumulação explica parte dos resultados positivos da industrialização no Brasil. Este mesmo processo, porém, deixou várias contradições entre o crescimento realizado por essas multinacionais e sua contribuição ou resultados benéficos para o desenvolvimento capitalista de países da periferia. E também não se pode esquecer que do ponto de vista econômico, o período após 1964 privilegiou preferencialmente as empresas multinacionais. Como decorrência da abertura ao capital externo, observa-se que o projeto de desenvolvimento colocado em prática durante o regime militar¹⁶, gerou uma grande crise no setor produtivo e no mercado interno. Conforme Vieira, o regime militar

atacou cruelmente a empresa nacional, pois o número de falências e concordatas subiu neste ano e nos seguintes. Verifique-se que, após 1962, a quantidade de falências e concordatas requeridas na Guanabara (Rio de Janeiro) começou a cair, havendo 226 falências e 43 concordatas, em 1963. Em 1965, no entanto, na própria Guanabara, as falências e concordatas cresceram bastante, passando respectivamente para 324 e 76. (Vieira, 1985: 29)

e relacionados com o Serviço Nacional de Informações, cada setor das Forças Armadas também analisa informes de seu interesse”.

¹⁶ O projeto de desenvolvimento adotado pelos militares no Brasil, (através da abertura ao capital estrangeiro) assume feições distintas em relação aos períodos anteriores, sobretudo em relação ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-60). Segundo ele, “ nossa ‘libertação econômica’ será **produzirmos aqui mesmo** aquilo que a expansão econômica requer, [sobretudo com a expansão industrial]”. Para saber mais, ver Mirian L. Cardoso (1978: 94).

Durante o mandato do primeiro presidente militar - o Marechal Castelo Branco - foram tomadas algumas medidas para facilitar os investimentos externos¹⁷, pois, segundo Castelo e os presidentes que o sucederam, o objetivo maior do regime militar era o de acelerar o processo de desenvolvimento do Brasil. Por conseguinte, o desenvolvimento almejado estava associado à necessidade de uma “paz social” que deveria reinar internamente, garantida por um modelo de segurança que protegesse os investimentos do capital internacional.

A instituição escolhida para organizar essa integração entre desenvolvimento e segurança, foi a Escola Superior de Guerra - ESG¹⁸ - que formou quadros civis e militares para desempenhar funções executivas e conselheiras. Sua política de segurança nacional passou a ser adotada como estratégia de atuação do regime militar brasileiro.

Ilustrativo a esse respeito, foi o discurso de Castelo Branco na abertura do ano letivo da Escola Superior de Guerra, em 1967, o qual foi adotado como princípio pelos demais militares que o sucederam:

A inter-relação entre o desenvolvimento e a segurança faz com que, por um lado, o nível de segurança seja condicionado pela taxa e o potencial de crescimento econômico e, por outro lado, o desenvolvimento econômico não possa se efetuar sem um mínimo de segurança. (Comblin, apud Silveira, 1991:44)

¹⁷Dentre eles, pode-se citar o amplo apoio e incentivos fiscais para as empresas multinacionais interessadas em investirem na produção nacional.

¹⁸ Conforme Germano (1993:54) “A Escola Superior de Guerra constitui um aparelho ideológico no interior da Forças Armadas, destinado à formação de elites ‘civis e militares’, oficialmente criada por decreto do presidente Eurico Dutra em 22-10-48. Transformado em lei pelo Congresso em 20-8-1949, há, no entanto, quem identifique as suas origens remotas em 1922, com a chamada revolta do Forte de Copacabana”.

Essa declaração do Marechal já sinalizava o processo em andamento que levaria ao uso abusivo das forças de repressão a partir de dezembro de 1968 (AI-5). Para garantir a segurança interna e manter o controle da sociedade, sob a égide da segurança nacional, o uso da força passou a proteger o Estado e a sociedade dos “agitadores”, que, segundo o discurso governamental, apostavam no terror e na subversão como instrumento de destruição da pátria. Nesse sentido, o conceito de segurança nacional passa a se referir não mais à defesa das fronteiras do país mas, sobretudo, aos “inimigos internos”, quais sejam, os participantes e ativistas de movimentos e organizações com caráter crítico ao regime militar¹⁹.

Representantes das classes média e burguesa brasileiras, civis e militares, não tiveram dúvidas em apoiar esse processo político nacional. O movimento golpista de 64 obteve, de fato, apoio expressivo de vários setores da sociedade, pois prometia restaurar a ordem interna e proteger o país do chamado bolsão comunista que avançava sobre a América Latina e estava se infiltrando na cúpula e nas demais dependências administrativas do governo.

O regime militar esteve voltado para criar, no imaginário da sociedade brasileira, um consenso em torno da importância das medidas tomadas a partir do golpe. Tratava-se

¹⁹ Com relação a isso, Vieira (1985:21) afirma que: “A repressão e a desmobilização, voltadas para o trabalhador brasileiro e para a empresa nacional, encontram sua outra face na repressão e desmobilização políticas. Por exemplo: o Ato Institucional nº 2, assinado em outubro de 1965 pelo presidente Castelo Branco, chegou apenas 24 dias depois das eleições para os governos estaduais. O Estado, inspirado na segurança nacional, não tolerou as eleições de Negrão de Lima, na Guanabara (Rio de Janeiro), e de Israel Pinheiro, em Minas Gerais. Ambos demonstravam a força eleitoral de Juscelino Kubitschek, apesar de ele ter sido punido e afastado da vida política pelo Movimento de 1964. [Através do AI-2 o Executivo, dentre muitas ações] promovia modificações na representação política, extinguindo todos os partidos políticos do País. Os novos

de legitimá-lo, identificando-o com os interesses de tornar o Brasil um país que oferecesse condições viáveis de vida para todos. Todavia, ao longo de todos os governos do regime militar, confirmou-se um amplo desprezo pelas questões emergentes²⁰ dos setores excluídos da sociedade brasileira. Se, por um lado, mostravam-se preocupados em consolidar o golpe como algo necessário a fim de chegar às soluções dos problemas nacionais, por outro, muitos dos direitos dos trabalhadores foram extintos. A lei de greve, por exemplo, foi alterada como forma de controle sobre os trabalhadores; houve arrocho salarial, alteração de leis eleitorais, demissão de funcionários, dentre outros.

Mudanças trabalhistas, como a substituição da estabilidade do trabalhador pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, figuraram como valiosos presentes para os patrões, pois puderam aumentar a rotatividade da mão-de-obra, contratando empregados por salários sempre mais baixos. Nesse sentido,

Existia, pois, grande preocupação em demonstrar eficiência e desejo de servir. E isto de tal maneira, que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) era visto como um passo a mais na emancipação do trabalhador (...) as chamadas conquistas do trabalhador brasileiro estavam condicionadas pela continuidade do desenvolvimento. (Vieira, 1987: 198-9)

A década de 70 iniciou com o período conhecido como “milagre econômico” brasileiro, pois, para os militares, o projeto de desenvolvimento se realizaria, uma vez que o capital externo começara a investir no setor de produção dos bens duráveis, como automóveis, máquinas e equipamentos. Diante da crise política do período, era natural que o governo apresentasse resultados positivos do ponto de vista econômico,

partidos [Aliança Renovadora Nacional] - Arena e [Movimento Democrático Brasileiro] - MDB - tiveram de seguir as condições rígidas de um estatuto especialmente dedicado a eles”.

principalmente quando tais resultados eram considerados positivos frente à queda dos resultados da economia a nível internacional ²¹.

Os resultados do “milagre” foram atribuídos, basicamente, à mudança de orientação da política econômica (68-73), cujas bases estariam assentadas na abertura da economia ao capital externo, nos estímulos às exportações, na importação de bens de capital, na expansão do crédito ao consumidor e estímulo à poupança interna, via correção monetária. Na avaliação de Nóbrega, “a divulgação do suposto “milagre” só interessava ao regime militar, que queria passar a imagem de perfeição e capacidade, típica da tecnocracia”. (Nóbrega, 1995: 84)

O auge desse projeto econômico se deu durante os governos de Costa e Silva (1966 -1969) e Médici (1969-1974). Não por coincidência, foi também o período que testemunhou o auge da repressão dura e implacável, embora o governo Médici apresentasse a justiça social como princípio de seu mandato, encenando um jogo através do qual se fortaleceu no poder, buscando a confiança e o apoio da nação.

O discurso corrente na época, era o de que os dois principais inimigos a serem combatidos seriam: a inflação e a intervenção estatal na economia. No entanto, no período, o Estado ampliou sua ação empresarial, criando, segundo Germano (1993), entre 1966 e 1967, cerca de 210 empresas estatais a mais do que no período anterior,

²⁰ Reforma agrária, moradia, educação, direito de voto, direito de reunião, etc...

²¹ Para Vieira (1985:38) ... o governo Médici usou à vontade da propaganda política, destacando o crescimento do País. Desenvolvia nas mentes a imagem de grande potência, cujo retrato era o ‘Brasil Gigante’. De fato, entre 1968 e 1973, houve um período de crescimento industrial. O Produto Interno Bruto passou de 4,8%, em 1967, para 14%, em 1973. Mas, em seguida, o Produto Interno Bruto caiu para 9,8% em 1974, e para 5,6% em 1975. Ao mesmo tempo em que o Produto Interno Bruto se elevava, a taxa de inflação manteve-se, ao longo deste período, [em ligeira elevação].

chegando a um total de 571 empresas (abrangendo a esfera da União, Estados e Municípios) no ano de 1976. Mas, conforme a avaliação de Germano, essa ampliação da interferência do Estado na economia do país não significou a organização e a produção da economia de forma a contrariar os interesses privados. Ao contrário, o Estado concedeu verdadeiras doações ao setor privado sob forma de incentivos e subsídios fiscais e creditícios.

Desse modo, o aparelho estatal passou a ser “tomado” por diversos grupos privados, grandes empreiteiras, bancos, conglomerados industriais, que, articulados aos militares, tecnocratas e altos escalões governamentais, transformaram o aparelho estatal numa máquina a favor da acumulação do capital.

O período anunciado com sendo o do “milagre” pelos militares, significou na realidade, um período de aumento na concentração de renda. De acordo com Singer,

em 1960 a renda já era extremamente concentrada, uma vez que os 10% mais ricos se apropriavam de 39,6% da renda total, enquanto os 60% mais pobres recebiam apenas 24,9% da referida renda. Entre 1970 e 1972, a concentração se aguçou, pois a parcela da renda total dos 10% mais ricos subiu para 52,6%, enquanto a dos 60% mais pobres caiu para 16,8%. (Singer, 1986: 68-83, apud Germano, 1993:89)

As medidas econômicas introduzidas após 1964 aumentaram sensivelmente o produto interno bruto (principalmente no período anunciado oficialmente como milagre econômico), assim como aumentou também a concentração de renda e a dependência tecnológica. A crise mundial do petróleo, em 1973, agravou a situação dos países de periferia e levou o Brasil a um ajuste no balanço dos pagamentos das importações, uma vez que não possuía reservas cambiais para um equilíbrio no balanço dos pagamentos, situação que teve que ser enfrentada pelos governos posteriores.

Assim, o governo de Geisel (1974-1979), não podendo mais recorrer aos sucessos do “milagre” econômico e diante das dificuldades encontradas no setor da economia, procurou um novo tema para legitimar seu mandato, capaz de chamar a atenção da população. Colocou-se numa posição mais liberal em relação aos antecessores, pregando a teoria da distensão e a política de desenvolvimento integrado.

A ideologia da integração nacional defendia que a economia deveria se desenvolver juntamente com os aspectos sociais e políticos. Por isso o governo divulgou o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), referente ao período de 1975 a 1979, que ora defendia o desenvolvimento acelerado, ora defendia o controle gradativo da inflação e melhoria na distribuição de renda. Contrariamente ao discurso dos governos anteriores, que afirmava ter o Brasil chegado a um estágio de potência, através do “milagre” econômico, o governo Geisel foi obrigado a admitir em seus documentos oficiais a existência de “focos de pobreza absoluta”, conseqüência da má distribuição de renda²².

A situação agravou-se no governo de João Figueiredo (1979-1985), que pediu ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI), aumentando a dívida externa do Brasil. Segundo Vieira (1985), a dívida aumentou 3.400% em relação a 1956 (governo de Juscelino Kubitschek), indo de 2,5 bilhões de dólares para 90 bilhões de dólares. Nesse

²² Com referência à distribuição de renda, se faz necessário lembrar que, segundo Vieira (1987), em 1971 houve 37 conflitos no campo e 12 mortos, em 1975 registraram-se 127 conflitos com 19 mortos e em 1976 a administração Geisel assistiu a outros 126 conflitos, com 31 mortos. No mesmo período, as propriedades rurais de empresas multinacionais representavam 29,2% em todo o país. Ainda segundo o autor, de 1979 a 1983, os trabalhadores de até 3 salários mínimos perderam 11,2% do valor real; os trabalhadores de 3 a 10 salários mínimos receberam menos 35,6% e os trabalhadores de 10 a 20 salários ficaram sem 20% de seu salário real, enquanto que os que recebiam mais de 20 salários foram prejudicados em 40%.

mesmo período, houve um aumento acentuado dos índices de inflação, chegando em torno de 100% anual, de 1980 a 1983, e de 200% em 1984 e 1985. Isso provocou mudanças na economia brasileira, principalmente na política salarial, desencadeando um processo de aumento dos preços e do desemprego. Segundo dados do Dieese, em fevereiro de 1985, 40% da população economicamente ativa ganhava até um salário mínimo, que em 1984 valia 50% do seu equivalente em julho de 1940, quando foi instituído.

Pode-se concluir que as várias iniciativas do regime militar na economia brasileira tiveram por objetivo manter a orientação econômica com base no capital externo, racionalizando e ordenando a economia no sentido de favorecer o processo de acumulação e centralização do capital. E as mudanças desejadas e implantadas em governos anteriores se consolidaram com a ditadura, em detrimento do projeto nacional desenvolvimentista, amparado na política populista, o que não se fez sem ajuda de um Estado centralizador e arbitrário.

2. POLÍTICA DA FORÇA: O PODER DO EXECUTIVO

O período após 1964 foi marcado por fortes medidas, como os atos institucionais, os atos complementares, a lei de segurança nacional, dentre outros, que levaram a uma das mais enrustidas ditaduras latino-americanas do período. Dentre muitos atos, os golpistas atribuíram para si o poder de ditar normas, fazer as leis e reduzir o poder judiciário a um órgão regulamentador de suas decisões. Para isso, foi necessário modificar a Constituição na parte concernente aos poderes do Presidente da República.

Foram baixadas as primeiras medidas do AI-1 que entre diversas mudanças, deram ao Presidente da República o direito de modificar a Constituição mediante a introdução de emendas e a exclusividade de legislar no campo financeiro ou orçamentário. Foi também instituído o recurso do “decurso de prazo”: os projetos considerados urgentes pelo Executivo eram automaticamente aprovados se o Congresso Nacional não os apreciasse em 30 dias; foi suspenso o direito de imunidade parlamentar, com possibilidade de cassação de mandato; bem como, por dez anos eliminaram-se os direitos civis de todo cidadão envolvido com práticas consideradas subversivas e se instituiu o colégio eleitoral que ao final de cada mandato definia o próximo Presidente da República.

O governo fez várias tentativas para aprovação das emendas constitucionais e, com a resistência do Congresso Nacional, baixou o AI-2 que, além de manter as deliberações do decreto anterior, estabeleceu outras que ampliavam ainda mais os poderes do Executivo. Eis algumas dessas alterações, relativas à competência exclusiva do Presidente da República: decretar estado de sítio; baixar decretos-leis complementares; decretar o recesso do Congresso Nacional, bem como das casas legislativas estaduais e municipais; nomear os ministros do Supremo Tribunal Federal e extinguir partidos políticos.

As eleições de 1965 indicaram novas fontes de resistência ao regime militar. A oposição elegeu quatro dos onze governadores. Diante da perspectiva de este número ser ampliado nas eleições do ano seguinte, foi promulgado o AI-3, que instituiu a eleição

indireta dos governadores pelas respectivas assembleias legislativas e transformou o mandato de prefeitos em cargo de confiança dos governadores.

Enquanto isso, o governo preparava uma nova redação à Constituição de 1946, impedindo, porém, que fossem introduzidas emendas pelos deputados federais. Isto agravou o conflito com o Poder Legislativo e resultou na cassação de seis deputados federais e, em seguida, no fechamento do Congresso Nacional por um mês, ficando o Executivo à vontade para legislar.

Desse modo,

Estavam criadas, (...) as condições para formular a nova Constituição. Mas, para os militares e para a legitimação do regime dentro e fora do país, era muito importante que ela fosse ratificada pelo Congresso. Assim, o próprio Executivo, que fechara o Congresso Nacional através do Ato Complementar nº 23, através do AI-4, de 7-12-1966, reconvocou o Legislativo para discutir e ratificar a Constituição, o que ocorreria sob condições extremamente restritivas. (Germano, 1993: 62)

Nessa disputa, a oposição obteve poucas vitórias, mas conseguiu aprovar a introdução do direito ao *habeas-corpus*; não invasão de domicílio; direito de associação; direito à reunião e direito dos legisladores à imunidade parlamentar. O texto constitucional de 1967, porém, concentrou o poder de decisão nas mãos do Executivo, transformando o Conselho de Segurança Nacional na instância máxima de deliberação no interior do aparato estatal. No entanto, as conquistas da oposição tiveram pouca validade prática, diante das diretrizes e duras intervenções nos direitos civis dos brasileiros.

Para os movimentos reivindicatórios, essa situação representou um grande impulso nas suas organizações e mobilizações sociais. Diante desse quadro, durante os anos de 1967 e 1968²³, as manifestações sociais se intensificaram,

o movimento estudantil realizou grandes mobilizações contra o governo; o movimento sindical dos trabalhadores começou a sofrer um processo de renovação e de resistência à política econômica, culminando com as greves operárias de Contagem (MG) e Osasco (SP) em 1968; setores da Igreja Católica associaram-se à luta oposicionista; golpistas de primeira hora, como Carlos Lacerda - que em 1964 era governador da Guanabara - juntaram-se a políticos cassados pelo Regime, como Juscelino Kubitschek e o próprio João Goulart, e fundaram a Frente Ampla que objetivava aglutinar forças oposicionistas. (Germano, 1993: 65)

A cada dia, o projeto econômico e político implantado pelos militares demonstrava-se mais contraditório, e os interesses dominantes do capitalismo encontraram certa oposição. As inquietações²⁴ da sociedade civil repercutiram no Congresso Nacional e, no dia 13 de dezembro de 1968, o Governo Costa e Silva baixou o AI-5, confirmando a chamada “linha dura” nas diretrizes do governo e, assim, não permitindo que a sociedade avançasse nas suas reivindicações e conquistas.

Com o AI-5, o Estado de Segurança Nacional assumia sua forma mais acabada, atingindo um grau de autoritarismo e repressão sem nenhum controle civil. Ocorreram

²³ O ano de 1968 foi marcado a nível mundial por grandes protestos de estudantes e de diversos movimentos da sociedade civil contra o “imperialismo”, em defesa do Vietnã, etc... Sobre a realidade brasileira no ano de 1968, ver: Zuenir Ventura. *1968. O ano que não terminou*. Rio de Janeiro, 1988.

²⁴ Segundo Evaldo Vieira (1985): “Os grupos de oposição foram-se unindo precariamente, atuando em grandes manifestações e passeatas de protesto nos anos de 1967 e 1968. O movimento estudantil, a ação dos trabalhadores e a Frente Ampla irromperam em diversos lugares do País. Opunham-se ao governo, tanto nas ruas, nos comícios e nas passeatas, quanto no Congresso Nacional ..., registre-se também uma passeata no centro do Rio de Janeiro, reunindo cerca de cem mil pessoas. Os líderes oposicionistas nos sindicatos começaram uma luta para retomar os cargos

prisões arbitrárias, torturas e assassinatos²⁵. Foi instaurado o crime contra a Segurança Nacional, ficando os direitos individuais e coletivos basicamente extintos. Dessa vez, o Congresso Nacional ficou fechado por dez meses e foi instituída a censura à imprensa, à educação e à cultura. O Presidente da República centralizou em si o poder de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários federais, estaduais e municipais, demitir e remover juízes, além de suspender o direito de *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional.

De acordo com Vieira (1985:34), “a Lei de Segurança Nacional destruiu as liberdades públicas no Brasil, transformando-se em enérgico instrumento de repressão política. Atacando os direitos individuais, na prática avançou contra os direitos de reunião, de associação e da imprensa”.

Assim, segundo Germano (1993),

ao contrário dos Atos Institucionais anteriores, o AI-5 não teve a sua ação limitada no tempo; ele se tornou permanente, duradouro, como se fosse Dâmocles a pairar sobre os setores oposicionistas da sociedade civil. Em tal contexto, todas as pessoas foram transformadas em inimigos potenciais do estado. A “revolução”- ao contrário do que foi proclamado no AI-1 - atingia o ponto máximo de radicalização. (Germano, 1993: 66)

eletivos dos sindicatos, então ocupados por interventores do governo. Em várias cidades, o movimento sindical deflagrou greves, paralizando importantes indústrias”.

²⁵ Segundo Octavio Ianni, “toda brutalidade da dissociação entre o Governo e o povo, o Estado e o *cidadão*, a ditadura e o súdito, tudo isso estava cotidianamente realizado e recriado na repressão generalizada. A prisão, o sequestro, o sumiço, o assassinato político, junto com o arrocho salarial, a intervenção governamental nos sindicatos urbanos e rurais, a supressão das ligas camponesas, a manipulação do boato e o medo, como técnicas de poder, tudo isso configura uma realidade política fascista que se registra nas produções artísticas. Afinal, são muitos os mortos, assassinados e desaparecidos, os mortos sem sepultura: Olavo Hansen, José Porfírio, Manuel Fiel Filho, Santos Dias da Silva, Benedito Gonçalves, Orcílio Martins Gonçalves, Antônio Carlos Nogueira Cabral, Antônio Benetazzo, Rubens Paiva, Alexandre Vanucchi Leme, Wladimir Herzog, Osvaldo da Costa, entre muitos outros”. (Ianni, 1981:177)

Diante desse quadro, modificando a propaganda de “democracia e liberdade” prometidas durante o regime militar, Geisel (1974-79) substituiu a ideologia da segurança nacional pela ideologia de integração nacional. Esta foi uma das estratégias de sobrevivência do regime militar, que resistiu por mais seis anos após seu mandato. No entanto, a vigência do regime ditatorial foi ficando cada vez mais difícil, diante das reações da sociedade, que incessantemente lutava por reaver seus direitos cassados ao longo da ditadura.

Segundo Vieira (1987), Geisel falava em estilo de vida democrático, colocando os partidos políticos como veículos exclusivos de participação do povo no poder público. Diante da necessidade de obter apoio da população e manter uma certa estabilidade no poder, seu governo viu-se obrigado a adotar a teoria da distensão²⁶ e “abertura lenta e gradual” com o objetivo de aliviar as pressões da sociedade brasileira. Mesmo assim, manteve-se o AI-5, aprovou-se a Lei Falcão²⁷, que determinava a forma como os candidatos aos cargos eletivos deveriam aparecer para o público, baixaram-se o pacote de abril de 1977, fechando o Congresso Nacional, e uma série de medidas que visavam centralizar o poder nas mãos do Presidente²⁸.

²⁶ Segundo Evaldo Vieira (1987), o governo entendia a “distensão” como diminuição de pressão e seria feita em várias etapas, tais como a suspensão parcial da censura prévia, o estabelecimento de limites para o exercício dos direitos humanos, reformas eleitorais para melhorar o nível de representação política. A “distensão” estaria completa quando se revogasse o Ato Institucional nº 5.

²⁷ A Lei “Falcão”, foi uma homenagem ao famoso ministro da Justiça - Armando Falcão - pela qual os partidos políticos só exporiam, no rádio e na televisão, sua denominação, o número e o currículo dos candidatos, com uma fotografia em se tratando da televisão.

²⁸ Enquanto anunciava a “abertura lenta e gradual”, Geisel não diminuiu a pressão política sobre a sociedade e anunciou que o governo não limitaria seus poderes.

Enquanto isso, embora controlado pela lei Falcão que não permitia em épocas eleitorais debater ou criticar as medidas governamentais, o maior partido de oposição - Movimento Democrático Brasileiro - MDB - possibilitou para diversos segmentos sociais, um espaço de refúgio e oposição ao regime militar²⁹.

A abertura política, propagada pelo governo, veio acompanhada de pelo menos três medidas rígidas: a implantação do estado de sítio, as medidas de emergência e finalmente o estado de emergência, reproduzindo, de modo mais “soft”, os objetivos do AI-5. Com isso, Geisel cassou mandatos políticos de um senador, de sete deputados federais, de dois deputados estaduais e de dois vereadores.

A oposição institucional e da sociedade civil de forma geral somava-se a partidos políticos, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - à ordem dos Advogados do Brasil - OAB - à Associação Brasileira de Imprensa - ABI - a sindicatos, associações de moradores, movimentos populares, grupos de professores, profissionais liberais e a tantos outros que lutaram por estado de direito, democracia, liberdade, trabalho, moradia e justiça social.

Na seqüência dos mandatos militares, o de João Figueiredo (1979-1985) não trazia nada de original. Falava-se em distensão, mas a maioria das reformas políticas de

²⁹ O crescimento do MDB na sociedade brasileira era evidente nesse período. Uma análise comparativa entre a Arena e o MDB, feita por Vieira (1987), indica que “no Norte, a Arena caiu de 60% dos votos (em 1966) para 44,1% (em 1978), enquanto o MDB, como oposição tolerada, subiu de 18,8% (em 1966) para 30,4% dos votos (em 1978). Tal situação ocorreu também nas demais regiões. No Centro-Oeste, por exemplo, a Arena despencou de 54,0% dos votos (em 1966) para 46,2% (em 1978), enquanto o MDB avançou de 27,6% (em 1966) para 34,2 % dos votos (1978). No Sul, a Arena partiu com 55% dos votos (em 1966), descendo para 43% (em 1978), ao passo que o MDB se elevou de 30,2% (em 1966) para 40,8% dos votos (em 1978). [Isto se deu porque] (...) muitos setores da oposição vieram a dar apoio eleitoral ao MDB, partido oposicionista oficializado, utilizando-o como depositário dos votos de protesto”.

seu mandato teve sempre um caráter limitado. Mesmo com a revogação do AI-5 e a concessão da anistia, restrita a alguns casos, o executivo continuava monopolizando o poder, pois exercia forte controle sobre a sociedade. Aos que estavam no exílio, somente mais tarde foi concedido o direito de se lançarem candidatos.

Mas o relaxamento foi inevitável. A reforma partidária, por exemplo, trouxe como inovação a exigência de colocar-se a palavra “partido” em qualquer título de agremiação. No entanto, eram proibidos os partidos que se fundamentavam na fé religiosa, no racismo ou em sentimentos de classe social e os senadores biônicos³⁰ foram mantidos, pois os mesmos exerciam importantes funções a favor do governo no colégio eleitoral.

A resistência ao regime militar começava a aparecer na sociedade e tomar dimensão nacional. O movimento operário se reorganizou e fez várias greves em 1979. A reforma partidária possibilitou a ampliação do número de partidos, permitindo assim o reaparecimento de diversos deles que atuavam na clandestinidade. Nessa época, decorrente da organização social dos grupos oprimidos, principalmente das mobilizações do operariado brasileiro, nasceu o partido dos trabalhadores - PT- numa demonstração de organização independente e respaldada nos movimentos sociais populares. No ano de 1982, mediante processo eleitoral, o debate político voltou às ruas. Embora regidos pela lei Falcão, aconteceram debates na TV entre os candidatos a governador nos estados. As forças de esquerda elegeram a maior parte dos governadores, ficando o presidente Figueiredo e seus aliados em minoria nos cargos executivos da sociedade.

A fim de obter apoio no colégio eleitoral e eleger seu sucessor, o governo de Figueiredo injetou força no Partido Democrático Social - Esse partido oficial aprovou no Congresso a reforma eleitoral que, entre outros objetivos, proibia alianças para a escolha de candidatos aos governos dos estados, tendo sido os eleitores obrigados a votar em candidatos de um mesmo partido, para todos os cargos.

No entanto, o final das eleições de 1982 para governadores proclamou a vitória do governo em apenas dois estados tendo esse resultado possibilitado o fortalecimento de um novo quadro político nacional, embora, no Congresso Nacional, o governo tivesse maioria para aprovar seus projetos.

A partir daí, a atenção da população brasileira aos poucos foi se voltando para o possível substituto de João Figueiredo, cuja posse aconteceria em 15 de março de 1985. As várias manifestações públicas que se faziam ressoar no Congresso Nacional, aguardavam com confiança a aprovação da emenda Constitucional de eleições diretas para Presidente da República. Contudo, os anseios foram frustrados, pois a proposta foi rejeitada pelo Congresso, resultando na eleição de Tancredo Neves que veio a falecer em seguida, sem ter assumido a presidência, sendo empossado, ilegalmente, o vice-presidente José Sarney.

Pode-se concluir, que o declínio da ditadura se deu em decorrência dos conflitos entre as diferentes facções militares, pelo enfraquecimento da relação dessas facções com setores da classe burguesa, causado pela oposição que emergia na sociedade. A ascensão de Geisel, tido como um general mais flexível, também contribuiu para esse

³⁰ Ocupando um terço das vagas do Senado, este tipo de senador não era eleito por voto popular, e sim

processo, resultando em conflitos com os militares adeptos da “linha dura” e com a classe burguesa no poder, que começou a reivindicar maior acesso às tomadas de decisões do governo, bem como com os setores da sociedade que pediam o retorno do Estado de direito, denunciando torturas e a condição ditatorial do Estado.

Nesse período, a sociedade civil foi aos poucos se organizando. Instituições importantes se mobilizaram contra o regime militar e, diante da crise de legitimidade vivida pelo regime, o arco das forças anti-ditadura ampliou-se, colocando em jogo o projeto político introduzido a partir de 1964.

É importante registrar que esse foi um período da história brasileira que deixou feridas incuráveis. O abuso de poder, as prisões e acusações formais sem mandado de prisão, as torturas praticadas de forma geral, a anulação dos partidos e a Constituição autoritária de 1967 são marcas ainda vivas na memória brasileira³¹.

Será neste contexto que discutiremos as reformas educacionais, a reforma universitária - lei 5.540/68 e a reforma do ensino de I e II graus - lei 5.692/71.

3. DESCAMINHOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AS REFORMAS

As mudanças impostas pelo regime militar após 1964, tanto a nível econômico, quanto a nível político, exigiram a reformulação do sistema de ensino brasileiro, para atender às condições do projeto de desenvolvimento adotado.

por um colégio eleitoral.

³¹ Passados dez anos do final da ditadura (1985-97), mediante pressão dos movimentos organizados da sociedade, o Estado Brasileiro reconheceu no ano de 1996 a culpa pelos mortos, e desaparecidos durante o regime militar.

Houve nesse período, do ponto de vista da legislação, como nos lembra Freitag (1986: 80), uma verdadeira avalanche de leis, pareceres e decretos-lei: em 1964 a lei 4.464, conhecida como lei Suplicy de Lacerda, que proibiu a União Nacional dos Estudantes - UNE e a lei 4.440 que institucionalizou o salário educação (2/3 do salário-mínimo de cada trabalhador devia ser pago pelas empresas à Previdência Social)³²; a alteração Constitucional de 1967 fortaleceu o ensino particular, através da ajuda financeira do governo, inclusive concedendo bolsas de estudo; em 1968, a lei n. 5.540 da reforma universitária; a institucionalização do Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização em 1969³³; culminando com a reforma do ensino de I e II graus - lei 5.692/71, que institucionalizou o ensino profissionalizante e, entre outras medidas, afastou o ensino de Filosofia dos currículos de II grau.

Por intermédio do IPES³⁴, que após 1964 passou a dedicar-se às questões do ensino, técnicos do governo brasileiro, através do Ministério da Educação e Cultura - MEC e da United States Agency for International Development - USAID, constituíram uma comissão para celebrar um convênio de cooperação. A nomeação dessa comissão mista, entre americanos e brasileiros, foi uma resposta do governo às pressões sociais exercidas por estudantes, que reivindicavam reformas profundas nas universidades e no sistema de ensino em geral.

³² A este respeito ver, Vieira, 1987: 220 - 222, op. cit.

³³ Para saber mais, ver: Vanilda Paiva, 1973: 273.

³⁴ O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES, criado em 1962, reunia executivos de empresas multinacionais, empresários, profissionais liberais, altos funcionários do governo e membros da Escola Superior de Guerra. Seus participantes estavam preocupados em organizar reuniões, estudos e seminários para elaborar estratégias de atuação junto ao Estado, por outras palavras, preparar espaço para o desfecho do golpe de 64. Consolidado o golpe, os membros do IPES

Em menos de dois meses, o trabalho da comissão ficou pronto e, assim, o governo de Costa e Silva (1967-1969) nomeou um grupo de trabalho com a tarefa de, em um mês, apresentar um projeto de lei para solucionar a crise da universidade brasileira. Contudo, as reformas implantadas pelo governo visavam a um objetivo maior, que era a re-adequação das universidades e escolas de I e II graus ao modelo capitalista internacional.

A reforma do ensino de II grau ocorreu após as recomendações do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GTRU de 1968, numa tentativa de resolver a demanda do nível superior. Foram introduzidos os cursos profissionalizantes obrigatórios nas escolas de II grau através da lei 5.692/71, atrelando os objetivos da educação escolar à formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

O então Ministro da Educação, Coronel Jarbas Passarinho, questionado se a educação devia ser orientada para corresponder às necessidades dos indivíduos ou do Estado, proferiu a seguinte resposta:

Optou o governo pela resposta que, assegurando o inteiro respeito pelas vocações individuais, carresse, contudo, os meios existentes preferentemente para carreiras que mais convinham ao modelo econômico do Brasil. Ao invés dos 'excedentes profissionais', a agravar os mercados já saturados da espécie (sic), definíamo-nos pela prioridade da formação de profissionais de que o mercado estava ávido. (Passarinho, apud Assmann, 1979: 1)

Se, por um lado, a educação foi considerada pressuposto para o desenvolvimento, segundo depoimento do ministro da educação, por outro, implicava muito investimento financeiro. Não possuindo condições econômicas para tal ordem, o governo brasileiro

passaram a integrar a equipe do governo de Castelo Branco. O IPES foi também um forte

buscou auxílio junto às agências internacionais para cooperação financeira e técnica. Nesse sentido, os acordos firmados com a agência norte-americana para o desenvolvimento internacional - USAID, visavam, além de outros objetivos, à busca de recursos externos para serem investidos no setor.

Na prática, nem o modelo que modernizaria o sistema educacional brasileiro, nem as verbas externas foram suficientes para a implantação dos princípios contidos no plano de reforma do ensino. O que prevaleceu, foi a imposição de um modelo educacional, cuja estrutura já era considerada ultrapassada em outros países, permanecendo as escolas brasileiras com os mesmos problemas. Os cursos de profissionalização passaram a ser ministrados sem a mínima adequação à realidade vivida por empresas e setores do mercado e formaram-se muitos alunos que dificilmente seriam absorvidos pelo mercado de trabalho.

Com relação às disciplinas de ciências humanas, as mesmas passaram a ser consideradas insignificantes no currículo. A reformulação curricular dos programas teve por base os princípios da ideologia de segurança nacional e o projeto de desenvolvimento implementado pelos militares. Submissos a isso, os currículos passaram a ser constituídos por um núcleo comum obrigatório a nível nacional, tendo por base as disciplinas Educação Moral e Cívica - EMC, Organização Social e Política do Brasil - OSPB e outras que divulgavam e reproduziam a ideologia dominante. A retirada do caráter obrigatório da disciplina de Filosofia colocou-a numa condição de abandono e quase total extinção.

Assim, além da retirada das disciplinas de caráter humanístico, as mudanças no ensino médio visavam possibilitar ao Estado o desempenho de uma função contenedora através de alguns mecanismos de controle, tais como contenção da demanda ao ensino superior, formação profissional terminal. No ensino superior, dentre outros, a fragmentação do currículo acadêmico, através da adoção do sistema de créditos que, além de fragmentar o conhecimento, objetivou destruir a possibilidade da criação de amizade entre os “colegas de curso”, prejudicando assim qualquer organização dos estudantes, e a implantação das licenciaturas curtas, em detrimento da licenciatura plena.

As mudanças educacionais desse período são decorrentes de um projeto econômico-político com base no modelo de desenvolvimento atrelado ao capitalismo internacional e na doutrina de segurança nacional. Assim, pode-se caracterizar dois elementos importantes dessas mudanças: o primeiro diz respeito aos acordos MEC-USAID, cuja implantação se deu desde o golpe de 1964 até a decretação do AI-5 em 1968; o segundo compreende o período em que o governo implementou as medidas reformistas, tais como a universitária em 1968 e a do ensino de I e II graus em 1971.

O primeiro momento caracterizou-se por uma preocupação do governo em torno da expansão do sistema de ensino, com aumento rápido do número de alunos universitários, decorrente da demanda social por educação³⁵. No segundo momento, tiveram destaque as comissões de trabalho para estudos da reforma do sistema educacional. Pode-se destacar a Comissão Meira Matos, cujo relatório final reforça as propostas firmadas no acordo MEC-USAID, e o GTRU, resultando nas reformas do

ensino superior, estabelecidas pela lei 5.540/68 e, conseqüentemente, no ensino de I e II graus através da lei 5.692/71.

Desse modo, à semelhança do ensino superior, o ensino de I e II graus também foi direcionado por objetivos desenvolvimentistas. A introdução da profissionalização e o afastamento de disciplinas humanísticas, como é o caso da Filosofia, teve como princípio a destinação imediata da mão-de-obra para o mercado, contendo, com isso, a demanda por vagas no ensino superior. Nesse sentido, a expansão do sistema educacional foi pensada dentro de rígidos limites, pois não poderia comprometer a política econômica adotada pelo governo.

3.1 O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GTRU Lei nº 5.540/68

A reforma universitária foi assunto de gabinete, restrita a alguns técnicos do governo e às agências internacionais. A sociedade foi apenas chamada para acatar os resultados finais. E, além de o Estado não permitir a participação da sociedade civil, contribuiu para desmobilizar alguns segmentos desse campo, atuando através da repressão a professores e alunos indesejáveis ao regime militar e também mediante o controle político e ideológico do ensino.

Segundo Freitag (1980), no Brasil a reforma não demorou mais que dois meses, enquanto que as reformas no sistema de ensino da França e Alemanha Ocidental, ocorridas também por volta dos anos 60, demoraram pelo menos de 2 a 4 anos para elaborar uma lei educacional considerada aceitável por diversos segmentos da sociedade.

³⁵ A demanda social era composta na sua maioria por filhos da classe média que apoiara o golpe em 1964.

Destacaremos a seguir, de acordo com Chauí (1980), algumas propostas do governo para reformar a universidade:

A departamentalização: entre outras coisas, consistiu em reunir num mesmo departamento todas as disciplinas afins.

Ao lado das disciplinas obrigatórias, passou-se a oferecer disciplinas optativas, que caracterizariam o atendimento aos interesses individuais.

A implantação do curso básico: a justificativa para sua implantação foi o melhor aproveitamento da capacidade ociosa dos cursos que dão prejuízos ao Estado.

O vestibular passou a ser unificado por universidade e região, adquirindo um caráter classificatório, com vistas a preencher as vagas em cursos pouco procurados.

A universidade passou a oferecer cursos em nível de graduação - licenciatura curta, licenciatura plena, extensão, pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização.

Estas foram algumas das mudanças decorrentes da reforma universitária, efetuadas durante o regime militar. No entanto, nos perguntamos: por que o governo militar se inclinou a realizá-la? Autores como Cunha (1977) e Fernandes (1975) identificam dois motivos explícitos para que o Estado implementasse as reformas educacionais:

- a) de um lado, a pressão externa da USAID, exigindo que o país se modernizasse para atender ao projeto de desenvolvimento econômico, possibilitando que o Brasil expandisse a abertura do mercado ao capital externo;

b) de outro lado, as pressões internas realizadas pelo movimento estudantil em prol da modernização do sistema educacional e ampliação de vagas para o ensino superior.

Segundo Chauí (1980:39) “desvinculando educação e saber, a reforma da universidade revela que sua tarefa não é a da produção e transmissão da cultura (...), mas o treinamento dos indivíduos a fim de que sejam produtivos para quem for contratá-los”.

Foi nesse sentido que a reação conservadora decidiu tomar a liderança política e executar a reforma universitária.

3.2 A Reforma do Ensino de I e II Graus Lei nº 5.692/71

Os conteúdos dos acordos com a agência norte-americana, expressos no relatório Meira Matos, apresentavam a tese de profissionalização desde o ciclo ginásial, assim como no ensino secundário e superior. Porém, o GTRU se posicionou contrário à profissionalização precoce no I grau. No entanto, apesar de suas posições divergirem quanto ao papel do I grau, as alterações propostas pelos relatórios Meira Matos e pelo GTRU tinham como alvo comum o ensino médio, uma vez que este resolveria os problemas do ensino superior. Com base no princípio da preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, o governo acreditou ter resolvido o problema do ensino médio.

Mediante pressão da sociedade, a lei 5.692/71 ampliou o ensino obrigatório de I grau para oito anos de duração, destinado aos alunos entre 7 e 14 anos. O ensino de II grau com 3 ou 4 anos de duração, foi destinado à formação profissional. As alterações na estrutura do I e II graus provocaram a fusão do primário com o ginásio, tornando a passagem para o II grau uma consequência da aprovação no grau anterior.

Para o governo, o princípio de continuidade e terminalidade representou a grande inovação do ensino de II grau. A continuidade seria garantida com a manutenção de um conjunto de disciplinas do núcleo comum que garantiria uma formação geral, equivalente em todo território nacional. A terminalidade representava o desejo de que o jovem chegasse à idade adulta com alguma preparação para o trabalho, pois a causa maior de frustração dos candidatos não aprovados no vestibular residia, e reside, na ausência de uma formação profissional especializada que lhes garantisse enfrentar o mercado de trabalho. Contudo, na prática, o ensino profissionalizante formava técnicos nem sempre absorvidos pelo mercado de trabalho, nem pelos cursos superiores, realizando desse modo o princípio da terminalidade estipulado em lei.

Isto tem forçado, na prática, a que os alunos filhos de trabalhadores (normalmente originários das escolas públicas) sejam obrigados a freqüentar cursos paralelos aos de formação no II grau (cursinhos pré-vestibulares) para disputarem uma vaga na universidade, mas que, ainda assim, não lhes garante o acesso aos cursos de nível superior. Portanto, a continuidade ficou restrita a uma pequena parcela de estudantes que têm condições de pagar os ditos cursos pré-vestibular e ou escolas particulares e a uns poucos que conseguem resultados positivos na escola pública.

A terminalidade e a continuidade se caracterizaram como fortes mecanismos de seleção de classe, possibilitando, de um lado, aos filhos das classes dominantes, o ingresso aos bancos escolares superiores e posteriormente a cargos e funções profissionais na sociedade, enquanto que, à maioria dos filhos dos trabalhadores, a

formação profissional reserva a possibilidade (nem sempre realizada) de ingresso no mercado de trabalho, ainda ao final do II grau.

Assim:

a profissionalização com terminalidade significa que estudantes do ensino médio podem e devem sair da escola e ingressar diretamente no mercado de trabalho, assumindo ocupações técnicas. Deixariam assim de exercer pressão sobre as universidades, reservando as vagas aí disponíveis para uma minoria (que casualmente coincidiria com a classe alta e média alta). (...) O ensino médio teria que ser um filtro eficaz que desviasse potenciais pretendentes ao ensino superior. (Freitag, 1980: 95)

O afastamento do ensino de Filosofia do currículo escolar e a inclusão de disciplinas marcadamente doutrinárias, como foi o caso de Educação Moral e Cívica, visavam garantir a ideologia de segurança nacional que, junto à profissionalização compulsória do II grau, submetia o sistema educacional brasileiro ao projeto econômico internacional, associando desenvolvimento a segurança.

É interessante observar que a organização do movimento estudantil no II grau coincidia com o momento em que nesse grau de ensino se estudava Sociologia³⁶ e

³⁶ Segundo Meksenas (1995:68-9) “No curso secundário regular científico ou clássico, a disciplina só retorna em 1961, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 4.024. Mesmo assim, o seu retorno é parcial e se estende até 1971. Este é o momento que a sociologia na escola secundária começa a incorporar o arcabouço teórico do marxismo. Tal fato decorre do esforço de um grupo de intelectuais. Em 1960, alguns docentes da Universidade de São Paulo criam o Grupo Sociologia do Trabalho. Pessoas como Roberto Schuartz, Florestan Fernandes, José Arthur Gianotti e Fernando Henrique Cardoso [embora após eleito presidente da República Federativa do Brasil em 03 de outubro de 1994, pediu que esquecêssemos tudo o que ele havia escrito], entre outros, passam a realizar leituras sistemáticas da obra de Karl Marx e influenciam parcela dos seus alunos que, posteriormente, seriam os professores de sociologia da escola secundária. (...) Com o decreto-lei 5692/71 o antigo primário e ginásio se fundem em ciclo único sob a denominação de 1º grau. O 2º grau se torna profissionalizante. A sociologia deixa de ser disciplina obrigatória para figurar no rol de 104 disciplinas de caráter optativo. (...) Apenas em 1982, no auge da crise do militarismo é que renasce o movimento social capaz de revitalizar o ensino de sociologia”.

Filosofia. Depois desse período, as greves, passeatas e lutas estudantis cessaram. Sobre isso, discutiremos no II capítulo dessa dissertação

E, para ampliar o âmbito dessa discussão, vale lembrar que, ao longo de todo o período militar, o Estado foi se desobrigando gradativamente de investir na educação pública, haja vista a grande expansão de empresas educacionais a partir de 1964, configurando um caráter lucrativo. Além de se desencumbirem da educação pública e gratuita, os governos militares criaram condições legais que permitem o repasse de recursos públicos para a rede particular de ensino. Isso se dá também através da concessão de bolsas de estudo e há casos em que professores e funcionários públicos são emprestados para as escolas particulares, o que tem provocado uma queda substancial na qualidade do ensino público em todos os níveis.

CAPÍTULO II

SOBRE O AFASTAMENTO DO ENSINO DE FILOSOFIA DO CURRÍCULO DE II GRAU

1. GOLPE MILITAR: A RUPTURA COM AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O AFASTAMENTO DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA DO II GRAU.

Para melhor compreendermos como e por que a disciplina Filosofia foi afastada dos currículos do ensino de nível médio, é imprescindível recuar um pouco na história recente do país, no período que antecede o golpe militar de 1964; e para que esta discussão ganhe maior inteligibilidade, se faz necessário ouvir suas diversas vozes e tornar presente a correlação de forças do período estudado. É importante, considerando aquele contexto, discutirmos alguns princípios das reformas educacionais dentro do projeto de desenvolvimento adotado. Nosso objetivo é identificar procurando identificar as razões e conseqüências do afastamento do ensino de filosofia do II grau e, hoje, avaliar se vale a pena lutar pela reintrodução da filosofia nos currículos de II grau.

Com o golpe, o Brasil experimentou sérias mudanças no plano político e social. Do ponto de vista econômico, acentuou-se a tendência iniciada na década de 50 no sentido de internacionalizar a economia do país. O grupo que assumiu o poder desenvolveu extraordinário esforço para adaptar a sociedade brasileira às sociedades capitalistas centrais. Para tanto, optou-se por um projeto de desenvolvimento econômico baseado no capitalismo subsidiado pelo Estado e associado ao capital financeiro internacional. Esse projeto de desenvolvimento econômico não encontrou muitas dificuldades para a sua implantação, na medida em que tanto a indústria e o comércio quanto o sistema bancário do país vinham sendo preparados para isso e, naquele

momento, já nada mais eram do que simples prolongamentos das sociedades capitalistas centrais¹.

Essa acomodação da base econômica exigiu a reorganização da sociedade política e da sociedade civil. No primeiro caso, os militares ocuparam o Estado sob a égide da Segurança Nacional², dando início a um novo modelo político-econômico que ficaria assentado no seguinte tripé: burguesia local, multinacionais e tecnoburocracia estatal. Os obstáculos que, no âmbito da sociedade civil, poderiam surgir e dificultar o processo de adaptação econômica e política, como as reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais e as manifestações estudantis, entre outras, foram rápida e eficazmente sufocados. Eleições livres, greves e movimentos reivindicatórios desapareceram do panorama político do país, sobretudo após 1968. Um Estado repressor, em que se destruíram os direitos dos cidadãos, assumiu o controle dos sindicatos, dos meios de comunicação de massa, da escola e de outras instituições.

Uma rápida retomada histórica das lutas e organizações sociais do período que antecedeu o golpe, particularmente o início dos anos 60, mostra-nos que a sociedade civil, através dos diversos movimentos no campo e na cidade, encontrava-se num período de muito movimento e debate. Isto se expressou nas diversas organizações de alunos, professores, setores envolvidos em movimentos populares de alfabetização, tendo sua

¹ A respeito da realidade econômica e política do Brasil desse período, ver entre outros: Paul Singer. *A Crise do Milagre*. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; e Maria da Conceição Tavares. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. 4 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

² Sobre a questão da Segurança Nacional, ver o livro de Joseph Comblin. *Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

expressão maior nos pedidos por “reformas de base”³. Tais reformas não visaram apenas a interesses específicos, mas objetivavam modificações no todo social⁴.

Para ficarmos apenas no campo da educação, no início da década de 1960, surgiram os primeiros Movimentos de Cultura Popular - MCP - seguidos, imediatamente, pelo Movimento de Educação de Base (março de 1961), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil⁵, mas financiado pelo governo federal. Com ele, pretendia-se oferecer à população rural oportunidade de alfabetização num contexto de educação de base, buscando ajudar na promoção do homem rural e em sua preparação para as reformas básicas indispensáveis, tais como reforma agrária, saúde e habitação. Em 1963, foi criado o Plano Nacional de Alfabetização, que foi transformado pelo governo, em janeiro de 1964, na Comissão Nacional de Alfabetização. O plano teve por objetivo traçar uma política nacional nesse campo, incentivar e coordenar os diversos esforços, visando a erradicar o analfabetismo⁶.

Os estudantes organizaram-se em entidades culturais, sobretudo universitárias, com a finalidade de contribuírem para uma democratização da cultura através das campanhas de alfabetização e de estímulo e difusão do que se considerava cultura

³ No entanto, “as reformas de base foram barradas no Congresso. Os partidos contrários aprovaram a criação de instituições políticas e ideológicas, como o IPES/Ibad, para aglutinar a vontade da burguesia e de seus aliados” (Germano, 1993:51).

⁴ Para aprofundar esta discussão, ver: Marília Pontes Sposito. *A Ilusão Fecunda. A Luta por Educação nos Movimentos Populares*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

⁵ Com relação à atuação da Igreja Católica, lembramos as atividades da Ação Católica, enquanto movimento identificado com as lutas populares, com características progressistas. Isto ocorreu com JAC - Juventude Agrária Católica; JEC - Juventude Estudantil (secundarista) Católica; JIC - Juventude Independente (profissionais liberais) Católica; JOC - Juventude Operária Católica; JUC - Juventude Universitária Católica.

⁶ Segundo Vanilda Paiva, este plano foi oficializado pelo Ministério da Educação, quando Paulo de Tarso era Ministro (Paiva,1973:256).

popular. Exemplo disso, foi a forte ligação dos Centros Populares de Cultura - CPC, com a União Nacional dos Estudantes - UNE⁷.

O CPC da UNE foi resultado de uma série de debates travados entre alguns jovens intelectuais e artistas pertencentes ao Teatro de Arena, quando este - em 1959 - transferiu-se de São Paulo para o Rio de Janeiro. Esses jovens começaram a colocar em discussão o problema da marginalização do artista em relação à vida política e social do país.

Em 1961, na cidade de Natal (RN), foi criada a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, em que se discutiam os problemas do analfabetismo na cidade. Já no Estado de Pernambuco, no mesmo período, os Movimentos de Cultura Popular exerceram uma grande influência sobre o movimento educativo, difundindo-se por todo o país. Foi lá que Paulo Freire implantou e desenvolveu muitas experiências com alfabetização de adultos como colaborador do movimento. E o “método Paulo Freire”, tomou dimensões nacionais e internacionais, passando rapidamente a ser visto com desconfiança pelos órgãos ligados ao governo federal. Já naquele período, através de seu “método” haviam sido alfabetizados e capacitados mais de quatrocentos monitores em Angicos (RN)⁸, contribuindo inclusive para a vitória eleitoral de partidos de esquerda.

Diante do quadro de mobilidade e organização popular, as forças civis e militares, ligadas ao capital internacional, se adiantaram e realizaram o golpe militar, que a

⁷Para conhecer mais a história do movimento estudantil, ver: Serenito A. Moretti. *Movimento Estudantil em Santa Catarina*. Florianópolis: Ioesc, 1984.

⁸ Para saber mais, ver: Carlos R. Brandão. *O que é Método Paulo Freire*. São Paulo: Braziliense, 1985.

princípio foi apresentado com caráter passageiro, mas que não tardou em se transformar em regime ditatorial.

Dentro desse contexto houve uma avalanche de leis, pareceres, decretos-lei e atos institucionais que fortaleceram muito o poder do Executivo, desencadeando ações violentas contra os direitos individuais e coletivos. Ocorreram também mudanças na economia e na estrutura educacional, visando adaptá-las às novas exigências do capitalismo.

As resistências no Brasil ao processo de dismantelamento dos grupos sociais organizados por parte da ditadura militar, sobretudo no ano de 1968, se associaram a muitos fatos similares aos de vários países ocidentais, como parte de um processo cultural que os envolveu politicamente. Para lembrar alguns: “a primavera de Praga”, cujas manifestações políticas foram sufocadas pelas tropas Soviéticas e “o maio Francês”, cuja greve geral simbolizava a revolta estudantil, além de muitas outras manifestações como expressão do sonho de grandes transformações na sociedade.

Mesmo assim, foi com o AI-5 que o regime militar alcançou a forma mais autoritária, reprimindo-se toda e qualquer manifestação, liquidando também a luta armada. Esse controle das lutas dos movimentos organizados, de uma cultura nacional-popular, do teatro e cinema nacionais, tinha por objetivo o desenvolvimento de um projeto de construção de uma identidade nacional capitalista, baseado na “ideologia de segurança nacional”.

Foi nesse contexto, mais especificamente no ano de 1968, que o governo apresentou uma nova proposta de planejamento econômico para o desenvolvimento do

país. Seus objetivos apontavam para a criação de um consenso nacional em torno de suas medidas. Para isso, diante do momento de grave crise política, era necessário que o regime militar apresentasse resultados que, pelo menos do ponto de vista econômico, pudessem ser considerados positivos. Segundo Nóbrega (1995) isto se deu, sobretudo, “quando esses resultados podiam ser divulgados como um ‘milagre’ em contraposição ao declínio da economia mundial⁹ e, mais ainda, que tal ‘milagre’ pudesse ser atribuído não ao acaso, ou a um ciclo da economia, mas aos gestores da política econômica do governo”. Assim, o período de 1968/73 é apresentado como o do “milagre econômico”¹⁰, pois no período ele resultou em índices econômicos positivos para o país, tanto na retomada do crescimento, quanto no combate à inflação.

Isso realmente se confirmou por um curto período, segundo Singer (1983):

apesar das previsões sombrias, a economia brasileira continuou sua expansão em 1972 e este ano (1973) promete repetir a dose. [Mas] já há, no entanto, vários sinais de que o ‘milagre’ se aproxima do seu fim. São sintomas de inflação reprimida, que começaram a aparecer no ano passado quando pecuaristas, frigoríficos e açougueiros reduziram a oferta de carne, em protesto contra os preços oficiais, julgados insuficientes, (...) além da escassez de matérias primas e componentes.

As bases do modelo conhecido como o “milagre econômico” se assentavam na abertura da economia ao capital externo, estímulo às exportações, importações de bens

⁹ Segundo o autor citado, “após o grande ciclo expansivo do pós-guerra a economia mundial passou por um ciclo recessivo a partir de 1967, aprofundado pela crise do sistema financeiro internacional, e que tomaria características de depressão após o choque do petróleo em 1973”. A respeito da crise do sistema financeiro internacional ver: Robert Solomon. *O sistema Financeiro Internacional 1947-1974*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

¹⁰ “O termo ‘milagre econômico’ surgiu no decorrer da década de 50-60 para designar o sucesso de recuperação econômica da Alemanha Ocidental e do Japão, que apresentaram resultados positivos por longos períodos de tempo, de quase uma década” (Singer, apud Nóbrega, 1995: 75).

de capital, expansão do crédito ao consumidor, política salarial e trabalhista capaz de proporcionar às empresas mão-de-obra abundante e barata.

Decorrente disso, a reestruturação e a redefinição da política educacional brasileira ficaram evidentes. Isto é, a política educacional brasileira foi reestruturada para melhor servir ao projeto de desenvolvimento coordenado pelos militares, o que se daria, para Warde (1979)¹¹, através da articulação entre o II grau e o ensino superior. A necessidade dessa articulação, segundo a autora, aparece explícita num estudo técnico do governo sob o título: “Diagnóstico Preliminar da Educação”, realizado em 1966 e que serviu de base ao Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, sob a direção do então Ministro do Planejamento Roberto de Oliveira Campos¹².

Foi bastante significativo o fato de que a educação se tornou, explicitamente, assunto de interesse econômico e de segurança¹³, sendo enfocada enquanto fator de desenvolvimento¹⁴.

¹¹ Mirian J. Warde. *Educação e Estrutura Social*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. pp. 76 a 87.

¹² “Os diagnósticos preliminares se dividiam em 5 partes, que estavam subdivididas em diversos itens listados a seguir: *Aspectos Macro-econômicos* (situação monetária, bancária e do mercado de capitais; finanças públicas; demografia; política econômica internacional); *Aspectos Institucionais* (reforma administrativa; reforma estatística). *Diagnósticos Setoriais* (infra-estrutura; agricultura e abastecimento; indústria e mineração; serviços). *Diagnósticos Sociais* (educação e mão-de-obra; saúde e saneamento; habitação, previdência social); *Diagnósticos regionais* (sistema norte; sistema nordeste; sistema centro-sul). Brasil. Ministério do Planejamento. *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social*. 1967, vários volumes. In: Nóbrega, 1995:91 (grifos meus).

¹³ Outra referência importante, ligada a área da segurança, é o relatório Meira Matos, elaborado por uma Comissão Especial, instituída em 29/12/67, para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis.

¹⁴ No plano decenal de educação passou a atender “a um caráter nitidamente econômico, encarando-a primordialmente como indústria de prestação de serviços, de modo a propiciar, de forma esquemática, a análise dos dados indispensáveis ao enfoque macro-econômico do setor” (Brasil, 1967:31, apud Nóbrega, 1995:91).

No entender do referido Ministro do Planejamento, e do governo como um todo, “a inquietação estudantil, que se manifestou de forma intensa em 1968, é decorrente do ensino que não se vincula ao mercado, e conseqüentemente em assuntos gerais, que, ‘não exigindo praticamente trabalhos de laboratório, deixam um vácuo de lazer, que é preenchido com aventuras políticas” (Warde, 1979:80).

A educação foi compreendida como um fator econômico, o que aos poucos serviu para justificar a privatização do ensino. Assim

a educação ganha significado de investimento quando o fluxo de atendimento e preparação escolar está relacionado com o processo de absorção de mão-de-obra na vida produtiva nacional; (...) esta visão de investimento em educação, está ligada à capacitação tecnológica dos países subdesenvolvidos. A absorção de tecnologias avançadas exigiria a capacitação do trabalhador, de modo a oferecer um volume de mão-de-obra qualificada condizente com o padrão técnico existente. (Brasil, 1967 apud Nóbrega, 1995:92)

Decorrente dessas medidas, a reforma educacional de 1971 definiu o papel do II grau, com vistas ao cumprimento de suas necessidades. Os currículos foram organizados com disciplinas obrigatórias que constituíram o chamado **núcleo comum**, com Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde, estabelecido pelo Conselho Federal de Educação; a **parte diversificada** deveria atender às peculiaridades regionais e as disciplinas passaram a ser relacionadas pelo Conselho Estadual de Educação ou escolhidas pelos estabelecimentos de ensino. Assim, o ensino de Filosofia passou a figurar na condição de disciplina optativa, o que significou na prática o seu quase completo abandono.

O ensino de filosofia no II grau, sobretudo neste século, tem oscilado de acordo com os interesses governamentais, ora presente, ora ausente. Segundo Cartolano,

(198556-65) “a reforma Capanema [Decreto-lei n. 4.244, de 09 de abril], instituída em 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário), durante o Estado Novo, não mudou muito o panorama do ensino secundário no Brasil, que continuou a ser enciclopédico e elitista, devendo proporcionar cultura geral e humanística aos adolescentes que se preparavam para o ensino superior. O ensino secundário foi estruturado em dois ciclos: o ginásio, com duração de quatro anos, e o colégio que, com duração de três anos, compreendia dois cursos paralelos: o clássico, que enfatizava a formação intelectual, além de um **conhecimento de filosofia** e um estudo das letras antigas; e o científico, no qual a formação intelectual foi marcada por um estudo maior das ciências. O ensino da filosofia ocupou um maior espaço nos currículos dos cursos clássicos e científico, sendo ministrado como disciplina obrigatória na 2ª e 3ª séries daquele e na 3ª série deste último. Mas a história da filosofia, que pela Reforma Campos [de 4-4-1932] estava presente no currículo do ciclo complementar para os cursos jurídicos, é deixada de lado por Capanema. (...) Já os programas de 1951, publicados pela Portaria n. 966, de 02 de outubro, elaborados pela congregação do colégio Pedro II, eram menos extensos, devendo, no entanto, ser claros e flexíveis. As aulas de filosofia foram, a princípio, distribuídas em quatro por semana na 2ª série do clássico e 3º científico e duas aulas semanais no 3º clássico. [A partir da lei 4.024-61 a presença da filosofia no currículo assim se justificava]: a filosofia constitui o complemento necessário à formação do espírito, como instrumento, que é, da grande arte do raciocínio. (...) A filosofia é aqui valorizada como necessária à medida que se apresenta como um instrumento da lógica, ou seja, da grande arte do raciocínio”. (grifo meu) A partir de 1971, porém, nem o papel

de “grande arte do raciocínio” lhe foi garantida, dada a sua condição de disciplina optativa.

Outro aspecto que a lei apresenta é a **terminalidade**, isto é, a proposta da substituição de um ensino preparatório para níveis superiores por uma estrutura que, como se vê no artigo 1º, visaria “propiciar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.¹⁵

Entre o explícito e o implícito do texto da lei, percebe-se que a reforma educacional de 1971 visava basicamente conter a demanda social por educação superior, através da ‘terminalidade’ embutida no texto legal, mantendo o caráter elitista do II grau e remediando o problema dos excedentes; tratava-se de formar mão-de-obra barata para atender às necessidades do projeto de desenvolvimento econômico adotado e de transformar o ensino médio em instrumento de propaganda dos valores da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento, através das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil.

O que se deve ressaltar é que, na reforma do ensino de II grau de 1971, pela primeira vez na história da educação brasileira, a função clássica e propedêutica do II grau foi menosprezada, passando a preponderar a formação profissionalizante. Na avaliação de Cunha (1977), o governo fez a reforma do ensino médio, acreditando que a terminalidade, de um lado, daria a seus concluintes a garantia imediata de uma profissionalização e, de outro, evitaria a frustração provocada pela consequência do

antigo ensino médio que centrava seus objetivos na formação clássica. O fim da frustração dos concludentes do ensino médio, na perspectiva do governo, seria possível mediante a sua inserção no mercado de trabalho, justificando, assim, o II grau profissionalizante para aqueles que não conseguissem ingressar nos cursos superiores.

Assim, parece-nos que se tratava de destruir qualquer perspectiva político-social que questionasse o modelo capitalista. Importante era manter vivo o ideal seguro de que só com o capitalismo se resolveriam os problemas brasileiros. Por sua vez, as mudanças implantadas durante o regime militar devem ser compreendidas também, a partir de

uma nova teoria, a teoria do capital humano¹⁶, que passou a enfatizar a relação entre a educação e o caráter mensurável do desenvolvimento. Vários autores¹⁷ apontaram para o fato de que o desenvolvimento nacional não seria apenas fruto dos recursos naturais, mas também e, sobretudo, dos recursos humanos que poderiam potencializar os recursos naturais. Assim, a educação assumiria papel capital ao suprir, homens e mulheres, crianças e adultos, dos conhecimentos que viriam a ampliar sua capacidade técnica e, por conseguinte, sua produtividade. Este seria o caráter do capital humano da educação (Nóbrega, 1995:54).

Para sustentar a teoria do capital humano, o governo acreditava que as novas condições de produção exigissem maior grau de qualificação profissional, necessário para operar equipamentos sofisticados e para apresentar soluções criativas no contexto

¹⁵ Para saber mais sobre isto, ver: Ilza Rodrigues Jardim (org). *Ensino de 1º e 2º graus*. Porto Alegre: Sagra, 1986.

¹⁶ A teoria do capital humano foi desenvolvida por autores norte-americanos no final dos anos 50 e início dos anos 60. Essa teoria, teve grande influência sobre a educação, uma vez que aposta na educação como solução para o desenvolvimento social. A teoria do capital humano atingiu seu apogeu no final dos anos 70.

¹⁷ Ver por exemplo: Theodore Schultz. *O Capital Humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973 e, do mesmo autor, *O Valor Econômico da Educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, ou Andrew Frank. "Human Capital and Economic Growth". In: *Economic Development and Cultural Change* (apud, Nóbrega, 1995:17).

da empresa moderna. Dessa forma, o investimento em educação¹⁸ seria o responsável pelo aumento da produção como também dos rendimentos dos trabalhadores, desde que abdicassem de suas horas de lazer, em favor do treinamento e do estudo, podendo obter assim maiores rendimentos, e quem sabe, viessem a se tornar capitalistas.

Além disso, a teoria do capital humano reduz a concepção de educação na medida em que a enfoca apenas como fator econômico, isolando-a das questões políticas, sociais e filosóficas, e limitando, desse modo, a visão de educação às condições do mercado e do lucro. Portanto, parece-nos que a propagada visão utilitarista de educação, sobretudo a partir dos anos 50 em toda América Latina, base para as reformas educacionais no Brasil, dificultou a permanência do ensino de filosofia nos currículos de II grau, bem como a manutenção de outras disciplinas de caráter não profissionalizante. Assim, de acordo com Chauí (1978), por não profissionalizar e por não ser “aplicável” utilitaristicamente, a filosofia perdeu qualquer lugar no ciclo médio.

¹⁸ De acordo com Frigotto (1984:40), “a educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido é um investimento como qualquer outro”.

2. O AFASTAMENTO DO ENSINO DE FILOSOFIA: DISCUTINDO ALGUMAS RAZÕES.

As razões do afastamento, aqui brevemente discutidas, expressam as conexões entre o discurso político e ideológico, o implícito e explícito, tanto nas leis quanto nas ações dos governos militares. Os textos citados, escritos na sua maioria, no período que corresponde à luta pela reintrodução da filosofia no II grau, vêm alimentar nossa discussão, desafiando-nos a ouvir as diversas vozes daqueles envolvidos nesse processo¹⁹. Assim, poderemos melhor apresentar algumas razões e conseqüências do afastamento do ensino de filosofia do II grau.

O ensino de filosofia, na avaliação de Bosi (1983:135), foi atacado pelas ações da tecnoburocracia, por sua condição de disciplina de caráter crítico. Segundo ele, a filosofia,

desapareceu abruptamente dos cursos médios. Esta disciplina, cuja **propriedade é a da reflexão crítica** sobre a teoria e a prática, capaz de perscrutar a significação das ciências da natureza, das ciências do homem, o andamento da cultura e suas implicações ideológicas, **é alijada no período crucial de formação** do adolescente e, por motivos análogos, praticamente desaparece dos currículos superiores. (...) Aqui, o golpe do poder tecnoburocrático foi mais **estrondoso e ostensivo** do que em qualquer outro setor da educação superior brasileira. (grifos meus)

Na paixão do debate sobre a importância do ensino de filosofia nos currículos de II grau, Pegoraro (1979:15) não hesitou em definir os motivos que levaram o regime

¹⁹ Segundo (Moraes, 1994:5 mimeo); É o pesquisador quem deve trabalhar para permitir-lhes expressar “suas próprias vozes”.

militar a retirar a disciplina de filosofia das escolas secundárias. “Sem dúvida, a filosofia foi retirada por razões ideológicas e estratégicas inspiradas na segurança nacional. (...) A disciplina era considerada perigosa, pois poderia desviar a juventude do pensamento oficial”.

Segundo o autor, o projeto de profissionalização introduzido no II grau esteve intimamente ligado e submetido às regras de expansão do capitalismo. O princípio de segurança nacional passou a vigorar como estratégia ideológica, valendo como instrumento de defesa das classes hegemônicas no poder, contra os inimigos internos tais como intelectuais, políticos, artistas e líderes populares. Caçando e depois cassando o inimigo interno, o pensamento oficial utilizou como propaganda a concepção de unificação do Estado nacional, criando no imaginário da população a idéia de que a nação é indivisa²⁰.

Na mesma perspectiva apresentada por Pegoraro, observamos a preocupação de Álvaro Valls (1983:42), quando discutindo esta temática, afirma, que “a Filosofia, principalmente na segunda metade dos anos 60, tornou-se indesejável, passou a ser considerada perniciosa, subversiva. Há dois mil anos, Sócrates foi condenado à morte como sedutor da juventude e inimigo dos deuses do Estado”.

Assim, tudo leva a crer que a rejeição à filosofia e seu ensino se configurou numa rejeição aos produtores de suas idéias, quais sejam seus próprios professores,

²⁰ De acordo com Chauí, “não é por obra do acaso, mas por necessidade, que o discurso do poder é o do Estado nacional, pois a ideologia nacionalista é o instrumento poderoso da unificação social, não só porque fornece a ilusão da comunidade indivisa (a nação), mas também porque permite colocar a divisão fora do campo nacional (isto é, na nação estrangeira)” (Chauí, 1993:21).

principalmente das universidades brasileiras. Muitos deles foram proibidos de exercer sua função de pensadores, tanto em salas de aula, quanto na sociedade de modo geral.

Também Valério Rodhen (1980:8) tem se pronunciado sobre isto, pois segundo ele, “o Estado tem medo de homens que fazem verdadeira filosofia. Tais homens, pela sua própria estatura de pensamento e de homens, não servem ao Estado, e ele não os favorecerá²¹. (...) Entre nós não aconteceu justamente isto, que o Estado se desfez dos seus melhores elementos, daqueles em quem não podia confiar? ²²

Dessa maneira, embora se referindo ao conjunto das ações dos professores universitários, Pegoraro (1979:13),continua:

Quando um professor enveredar para a análise das causas próximas, dos problemas que nos circundam; quando se interroga sobre a justiça, a eticidade do regime, o absurdo, a miséria, da doença e da fome produzidos pelos sistemas; quando um professor tratar destas causas próximas, cai na desgraça oficial e na mira dos chefes de departamentos.

Parece-nos que, em muitas situações, os autores têm se limitado a descrever o Estado do regime militar brasileiro como responsável, tanto pelo afastamento da disciplina quanto pela cassação de diversos profissionais da área, porém enquanto instituição abstrata. Nas citações acima, percebemos que Pegoraro o faz de uma forma

²¹ De acordo com Chauí “Sabemos que as relações dos filósofos com o Estado sempre foram conflituosas - a morte de Sócrates, a condenação de Giordano Bruno, a clandestinidade de Espinosa, o exílio de Descartes, a censura da Enciclopédia, a expulsão de Nietzsche e o ano de 1969 no Brasil são marcas desse conflito que se aguça quando fazer filosofia é algo determinado pelo próprio Estado” (Chauí, 1982 mimeo).

²² “Não é de se esperar nem também de desejar que os reis filosofem ou que os filósofos se tornem reis, porque a posse do poder prejudica inevitavelmente o livre juízo da razão. É imprescindível, porém, para ambos que os reis ou os povos soberanos (que se governam a si mesmos segundo as leis da igualdade) não deixem desaparecer ou emudecer a classe dos filósofos, mas os deixem falar publicamente para a elucidação dos seus assuntos, pois a classe dos filósofos, incapaz de formar bandos e alianças de clube pela sua própria natureza, não é suspeita da deformação de uma propaganda.” (Kant, Sobre a paz perpétua - 1796).

mais explícita, denunciando em suas análises que as ações do Estado militar se fazem representar nas micro relações das instituições sociais, neste caso específico, através de vários chefes de departamentos, tanto de filosofia, quanto de outros cursos, sendo os mesmos na sua maioria nomeados pelos governos militares. Pelo que compreendemos de suas afirmações, muitos chefes de departamentos apresentavam resistências a um trabalho mais democrático e aberto. Isto representava, na prática, um certo controle sobre o trabalho dos professores de filosofia e suas atividades políticas na sociedade de modo geral.

Referindo-se a tal situação, embora com certo exagero na caracterização desses professores, Álvaro Valls afirma que: “no passado recente brasileiro, **os professores mais brilhantes** foram aposentados ou expurgados das universidades, o pensamento crítico foi perseguido e desestimulado, o pensamento dogmático, representante do arbítrio, instalou-se nas escolas” (op.cit., p.42 - grifo meu).

Podemos concordar com Valls que, talvez, em algumas faculdades de filosofia ou mesmo no II grau, as discussões políticas ou filosóficas tivessem realmente sido consideradas indesejáveis e perniciosas pelo regime militar. A forte repressão sobre elas bem demonstra esse fato.

Contudo, para assinalar quanto a afirmação “professores mais brilhantes” é problemática no contexto da cultura brasileira, embora muitos desses professores tenham exercido um papel crítico em relação ao regime militar. No entanto, é comum, em nosso meio cultural, haver certo exagero no gosto pelo brilhantismo dos intelectuais. Eis então, o que nos diz Gomes (1984: 69),

Ser algum dia chamado de brilhante é a glória à qual aspira o intelectual tupiniquim. (...) Costumamos empregar, nestas ocasiões, frases assim: ‘Fulano não é muito inteligente, mas é esforçado.’ Quer dizer: falta-lhe o brilho, a rapidez mental, o dito charmoso e desconcertante, o jogo de palavras - mas é esforçado. (...) O tipo de inteligência que nos agrada é aquele que sabe brilhar através das palavras.

Mesmo assim, reconheça-se que havia no Brasil dos anos 60 uma repercussão nas declarações de alguns filósofos brasileiros, e que estes, por sua independência e por sua crítica ao regime militar não agradavam aos governantes.

Embora Valls tenha por um lado se referido aos professores de filosofia, como brilhantes, o que em muitas situações, sabe-se, não corresponde à realidade, por outro lado, a ausência de muitos professores, com características críticas possibilitou que muitos conhecimentos difundidos nas escolas de forma geral, fossem marcados por um conjunto de características dogmáticas e arbitrarias. Nesse sentido, dificilmente o ensino de filosofia vigente no segundo II grau teria se aproximado tanto da reflexão crítica, quanto da ameaça ao regime militar brasileiro.

No contraponto da discussão, se apresenta o movimento dos filósofos católicos, cujo presidente, Tarcísio M. Padilha²³, atribuía o afastamento do ensino de Filosofia à “pouca seriedade” com que professores e alunos tratavam os conteúdos filosóficos. Este argumento, ao invés de contribuir para o retorno da filosofia - princípio de que afirmava ser defensor - pelo contrário, reforçou a tese daqueles que queriam vê-la afastada do currículo.

²³ Tarcísio Padilha foi presidente da Associação dos Filósofos Católicos - um grupo de filósofos conservadores, com sede no Rio de Janeiro. Esse movimento estava articulado a organismos nacionais e internacionais, além de ter sido durante esse período, aluno e professor da Escola Superior de Guerra.

De fato, a afirmação de Padilha, toma o particular como geral: uma vez existindo deficiências na qualidade do ensino de filosofia, os seus professores não poderiam ser vistos isoladamente enquanto responsáveis por tal realidade, mas devem ser compreendidas no contexto e conjuntura da sociedade brasileira daquele período. Trata-se, antes de tudo, de analisar um contexto cujas imposições legais pretenderam impôr à força os objetivos do projeto desenvolvimentista.

As afirmações de Padilha, assim como as dos governantes militares omitem, por um lado os fatos históricos e sociais da época e, de outro, provocam, na realidade, o esvaziamento da importância do ensino de filosofia no II grau, sobretudo impedem que se desenvolva uma concepção crítica de filosofia nos colégios.

As afirmações dos demais autores, principalmente em relação ao papel subversivo atribuído pelo Estado aos filósofos, parecem apontar as aulas de filosofia como espaços importantes para a veiculação de conteúdos com caráter crítico, cujos elementos pudessem questionar as ações dos militares. Isso, de fato, possibilitaria uma conscientização dos estudantes, e os ajudaria na organização de movimentos estudantis nas escolas, o que certamente significaria uma ameaça ao regime militar²⁴.

Aliás, vale a pena assinalar de passagem, de que as Ciências Humanas em geral e a filosofia dificilmente conseguem evitar o debate em torno de problemas sociais e políticos, o que seguramente o seu ensino mais propício a incluir a crítica à situação que se vive, sem que se possa, ao mesmo tempo, condenar tais professores por fugirem da “matéria”, o que já não ocorre com os educadores de outras disciplinas. Tratava-se de

diminuir a possibilidade de qualquer contestação ao “status quo”, substituindo-o pelo ensino de um moralismo reformista acrítico, como ocorrem com as disciplinas de Educação Moral e Cívica - EMC e Organização Social e Política do Brasil - OSPB.

Além disso, tudo indica que naquele momento, início da década de 70, uma filosofia submissa e obediente parecia pouco rentável aos olhos dos tecnocratas, tratando-se de uma disciplina com pouca ou nenhuma “utilidade” para um país que havia feito uma opção clara por um projeto de desenvolvimento. As raras exceções porventura existentes nada mais faziam do que confirmar a regra geral de um ensino acrítico e bem comportado. Além disso, tratava-se de formar “cidadãos”, cujos princípios certamente não se desviassem dos ideais da segurança nacional. Obviamente, disciplinas como “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política do Brasil” eram bem mais qualificadas para essa função.

Na perspectiva acima levantada, embora com outro objetivo, Konder (1981:30) afirma que,

Considerada a filosofia tal como ela se desenvolveu a partir dos gregos, tal como ela veio existindo (e se modificando) ao longo de toda a história do Ocidente, a elaboração filosófica que se fez no Brasil até o recente surto de industrialização só pode nos inspirar desprezo; ou, no máximo, condescendência paternalista. Respeitados os parâmetros de uma certa tradição da história das ciências e disciplinas do saber, os filósofos brasileiros, em sentido estrito, foram intelectuais bizarros, desprovidos de rigor; ou então epígonos desinteressantes.

Assim, parece-nos que o papel que o ensino de filosofia tem desempenhado ao longo da história cultural do país, era geralmente acrítico e ornamental. O papel

²⁴ Se torna importante lembrar que qualquer organização mais próxima das idéias da esquerda, e nesse sentido os intelectuais das ciências humanas e da Filosofia se apresentavam como os mais

propriamente subversivo atribuído à filosofia não corresponde à realidade, e memos ainda o ensino de filosofia vigente no nível médio poderia se configurar como ameaça ao regime militar.

Em geral, a atividade filosófica na América Latina tem consistido em adotar e adequar doutrinas filosóficas européias com o objetivo de se justificar teórica e ideologicamente as iniciativas das nossas elites, como é o caso do Positivismo, que serviu para fortalecer um processo de modernização desde o final do século passado, ou então o caso de autores modernos europeus cujo pensamento foi empregado para fundamentar o processo de independência de alguns países em relação às metrópoles européias. Como se sabe, por muito tempo no Brasil, predominou o estudo da filosofia nos seminários católicos, dificultando o processo de laicização na atividade filosófica. A tentativa do Marquês de Pombal em 1759²⁵, de tornar o ensino de filosofia laico não resultou em fator positivo, haja vista que os professores que continuaram as atividades pedagógicas “eram filhos de proprietários rurais formados pelos colégios Jesuítas”. (Cartolano, apud Carminati, 1994:102)²⁶. Neste século, sobretudo até os anos 60, o ensino de filosofia no II grau tem se caracterizado por um papel não muito diferente em

próximos, eram facilmente chamados de “comunistas”.

²⁵ Para saber mais sobre a História do Ensino de Filosofia no II grau, ver: Antônio Rezende. “A Filosofia no Brasil.” In: *Curso de Filosofia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1992 e Maria T. Cartolano. *Filosofia no ensino de II grau*. São Paulo: Cortez, 1985. Sobre o ensino pós-jesuítico, ver: Nelson W. Sodré. *Síntese da História da Cultura Brasileira*. São Paulo: Difel, 1983, pp. 27-32.

²⁶ Embora o esforço de Pombal não tenha resultado na laicização do ensino de filosofia, parece que quanto aos seus objetivos de introdução de um discurso cientificista nas escolas da colônia, o mesmo logrou êxito, pois muitos intelectuais brasileiros assimilaram diversas concepções da nova ciência, a começar por Newton, bem como o Positivismo. Para saber mais ver: Antônio Rezende. *Recuperação da memória do ensino da Filosofia no II grau*. In: cadernos SEAF. Rio de Janeiro, 1980, pp. 67-89.

relação a sua presença histórica no Brasil, ora como orientação dos estudos clássicos religiosos para pretendentes ao sacerdócio católico, ora como instrumentalização dos sistemas e governos conservadores. Nas últimas décadas, notadamente a partir de 1975, com a implantação de diversos cursos de pós-graduação, é que esse quadro começou a se modificar.

Mesmo assim, pouco se tem investido propriamente na perspectiva do **filosofar**, enquanto tentativa de solução dos problemas de forma criativa e original. Embora se afirme o papel crítico da filosofia na história do pensamento brasileiro, parece-nos que a filosofia em geral tem sido muito mais consciência da crise e muito menos projeto para sair da crise.

Assim, concluímos que as razões ideológicas ou políticas em geral, atribuídas como responsáveis pelo seu afastamento do II grau, não correspondem no todo com a realidade. O que nos parece mais possível é que naquele momento histórico, início dos anos 70, mesmo essa filosofia de caráter submisso e obediente parecia pouco rentável aos olhos dos tecnocratas, cuja disciplina teria pouca ou nenhuma utilidade para um país que, pelo menos pretensamente, havia feito uma opção clara por um tipo de desenvolvimento capitalista.

3. CONSEQUÊNCIAS DO AFASTAMENTO DO ENSINO DE FILOSOFIA DO II GRAU

Além das razões expostas acima, apresentaremos agora algumas conseqüências decorrentes do afastamento do ensino de filosofia do II grau. Elas também têm sido

discutidas e apontadas no interior do movimento de educadores, que a partir de 1975 tem demonstrado uma preocupação com os rumos da educação técnica adotada após 1971.

Um argumento mais genérico em torno dessas conseqüências aponta para as lacunas causadas na formação dos jovens e adolescentes, e também pela ausência da filosofia, assim como das demais disciplinas “humanistas” ceifadas pela ditadura. Sobre isto se pronuncia Pegoraro:

Hoje, os jovens têm dificuldades em raciocinar, em expor seu pensamento, mas não atribuo isso apenas à falta do ensino de Filosofia. É claro que influiu, mas é bom lembrar que, nos últimos 20 anos, todo processo educacional do país foi esmagado (...). O movimento de repressão cultural impediu o desenvolvimento do raciocínio e da crítica no país (Pegoraro, 1986:9).

Nestes termos também tem se pronunciado o núcleo regional da SEAF-RS: “Com o afastamento do ensino de Filosofia do II grau, (...) o desinteresse dos estudantes frente às disciplinas humanísticas, de modo mais concreto em relação à própria filosofia, diminuiu de forma sensível”.(SEAF, 1978:7)

Esses fatos vêm se apresentando no cotidiano escolar pela pouca reflexão e conseqüente dificuldade de pensar dos estudantes. Diversas gerações foram privadas de todo um conjunto de conhecimentos fundamentais à sua existência. Com relação a isso, tem se pronunciado Ávila (1986:48), “a partir de 1971, o desaparecimento progressivo da filosofia contribuiu para o empobrecimento da formação cultural da juventude, a diminuição de sua capacidade e visão global dos problemas, constituindo-se numa das maiores limitações de nosso sistema educacional”. Esse desaparecimento deu-se em decorrência de ações intervencionistas, impostas e intencionais, como já apontamos nas nossas análises anteriores.

No auge da organização do movimento pela reintrodução da filosofia ao II grau, professores de outras disciplinas também se mobilizaram nessa luta. Os integrantes da comissão de luta contra os ‘Estudos Sociais’ da FFLCH da USP,²⁷ no ano de 1978, afirmavam que

O banimento do ensino da Filosofia dos currículos obrigatórios, relegado ao elenco das disciplinas optativas, para a satisfação de um utilitarismo imediatista que leva a marca da contracultura, desarma os futuros alunos de curso superior daquele espírito crítico indispensável ao desenvolvimento das aptidões intelectuais para o exercício de comportamentos mentais, sadios, como desarma os futuros cidadãos de uma plena consciência da condição humana²⁸.

Também Chauí (1978:8), afirma que o ciclo secundário operou de modo a roubar dos estudantes o direito de serem sujeitos de seu próprio discurso. Testes e cruzinhas lhes roubaram o pensamento e a palavra. O audiovisual e a dysneilândia dos livros didáticos os fizeram perder a região expressiva da linguagem, obrigando-os à dimensão binária e puramente indicativa/denotativa das palavras. Sem o apoio das imagens, seu pensamento fica paralisado e sua voz, embargada. Segundo a mesma autora, a realidade das escolas de São Paulo bem demonstra a situação a que ficou submetido o ensino de filosofia, após as reformas:

dos duzentos e cinquenta colégios estaduais de São Paulo, apenas dezessete conservaram Filosofia na qualidade de optativa; nos demais colégios, desapareceu. Esta situação precária terminará definitivamente a partir de 1978, quando as grades curriculares feitas pela Secretaria de

²⁷ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

²⁸ Ver, *Cadernos de Pesquisa*, n. 3 São Paulo: Braziliense, 1978, p. 86

Educação do Estado de São Paulo determinou o currículo do secundário; a Filosofia foi inteiramente extinta. (Ibid)

Por conseguinte, muitos estudantes ainda hoje desconhecem ou, pouco ouviram falar sobre a filosofia²⁹. Permanece na cultura brasileira um vazio histórico em relação a este saber. Toda uma geração foi fortemente ferida e levada a aceitar uma cultura tecnicista, cujos valores negaram o acesso ao saber filosófico. Não raro, nos deparamos com dificuldades trazidas por nossos alunos. Entre elas, podemos apontar a dificuldade de comunicação, leitura de textos, interpretação e escrita³⁰, o que obviamente não tem apenas a ver com a inexistência do conhecimento filosófico, mas também com o deficiente ensino de ciências naturais e da língua materna.

Esse processo de privação dos conhecimentos filosóficos e das demais disciplinas retiradas do II grau tem diminuído a importância dos cursos de Filosofia nas universidades. Para melhor ilustrar esta situação, mencionamos desinteresse pela filosofia, retratado por um grupo de estudantes pesquisados em Florianópolis no início da década de 80. Segundo o relatório da pesquisa³¹, dos 442 estudantes de II grau que responderam ao questionário, apenas 4 gostariam de cursar Filosofia na universidade.

E o mercado de trabalho se tornou um problema para os formados em Filosofia, que passaram atuar em outras atividades. Decorrente do afastamento da disciplina no II grau, “os professores de filosofia formados durante o regime militar, estão hoje

²⁹ Relatório de Pesquisa. Celso João Carminati. *O ensino de filosofia no II grau: realidade e perspectivas*. Convênio, CNPQ/UFSC/UEDESC. Florianópolis: 1992.

³⁰ Para saber mais, ver: Salma T. Muchail. “Ler. Escrever, Pensar.” (Notas sobre o ensino de filosofia). In: *A Filosofia e seu ensino*. São Paulo, Vozes, 1995.

trabalhando em escritórios ou com outros empregos que não o de lecionar filosofia, [e mesmo] (...) os professores formados antes de 64 ficaram muito tempo sem poder dar aulas e por isso estão hoje defasados, situados em outros espaços culturais” (Pegoraro,1986:11).

Em pesquisa realizada em 1988, no âmbito das escolas mineiras pertencentes às redes particular, estadual e municipal, um grupo de professores do departamento de Filosofia e Teologia da PUC-MG constatou que, dos 100 (cem) professores que se encontravam lecionando filosofia, apenas 5% era habilitada com curso superior em Filosofia³².

Esse dado que, de forma geral, vale para outras realidades regionais, aponta para uma confirmação de que a qualidade do ensino de filosofia tem deixado a desejar, agravada pelo fato de que também profissionais de outras áreas estão lecionando a disciplina no II grau. A constatação do número insignificante de professores devidamente habilitados para lecionar essa disciplina (5%) foi em alguns momentos utilizada como argumento por aqueles que questionavam o seu retorno ao II grau.

Outro aspecto a considerar são os preconceitos em torno da filosofia enquanto conhecimento: ou a filosofia é confundida com alguma opinião vaga, fantasiosa ou

³¹ Relatório de pesquisa da Prof^a Sônia T. Felipe, sobre a *Reintrodução do ensino de filosofia no II grau* - Levantamento de opiniões, análise, propostas para o Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1984.

³² Eis então as respectivas formações dos professores: * diplomados em Pedagogia: 50 % - 50 professores; * diplomados em Direito: 10 % - 10 professores; * diplomados em História: 10 % - 10 professores; * diplomados em Teologia: 8 % - 8 professores; * diplomados em Estudos Sociais: 7 % - 7 professores; * diplomados em Filosofia: 5 % - 5 professores; * diplomados em Psicologia: 5 % - 5 professores; * diplomados em letras: 2 % - 2 professores. Além dos professores portadores de diplomas superiores, outros dois possuíam apenas os certificados dos cursos de formação de professores e científico, ambos a nível de II grau.

pretensamente teórica, ou é tomada como perspectiva teórica geral de alguma instituição, (filosofia do governo), ou ainda como saber inútil (a filosofia não serve para nada) e utopista, valendo apenas como denunciadora dos problemas. Seja enquanto inutilidade frente aos problemas cotidianos, seja como forma de um conhecimento ultrapassado e desconectado da realidade, o núcleo regional da SEAF-RS assim se pronunciou: “a filosofia tornou-se completamente desconhecida pelas novas gerações e considerada como uma forma de conhecimento ultrapassada, antiga, irreal, sem ter nada a ver com o ensino ‘moderno’, atual, ‘pragmático’, ‘produtivo’, etc...” (SEAF, 1978:12).

Assim, filosofar tornou-se pejorativamente sinônimo de falar de coisas distantes da vida das pessoas, como coisas de quem vive nas nuvens, coisa de desligados, ou então, segundo um dizer italiano “a filosofia é uma ciência com a qual ou sem a qual tudo continua tal e qual”; ou ainda: “Eu penso na filosofia como se esta fosse um homem, num quarto escuro, procurando um chapéu preto que não está dentro do quarto.” Isto é, a filosofia é uma loucura elegante, algo completamente sem utilidade, podendo ser compreendida como ornamento³³. Assim não somos conhecedores de nós mesmos e nem dos outros, pois é certo que os outros levam sobre nós uma vantagem decisiva: são eles próprios. Assim, a filosofia se vê prisioneira dessa razão ornamental, que cultiva o brilhantismo, através do domínio das palavras. E nessa direção se localiza a tarefa da filosofia, cuja atividade é a de pensar o que somos, como e por que somos.

³³ Segundo Roberto Gomes, “a resenha das idéias filosóficas no Brasil marcaria a influência de duas correntes - o ecletismo e o positivismo - que poderíamos tranquilamente considerar como o que de pior se produziu em termos de alternativa filosófica no ocidente. Apesar dessa debilidade intrínseca, sua influência foi tão decisiva - envolvendo condições de dependência sócio-econômica - que formavam não apenas correntes, mas visões de mundo.” Para saber mais, ver: *Crítica da*

Ora, por detrás dessas críticas à filosofia, acima levantadas, e da ambigüidade própria do termo mesmo entre os filósofos, sabemos que repousa um conjunto de valores vazios, consumistas, frutos da sociedade industrialista. Acontece que, quando a mentalidade consumista nos invade e nos domina, ela o faz de um modo tão esperto que, embora presos e escravizados, nos sintamos muito sabidos e ousados.

CAPÍTULO III

A SOCIEDADE DE ESTUDOS E ATIVIDADES FILOSÓFICOS - SEAF E A REINTRODUÇÃO DO ENSINO DE FILOSOFIA NO II GRAU

1. OS IDEAIS DE UMA SOCIEDADE DE FILOSOFIA¹

A sociedade brasileira, no período de 1964-1985, atravessou ciclos de repressão, tidos como conseqüências das lutas dos setores oposicionistas ao regime militar. O ciclo de maior liberalização teve início no governo Geisel, através da chamada “distensão lenta e gradual” e dos apelos participacionistas, tanto nos seus discursos quanto nos seus projetos. Mas, ainda nesse período, havia sinais claros de perseguição política, e a crise de legitimidade do regime militar atingia níveis insuportáveis.

Ao longo da década de 70, mas sobretudo a partir da sua metade, veio à tona uma produção teórica profundamente crítica, quase sempre oriunda dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. E foi dentro desse contexto, por volta da metade da década de 70, que alguns professores como Olinto Pegoraro, José de Anchieta

¹ Neste capítulo são reproduzidos diversos trechos de entrevistas que realizamos. Para a transcrição utilizamos caracteres em itálico e para identificar os entrevistados, a cada um foi atribuído um número, como segue: (1) **Olinto Antônio Pegoraro** - ex-presidente da SEAF e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia - ANPOF. Professor de Filosofia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (2) **Maria Célia Marcondes de Moraes** - ex-secretária da SEAF. Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação - EED - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. (3) **Leda Miranda Hühne** - ex-presidente da SEAF - RJ. Professora da Universidade Santa Úrsula - Rio de Janeiro. (Olinto, Maria Célia e Leda, foram entrevistados coletivamente em 10/ 06/ 95 na cidade do Rio de Janeiro - RJ). (4) **José de Anchieta Corrêa** - ex-presidente da SEAF. Professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais. (Entrevista realizada por mim em 08. 11. 95 na cidade de Florianópolis - SC). (5) **Mário Guidarini** - ex-presidente da SEAF. Professor aposentado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. (Entrevista realizada por mim em 04/ 05/ 95 na cidade de Florianópolis - SC). (6) **Dirce Solis** - ex-membra da SEAF - RJ e professora da Universidade Santa Úrsula - RJ. (Entrevista realizada por mim no dia 12 de junho de 1995 na cidade do Rio de Janeiro), e (7) **Gerônimo Oliveira Silva** - tesoureiro da SEAF, professor de Filosofia na Pontifícia Universidade Católica e na rede pública estadual de II grau no Rio de Janeiro.

Corrêa, Valério Rodhen, José Henrique Santos e outros, que se encontravam em universidades européias cursando doutorado, sentiram-se desafiados a contribuírem para essa produção, mediante a criação de uma sociedade de filosofia.

Diante da imobilidade em que se encontravam as universidades, na procura de espaços alternativos fora da universidade, nasceu a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF), como uma sociedade nacional, caracterizando-se ao longo de sua história enquanto espaço de estudo e atividades filosóficas.

Em maio de 1976, um grupo de professores e alunos do mestrado de Filosofia da UFRJ fundou no Rio de Janeiro a SEAF, pois todos acreditavam ser vital a criação de um instrumento de apoio e estímulo ao seu trabalho, como um meio de prolongá-lo e dar-lhe eficácia além dos muros universitários. Isto porque a universidade, naquele momento, inviabilizava qualquer movimento ou atividade, quer fosse filosófica, política ou cultural. Não era possível realizar conferências ou convidar um professor para debater e exercer com liberdade o seu pensamento, pois a universidade estava vigiada pelo regime militar.

Assim, as preocupações iniciais diziam respeito à necessidade de se criar um espaço alternativo de estudo, reflexão e atividades filosóficas, junto aos cursos e departamentos de filosofia. E foi com esta finalidade que a SEAF foi fundada no dia 10 de julho de 1976, na cidade do Rio de Janeiro, por Olinto Antônio Pegoraro (UFRJ), Leda Miranda Hühne (USU-RJ), Maria Célia Simon² (USU-RJ), Valério Rodhen (UFGRS), José Anchieta Corrêa (UFMG), José Henrique Santos (UFMG), José Sotero Caio (UFRJ), Hílton Ferreira Japiassú (UFRJ e PUC-RJ), Antônio Rezende (PUC-RJ),

Francimar Arruda Campos (USU-RJ), Ana Maria Garcia (USU-RJ) e Walter José Evangelista (UFMG).

De acordo com as declarações do professor Pegoraro, a SEAF

surgiu da preocupação que vivíamos em 1975-76. A censura e o burocratismo cego dominavam também o meio universitário. Isto gerava profundo desânimo entre professores e alunos. Todo projeto aberto esbarrava em entraves intransponíveis. O silêncio e o isolamento tiveram como consequência principal a improdutividade e a queda de nível, notadamente no âmbito dos Departamentos de Filosofia que sofreram censura mais forte. (Pegoraro, 1980:1)

A partir dessa preocupação, pode-se dizer que a criação de uma sociedade de estudos, reflexão e atividades esteve diretamente ligada às discussões, aos problemas da filosofia e das relações entre o regime militar e a sociedade civil, no Brasil. Aliás, um dos aspectos importantes que diferencia a SEAF de outros movimentos do mesmo período, no campo da filosofia, foi o seu envolvimento, seu engajamento, nas “atividades” filosóficas. Sobre isso, assim se pronuncia Pegoraro (1980:5):

a expressão ‘Atividades’ é um apelo à participação. A filosofia crítica não se satisfaz com teses brilhantes. Isto faz a esquerda de salão que nunca chega aos fatos mas se limita a comentá-los. Diz-se que a filosofia chega tarde... sempre depois. Pelo contrário, a filosofia engajada deve chegar antes. Cabe ao filósofo perscrutar as diretrizes futuras do processo mediante uma profunda análise das situações culturais presentes. (grifos do autor)

O estatuto da SEAF é composto de oito capítulos, onde estão especificados: a denominação, sede, fins, duração, sócios, dos recursos da sociedade³, da diretoria, da

² Queremos registrar aqui, que Maria Célia Simon é a mesma pessoa que Maria Célia Marcondes de Moraes.

³ Segundo o artigo 7 do capítulo III do estatuto da SEAF, “a sociedade não terá fins lucrativos. Ela não terá capital fixo. Seus recursos englobarão, particularmente: as quotas anuais pagas por seus

assembléia geral, dos núcleos regionais, das disposições gerais e dissolução. Após a aprovação unânime dos estatutos, os sócios elegeram a primeira diretoria nacional, ficando assim constituída: Presidente: Olinto Pegoraro; Vice-Presidente: Leda Maria de Miranda Hühne; Secretário Geral: Maria Célia de Moraes Neiva Simon; Tesoureiro: Francimar Arruda Campos Garcia; Diretor de Publicações e Promoções Culturais: Ana Maria Filippe Garcia.

Além da diretoria acima, estiveram presentes na assembléia de constituição os seguintes professores: Hilton Ferreira Japiassú, Regina Simas de Araújo Miranda, José Silveira da Costa, e José Alves de Araújo⁴. De acordo com a ata da assembléia geral de constituição da sociedade, registrada no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas Castro Menezes, (Avenida Franklin Roosevelt, 126 - 2º andar salas 205/07 - Rio de Janeiro), sob o nº 44.980, no livro A-12 de 02 de dezembro de 1976, a assembléia dos fundadores da SEAF ocorreu dia 10/07/76 às 14:00 h na Estrada Velha da Tijuca nº 45, sala 5, na cidade do Rio de Janeiro⁵, e assim deliberou:

A SEAF será uma sociedade civil, sem fins lucrativos e sem intuítos políticos, com objetivo principal de melhoria de condições para o estudo e a pesquisa de assuntos filosóficos; a divulgação de trabalhos filosóficos, por veículo próprio ou em cooperação com outros órgãos; o aperfeiçoamento do ensino de filosofia; a promoção do

sócios; as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas; as subvenções concedidas por organismos nacionais e internacionais”. No entanto, como a SEAF não recebia verbas ou subvenções, decidiu-se cobrar um preço simbólico dos participantes nos eventos promovidos, como forma de ajudar nas despesas com os palestrantes.

⁴ Como se observa, na assembléia de constituição da SEAF, por exigência do cartório de registro civil, consta apenas os nomes dos sócios residentes no Rio de Janeiro.

⁵ O endereço que aparece na ata de fundação, é o endereço da casa do professor Olinto Pegoraro.

relacionamento interdisciplinar e o intercâmbio de idéias entre seus associados⁶.

Explicitando melhor sua organização, Pegoraro (1980:2), afirma que

a estrutura da Sociedade é simples e desburocratizada. Consta de uma Diretoria Nacional composta de membros da mesma região para facilitar as reuniões. Nos primeiros dois mandatos a diretoria foi formada com membros do Rio de Janeiro, com exceção dos vice-presidentes. O segundo elemento da estrutura da SEAF é a Diretoria Regional que tem importância decisiva. (grifos do autor)

Para entendermos melhor a estrutura regional, recorreremos ao artigo 22 do capítulo VI do seu estatuto:

os Núcleos Regionais serão os órgãos da Sociedade nas Unidades da Federação e terão existência autônoma em tudo que disser respeito ao seu peculiar interesse (...), cada Núcleo Regional será dirigido por uma Diretoria composta de um Diretor, um Secretário e um Tesoureiro, eleitos por mandato de dois anos, em reunião especialmente convocada para esse fim. (...) as atribuições da diretoria e o funcionamento dos Núcleos Regionais serão fixados nos respectivos regimentos. (...) a Diretoria Regional deverá apresentar relatório anual à Diretoria da Sociedade.

Com relação aos membros participantes, fizeram parte da SEAF, tanto a nível regional quanto nacional, os sócios fundadores e efetivos, quais sejam, os professores de filosofia e sócios colaboradores, aberto aos estudantes de filosofia e intelectuais graduados em outras áreas do saber, aptos a colaborarem interdisciplinarmente na investigação filosófica.

⁶ Ata e estatuto de constituição da SEAF, registrados no dia 02 de dezembro de 1976.

Com relação ao local das reuniões, nossos entrevistados apontaram o Ibrades⁷ como um espaço que sempre acolheu a SEAF. De acordo com Pegoraro, *“isto sempre foi um tormento, porque nossa idéia era ter uma sede própria. Mas para isto, precisávamos alugar uma sala, ter uma secretária, uma infra-estrutura. Mas nós não tínhamos dinheiro. Então o que a gente fez? Se acolheu sempre em vários locais, por exemplo: na UFRJ - que é bem no centro da cidade, na USU - RJ e um pouco na PUC - RJ. Então, nós nunca tivemos uma sede própria”* (1). E completa Maria Célia: *“em termos de secretaria, como eu fui secretária muito tempo, era na casa da gente. Nos reuníamos nas casas das pessoas”*⁸(2). Além disso, a sede da SEAF foi itinerante, pois onde estivesse a diretoria nacional lá estaria também sua sede. E assim, sucessivamente, as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Florianópolis acolheram a SEAF⁹.

Com relação à organização dos eventos, eis alguns pronunciamentos: *“nas reuniões, discutíamos as diversas atividades, programávamos os grandes eventos.*

⁷ *“Daí então, os primeiros passos foram dados aqui no Rio de Janeiro. Nós queríamos fazer realmente coisas significativas e foram os primeiros movimentos realizados no Ibrades - Instituto dos Jesuítas ligado a temas sociais e que prestam serviços a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São levantamentos sérios, sócio-políticos etc... Na época o Padre Henrique Vaz nos recebeu. Lá fizemos as primeiras reuniões, como se fosse a sede da SEAF”* (1). E segundo Maria Célia, *“as nossas reuniões no Ibrades haviam sido controladas”* (2), embora nenhum de seus membros tenha sido preso pelos órgãos de repressão da ditadura militar.

⁸ Quando Gerd Bornheim (punido em 1969 pelo AI-5, e aposentado compulsoriamente do cargo de professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pouco depois seguiu para a Europa, onde permaneceu durante quatro anos, lecionando em diversas universidades) foi morar no Rio de Janeiro, muitas reuniões eram feitas na sua casa. Gostaria de lembrar, que contrariamente ao que tem divulgado a folha de São Paulo em 1994 e a Universidade de São Paulo, de que o professor José Arthur Giannotti é o filósofo brasileiro, *“Gerd Bornheim é reconhecido pela Enciclopédia Britânica como o Filósofo Brasileiro”* (7).

⁹ Esse tem sido um fator que dificultou o acesso aos materiais produzidos pela SEAF ao longo de sua breve história.

Embora sejamos pessoas que tínhamos pouca experiência prática em organizar grandes eventos, nos pusemos a organizar conferências, pois até então, nós organizávamos pequenas atividades acadêmicas dentro da universidade. Aos poucos os encontros que tinham palestrantes como Marilena Chauí¹⁰, José Arthur Gianotti e outros, passaram a ter um público de duzentas, trezentas ou mais pessoas”(2). “Como naquele momento havia poucos eventos ou reuniões com finalidade política, o convite ia se estendendo de pessoa a pessoa” (3).

Quanto à participação do público nas atividades, nos eventos e debates, de acordo com Pegoraro, *“sempre havia muita gente participando, como alunos, professores, porque as universidades estavam fechadas e muita gente estava atormentada por não fazer nada. E daí saímos para reuniões maiores em colégios, com professores e alunos aqui do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo que havia a participação de muita gente, nós também tínhamos muitas dificuldades para nos organizarmos” (1).*

Foi no bojo desse processo que, os filósofos que entendem a crítica como atividade, começaram a pensar nos problemas decorrentes do afastamento da filosofia do II grau. A partir daí, sobretudo com uma certa abertura política no país, se desencadearam também as lutas regionais pela volta da filosofia ao II grau.

Como a SEAF quis ser um movimento “comprometido com a realidade”, e como em nosso território existem realidades sociais e culturais muito diferentes, os grupos regionais foram desafiados a organizar-se segundo o quadro cultural e regional em que se inserem. Desse modo, a SEAF “é um movimento de intelectuais que visa a criatividade

¹⁰ Segundo as declarações dos entrevistados, Marilena Chauí (USP) foi sempre grande colaboradora

e a produtividade filosófica que interprete a situação do homem na contemporaneidade. O movimento da inteligência atenta ao processo. Isto não poderia ocorrer se a SEAF fosse uma empresa de congressos com donos estabelecidos” (Pegoraro, 1980: 5).

Nesse sentido, percebemos que ao longo de sua história, a SEAF tratou nos seus seminários e conferências de uma diversidade de temáticas. Suas preocupações não se voltaram apenas a problemas específicos da filosofia, mas estavam relacionadas aos problemas da sociedade de forma geral e isto vem confirmar a idéia inicial de uma sociedade que transcenda os muros universitários.

2. UMA VOZ VIGILANTE! PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE

Com relação aos eventos, descreveremos a seguir aqueles que nos foi possível resgatar ao longo da história da SEAF. O primeiro deles, já mostra que as preocupações da SEAF foram os problemas em torno da filosofia, seja enquanto situação geral ou sobre o seu ensino no II grau.

Em outubro de 1976, no Rio de Janeiro foi realizado um ciclo de palestras, sobre o Sentido da Filosofia no Brasil. Foram palestrantes, o prof. Roland Corbisier¹¹, Henrique Lima Vaz¹² e José Arthur Giannotti.

da SEAF, proferindo palestras e escrevendo textos.

¹¹ A palestra “Filosofia no Brasil”, foi publicada na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 4 em outubro de 1978. Em sua palestra, Corbisier afirma que “em fins de 1967, tentei fundar, aqui, no Rio de Janeiro, um Centro de Estudos Filosóficos. Não consegui; malogrei no propósito e, em lugar de um Centro de Estudos Filosóficos, fundamos um Centro de Estudos Brasileiros, cujo presidente foi Álvaro Lins, já falecido. O Centro funcionou durante o ano de 1968, promovendo vários cursos na Associação Brasileira de Imprensa. (...) foi nesse ano que conheci o Pe. Pegoraro, de cujo curso, sobre Teilhard, guardo excelente lembrança. Depois, não mais o vi. Agradecendo o convite que me fez para inaugurar as atividades da SEAF, quero

Em 1977, assim como nos anos seguintes, a SEAF realizou na cidade do Rio de Janeiro alguns eventos importantes, ao mesmo tempo em que seus intelectuais começaram a figurar na imprensa local, sobretudo em jornais como *Jornal do Brasil* e *O Globo*, muito ligados às práticas autoritárias da ditadura¹³.

O ciclo de conferências Filosofia e Sociedade, realizado nos dias 07, 14 e 21 de maio de 1977, foi palco para debate de temas sociais, relacionados ao controle exercido pelo Estado, tais como o significado da política e das ideologias, a importância da crítica e o papel da ciência e da filosofia¹⁴.

No dia 22 de outubro do mesmo ano, a SEAF realizou no Colégio São Vicente de Paula, também no Rio de Janeiro, o ciclo de conferências intitulado Filosofia e Educação. O debate girou em torno das ações do regime militar na área educacional. Um

felicita-lo pela fundação desta sociedade, aqui, no Rio de Janeiro, que ainda é, segundo consta a capital cultural do país, e não tinha nenhum centro dessa ordem” (Corbisier, 1978:52-3).

- 12 O texto “A filosofia no Brasil, hoje” de Henrique Lima Vaz, foi publicado no *Cadernos SEAF* ano 1, nº 1, agosto de 1978, Rio de Janeiro, pp.7-16.
- 13 Nesse período circulava a *Revista Brasileira de Filosofia* do Instituto Brasileiro de Filosofia - ligado à USP, do qual Corbisier foi um dos fundadores. Sua publicação vem desde 1951 de forma continuada. Esse instituto, dirigido por Miguel Reale por muitos anos, reúne estudiosos com formação jurídica. Muitas publicações dessa revista eram elogiadas por alguns órgãos da imprensa - como foi o caso do *Jornal do Brasil* de 4 de julho de 1977. O seu editorial, “Terra Fértil”, elogiava a contribuição daquele Instituto na renovação dos estudos sobre o pensamento nacional. Contudo, isso não representava o que de fato alguns de seus membros pensavam sobre o mesmo. Roland Corbisier, por exemplo, na sua palestra de inauguração da SEAF, acima referida, afirmou: “há em São Paulo, o Instituto Brasileiro de Filosofia, do qual sou um dos fundadores e ao qual não quero fazer restrições, embora esse Instituto, subvencionado por verbas oficiais, esteja, há muito tempo, levando uma vida sonambúlica, que a meu ver nada mais tem a ver com a Filosofia” (Corbisier, 1978: 53).
- 14 Vejamos a seguir, os temas e seus respectivos palestrantes: dia 07/05 - “Política e Razão” - José Arthur Giannotti; “As Máscaras da Ciência” - Hilton Japiassú; dia 14/05 - “Crítica e Ideologia” - Marilena de Souza Chauí; “Filosofia e Política” - Carlos Henrique Escobar; dia 21/05 - “Dialética e Sociedade” - José Walter Evangelista; “Construção do Objeto do Conhecimento e Ciência Política” - Wanderley Guilherme dos Santos. A palestra “Crítica e ideologia”, da professora Marilena Chauí, foi publicada no ano de 1980, na primeira edição do livro: *Cultura e Democracia*.

dos temas foi a realidade do ensino de filosofia. Eis os temas abordados e seus respectivos palestrantes: “Política Educacional no Brasil” - Luiz Antônio Cunha, “**O Ensino da Filosofia**” - Marilena Chauí e “Estado e Educação do Povo” - Darcy Ribeiro¹⁵

Esse foi, segundo nossa pesquisa, o primeiro debate público promovido pela SEAF sobre o “**Ensino de Filosofia**”¹⁶. Embora no seu momento inicial a SEAF estivesse mais preocupada com a realização de discussões sobre temas filosóficos e com a organização de grandes eventos, a questão do ensino de filosofia aparece como uma das suas preocupações. Mas essa temática começou a ganhar maior importância a partir do segundo mandato de Olinto Pegoraro e Leda Hühne na diretoria nacional (1978-1980) e da organização dos núcleos regionais no final da década de 70 e início da década de 80. A partir desse período, o ensino de filosofia no II grau foi se tornando uma das principais bandeiras de luta da SEAF.

O evento, acima referido, realizado no colégio São Vicente de Paulo, repercutiu na imprensa local, sobretudo no jornal *O Globo* de 25/11/77, com a publicação do artigo

¹⁵ Sobre Darcy Ribeiro é interessante destacar o que nos relatou uma entrevistada: “A SEAF sempre fez questão de prestigiar profissionalmente os seus convidados. Para os professores de fora, pagava-se a passagem, a a estadia num bom hotel no Rio de Janeiro e, uma digna e justa remuneração. Por isso, como a SEAF não tinha fundos, cobrava-se o ingresso, a preço mínimo. Pensava-se em fazer a mesma coisa com o professor Darci Ribeiro. No entanto, ao ser informado da cobrança dos ingressos e sem qualquer consulta à direção da SEAF lá presente, o prof. Darci, num gesto demagógico, exigiu a devolução do dinheiro sob ameaça de se retirar do recinto. O que foi feito imediatamente” (2). Segundo informações que temos, quando terminou a palestra, a direção da SEAF fez questão de pagar pelos serviços do professor, que no entanto, teve bom senso de não aceitar.

¹⁶ Gostaria apenas de lembrar que nesse mesmo ano a Sociedade Brasileira de Cultura Convívium realizou de 26 a 29 de outubro de 1978 um encontro em São Paulo, onde se discutiu também “o ensino de filosofia no Brasil” e uma palestra sobre o ensino de filosofia no II grau foi proferida pelo professor João Paulo Monteiro - USP. O motivo, ou a razão desse encontro foi o lançamento

de Olinto Pegoraro, “A Filosofia tenta provar que não está morta. Como? Voltando ao II grau”. De acordo com o referido jornal, os participantes do evento explicitavam, naquele momento, como poderia ser o retorno da filosofia ao II grau:

Não se postula um simples decreto, impondo aos colégios a matéria filosófica. O problema é mais amplo e estrutural. O problema do retorno da filosofia não se resolve a partir dele mesmo. (...) Mas com tal decreto arriscaríamos voltar a um ensino que se satisfaz com a transmissão de um saber acumulado, nas bibliotecas, livros e manuais. Um saber acrítico, meramente informativo e descritivo.
(O Globo,1977:2)

De acordo com Pegoraro, os problemas da educação e do ensino de filosofia em específico, não se resolvem via decreto. E o problema do ensino de filosofia é maior do que se imagina, ele está vinculado ao entendimento do papel da filosofia numa sociedade como a brasileira, ou, ainda, de uma concepção de educação e escola e de uma prática que possibilite sua mudança. O ensino de filosofia deveria ser introduzido enquanto opção livre de uma nação, de uma cultura, por uma coragem de conhecer mais.

Nesse sentido, os núcleos regionais exerceram destacada importância no engajamento pela volta da filosofia ao II grau. Muitas de suas intervenções, seja em forma de artigos, documentos ou na realização de atividades, foram divulgadas por importantes revistas, jornais e boletins. E como participante desse engajamento nas questões do ensino de filosofia, a revista *Reflexão* (Puccamp - SP)¹⁷ publicou um pronunciamento da SEAF em que se apresenta sua postura a favor do retorno do ensino de filosofia ao II grau, em defesa das disciplinas de ciências humanas e em defesa do

dos três volumes da obra *As idéias Filosóficas no Brasil*”, organizada por Adolpho Crippa e publicada pela editora Convívio, São Paulo.

mercado de trabalho para os formados em Filosofia. O referido documento não poupa críticas ao regime militar, dado que para o governo, “a prioridade do ensino fixa-se, portanto, em disciplinas que 'instrumentalizam' o aluno para o trabalho técnico”. Diante das novas exigências do mercado de trabalho, a SEAF defendeu que,

é justamente nesse processo tecnocrático que o ensino da filosofia se faz necessário. Sendo uma disciplina inteiramente 'formadora' e não 'instrumentalizadora', ela tem na formação do aluno um papel importante a desempenhar, pois funciona ou como estimuladora direta no campo das ciências humanas, ou como generalizadora e orientadora na opção do adolescente nas ciências propriamente técnicas. (SEAF, 1977:471)

A atuação nos núcleos regionais levou Pegoraro a afirmar que a SEAF se consolidou a partir de 1978¹⁸ e estava em fase de implantação em diversos estados. Nesse sentido, outro aspecto importante foi a abertura à participação dos alunos. A SEAF era defendida enquanto espaço alternativo, “espaço onde se podia falar sem medo e formular uma crítica pertinente e séria. Este espaço firmou-se sobretudo a partir de 1978, quando o nosso movimento compreendeu a importância da participação dos estudantes. Hoje a SEAF está organizada ou em fase de implantação em 17 Estados” (Pegoraro, 1980:2). E com a abertura à participação dos alunos de filosofia, a SEAF renovou-se. Aliás, isso confirma uma opção de seus sócios, contida em seus estatutos, o

¹⁷ A revista *Reflexão* da PUC de Campinas - SP, publicou durante muito tempo, textos, artigos e documentos de membros da SEAF.

¹⁸ No ano de 1978 ocorreram fatos importantes no âmbito educacional. Segundo Germano (1993:243), “em 1978, foi a vez dos educadores se reunirem coletivamente em Campinas-SP, quando se realizou - em novembro daquele ano - um evento de grande significado: o I Seminário Brasileiro de Educação. A repercussão foi intensa, uma vez que havia participantes de todo o país, e a dimensão política suplantou a dimensão estritamente acadêmica, ao ser questionada, veementemente, a política educacional da ditadura”.

que lhe deu uma característica original em relação aos demais grupos que se mobilizaram no período.

No mês de julho de 1978 foi publicado o *boletim SEAF* nº 2 - Rio de Janeiro - com destaque para as notícias dos núcleos regionais como Porto Alegre¹⁹, Rio de Janeiro²⁰, Belém²¹, além de notícias gerais, como o lançamento dos *Cadernos SEAF*, a possibilidade de fundação de um núcleo da SEAF no Espírito Santo²² e participação na reunião anual da SBPC²³.

-
- ¹⁹ O núcleo regional do Rio Grande do Sul comemorou o bicentenário da morte de Jean-Jacques Rousseau. O colóquio foi aberto pelo Diretor da SEAF - RS, prof. Valério Rodhen. Foram conferencistas os Professores Bento Prado Júnior, Robert Charles Ponge, José Giusti Tavares, Luiz Alberto de Boni e Voltaire Schilling. No Caderno de Sábado do jornal *Correio do Povo* de 01/07/78 - Porto Alegre, foram publicados, como homenagem a Rousseau, os trabalhos de Voltaire Schilling, Luiz A. de Boni e ainda o de Vera Beatriz Gasparin. Segundo o mesmo boletim, a SEAF - RS retomaria no segundo semestre a discussão da questão da reintrodução da filosofia como disciplina obrigatória no ensino de II grau, com a presença da Prof^a Marilena Chauí.
- ²⁰ principal atividade do núcleo regional do Rio de Janeiro, no primeiro semestre, foi a dinamização dos grupos de estudo, dando continuidade às pesquisas iniciadas no ano anterior. A primeira delas, de caráter interdisciplinar, reuniu sócios da SEAF e alguns psicólogos que estavam estudando 'Heidegger e a Psicologia Existencial'; a segunda, restrita aos sócios da SEAF, versou sobre o tema 'Educação e Ideologia'. Além disso, foram promovidos outros eventos: palestras com o professor José Arthur Giannotti, eleição da nova diretoria no dia 12 de agosto, realização do ciclo de conferências sobre "Educação e Poder", além de uma reunião dos sócios para avaliação e análise crítica do ciclo de conferências.
- ²¹ Segundo o mesmo boletim, "deixamos para o fim, uma das mais gratas notícias desse Boletim [afirmam]. A Diretoria Central acaba de receber (com grande atraso, pois a carta levou mais de um mês para chegar) a informação de que no dia 8 de maio foi criado o núcleo regional do Pará - Belém. A diretoria é composta pelos seguintes professores (as): Diretor: Vincenzo Strasser, Secretária: Maria do Socorro Maroja, Tesoureiro: Pasquale di Paolo, além de outros professores como: Benedito Nunes e Armando R. de Avellar".
- ²² "Acaba de ser criado o Departamento de Filosofia da UFES [Universidade Federal do Espírito Santo], em Vitória, contando com oito professores que já articulam promoções de caráter filosófico em toda a Universidade. Os professores Olinto Pegoraro e Hilton Japiassú, da SEAF - Rio, foram convidados para pronunciar conferências, respectivamente, sobre "O Sentido da Filosofia na Universidade" e "Psicologia e Filosofia". Os professores do novo departamento acolheram com toda simpatia a idéia de fundar um núcleo regional da SEAF, durante o segundo semestre do corrente ano".
- ²³ Como a SBPC era o fórum acadêmico mais importante do período no Brasil - sobretudo por se transformar num palco de discussão política e de oposição ao regime militar - a SEAF se fez presente em diversas reuniões com apresentações de trabalhos. Em 1977, como repesália à

Visando a discutir os temas filosóficos, numa perspectiva de compreensão das relações entre sociedade e Estado, a SEAF realizou nos dias 14, 21 e 28 de outubro de 1978, o ciclo de conferências intitulado Filosofia Educação e Poder²⁴.

Em agosto de 1978, foi publicado o primeiro número dos *Cadernos SEAF*, com circulação nacional. O Conselho Editorial, formado por Benedito Nunes, Henrique Cláudio de Lima Vaz, Hilton Ferreira Japiassú, Jean Ladrière, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Raul F. Landim Francisco, apresenta um pequeno histórico de sua fundação, os seus objetivos e uma concepção de filosofia. Segundo eles,

a filosofia - é o que se pensa - é uma atividade teórica duvidosa, desprovida de eficácia e relevância social, um adorno cultural supérfluo para uma sociedade voltada para os problemas mais urgentes do desenvolvimento econômico capitalista. Mas ainda, não só é acusada de duvidosa, supérflua, ineficaz e impotente, mas tomam-se os devidos cuidados para que ela assim permaneça. [E, continua o editorial]: sem privilegiar nenhuma corrente filosófica, política ou religiosa em especial, os *cadernos SEAF* se propõem a ser um veículo de livre manifestação de um pensamento filosófico que se queira responsável e criticamente engajado²⁵.

posição assumida pela SBPC, o Governo inviabilizou a reunião anual que seria realizada em Fortaleza, na Universidade Federal do Ceará, ao suspender a liberação de verbas e ao dificultar a participação de professores e pesquisadores vinculados às instituições oficiais. A reunião da SBPC então, foi realizada na PUC - SP, que meses depois, pagou um preço muito alto pelo desafio, com a brutal invasão das forças da repressão.

²⁴ oram os seguintes, os temas e palestrantes: dia 14/10 - “Perspectivas da Educação Popular” - Luiz E. Wanderley; “Educação e Política” - Rubem Alves; dia 21/10 - “Pedagogia Burocrática” - Maurício Tragtemberg; “Democracia Racial e Educação” - Lélia A. Gonzalez; dia 28/10 - “Dialética e Cultura” - Gerd Bornheim; “Teoria Geral da Ideologia” - Luiz F. Baeta Neves.

²⁵ s textos publicados no primeiro número, com exceção do último, foram originalmente apresentados em ciclos de conferências organizados pela SEAF-Rio: Henrique Cláudio de Lima Vaz - “Filosofia no Brasil, Hoje”; Marilena Chauí - “Crítica e Ideologia”; José Arthur Giannotti - “Cuidando de Filosofia”; Hilton F. Japiassú - “O Problema Epistemológico da Verdade”; Walter José Evangelista - “Dialética e Sociedade”; Olinto Pegoraro - “Historicidade da Existência”; Guido Antônio de Almeida - “Aspectos da Filosofia da Linguagem”.

Além dos eventos acima citados, o ano de 1978 foi importante para a SEAF, pois foi recriado o Departamento de Filosofia na Universidade Santa Úrsula²⁶, tornando-se um dos mais importantes espaços de apoio para a SEAF, uma vez que diversos professores daquela universidade eram membros da SEAF²⁷.

No dia 11/11/78 o jornal *Correio do Povo* - Porto Alegre (RS) - publicou no Caderno de Sábado vários artigos de intelectuais ligados à SEAF sobre a filosofia. Num artigo assinado pela SEAF, a mesma se pronuncia a favor da manutenção das ciências humanas e pela abertura do mercado de trabalho para os formados em Filosofia, reafirmando os princípios também publicados no ano anterior na revista *Reflexão* nº7, volume II, 1977. Merecem destaque o artigo de Pegoraro, pois discute a tarefa da SEAF no “Retorno da filosofia ao segundo grau”, o documento assinado pela SEAF: “A reforma do ensino e a filosofia no II grau” e “Necessidade do ensino da filosofia no currículo do segundo grau” e o de *Marilena Chauí*, Discutindo “A situação da filosofia”²⁸.

De 13 a 15 de dezembro de 1978 foi realizado o II Simpósio Nacional da SEAF²⁹ com o seguinte tema: “Crises e Perspectivas: na Filosofia, na Educação e na Ciência”. O

²⁶ “A Universidade Santa Úrsula extinguiu o curso de graduação de Filosofia em 1974. No entanto ela é talvez, das universidades, aquela que por não ter o curso, tem filosofia no currículo de todos os outros cursos oferecidos, desde os cursos técnicos da área de ciências da vida até a área de ciências humanas. E esta preocupação vem ocorrendo porque as pessoas que trabalhavam com filosofia faziam parte da SEAF” (6).

²⁷ Olinto Pegoraro, então Presidente da SEAF, passou a ser Chefe do Departamento de Filosofia da USU, com 20 h/a e professor da UFRJ, também com 20h/a até 1980, quando a professora Maria Célia Simon assumiu a Chefia do Departamento.

²⁸ Vejamos os títulos dos demais artigos e respectivos autores: “Idéia de uma filosofia popular” - François Chatelet; “Filosofia e compreensão mútua” - Guilhermino Cesar; “Por que filósofo?” - José Arthur Giannotti; “Para que filosofia” - Robert Maggiori; “Filosofia e minoria” - Gilles Deleuze e “A função social da filosofia” - Max Horkheimer.

local escolhido foi o Centro Educacional Sagrado Coração de Jesus, no Alto da Boa Vista - Rio de Janeiro. Nesse simpósio, Olinto Pegoraro e Leda Hühne foram reeleitos para mais dois anos de mandato como presidente e vice-presidente da SEAF nacional respectivamente. Como tema para debate em 1979, foi escolhido “A política do ensino de filosofia no Brasil”.

No mesmo ano, os integrantes da comissão de luta contra os “Estudos Sociais”, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - FFLCH da USP³⁰ publicaram no Caderno de Pesquisa, nº 3, *Tudo é História* o documento: “Licenciatura curta em ‘Estudos Sociais’ e ensino da filosofia”. Sob o título “Danos para o ensino”, os referidos professores fazem menção ao banimento da filosofia do II grau e propõem que a mesma retorne aos currículos de forma obrigatória.

É interessante lembrar que as revistas *Presença Filosófica* do Departamento de Filosofia da Universidade Gama Filho - Rio de Janeiro e a *Revista Brasileira de Filosofia* do Instituto Brasileiro de Filosofia - ligado à USP - São Paulo, ambas “ditas” revistas filosóficas, nada publicaram sobre a SEAF e o movimento pelo retorno da filosofia ao II grau. No entanto publicações como os *Cadernos de Pesquisa*, que não são da área de Filosofia, partilhavam dos problemas discutidos pela SEAF, através da divulgação de artigos e documentos sobre a luta pela volta da filosofia ao II grau.

²⁹ O Simpósio Nacional era o principal fórum da SEAF, que ocorria anualmente. Nele os membros da SEAF estudavam e debatiam, planejavam e elegiam a direção nacional. Infelizmente, não foi possível localizar a data, o local e temáticas discutidas no I Simpósio Nacional.

³⁰ São os seguintes: professores (as) Eduardo D’Oliveira França, Pasquale Petrone, Antônio Cândido de Mello e Sousa, Eunice Ribeiro Durham, Marilena Chauí e José Bueno Conti.

Em fevereiro de 1979³¹ foi publicado o número 2 dos *Cadernos SEAF*. Na abertura, lêem-se dois documentos assinados pela SEAF e que definem sua posição sobre “A Crise da PUC”³² e sobre a “Anistia”. A SEAF, reunida em assembléia geral extraordinária realizada por ocasião da 31^a reunião anual da SBPC, em Fortaleza (CE), da qual participaram professores e alunos das diversas regiões do país, sentiu-se na obrigação de tomar uma posição face ao projeto governamental de Anistia:

ANISTIA para todos os cidadãos atingidos pelo arbítrio (...). O atual projeto de anistia, em tramitação no Congresso, é tímido e injustamente restrito. Ignora que 10 anos atrás a Nação vivia num clima de violência geral criado pelo Estado Totalitário. (...) A SEAF espera, pois, que o Congresso Nacional se coloque à altura do momento histórico e exerça a autonomia que o povo lhe outorgou, emendando o atual projeto, tornando-o irrestritamente abrangente³³. (SEAF, 1979: 3-6)

A SEAF pronunciou-se também publicamente, contra a campanha difamatória e as acusações injustas à figura do Pe. Henrique Lima Vaz e à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, notadamente ao seu Departamento de Filosofia³⁴. O apoio ao

³¹ Importa mencionar que o ano de 1979 foi, sobretudo para os trabalhadores rurais, operários e setores do campo popular progressista, o início de um momento de mobilização e organização. Em escolas e universidades, os professores se mobilizaram, fizeram greves, protestaram contra os baixos salários, contra o autoritarismo e contra a política educacional do regime militar.

³² Sabe-se que a “crise da PUC” teve origem no Departamento de Filosofia. O mesmo era chefiado pelo professor Raul Landin, que demitiu uma professora ligada ao Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. Em decorrência disso, foram demitidos inúmeros professores do Departamento de Filosofia, o que provocou uma reação pública.

³³ Os textos publicados no segundo número dos *Cadernos SEAF* são: “Do biênio vermelho a livorno: L’ordine nuovo” - Edmundo Fernandes Dias; “Psicanálise e arte” - Gerd Bornheim; “Ciência e anticiência” - Jean Ladrière; “Notas para um projeto de crítica ideológica ou de história crítica do pensamento” - Luiz Eduardo Bicca; “Verdade e libertação - uma questão epistemológica?” - Valério Rodhen; “Significação e ato ilocucionário” - Vera Cristina de Andrade Bueno; “A filosofia fácil: um ajuste de contas com a filosofia científica” - Wilson Mendonça.

³⁴ O professor Antônio Paim, considerado um católico conservador, do Departamento de Filosofia da Universidade Gama Filho - RJ, atacou o Pe. Vaz e sua conduta filosófica dentro do Departamento de Filosofia da PUC-RJ. A resposta do Pe. Vaz foi dada também no texto “Crise

padre Vaz e àquele Departamento de Filosofia foi importante na hora em que tendências fascistas se insurgiram contra o pensamento. Apesar dessa situação, segundo Pegoraro, em 1979, a famosa “crise” da PUC teve o mérito de suscitar novo interesse pela filosofia e projetou a SEAF no cenário cultural nacional.

A revista *Reflexão* da Puccamp publicou no número de janeiro a abril, um artigo do professor Moacir Gadotti intitulado: “Para que serve afinal a filosofia?” Neste artigo o prof. fez menção ao encontro promovido pela Sociedade de Cultura Católica - Convívium no ano de 1978, e conclamou a SEAF para denunciar as discussões lá realizadas³⁵.

O Jornal *Correio do Povo* - Caderno de Sábado - Porto alegre (RS) de 06/10/79, publicou alguns textos de professores de filosofia, sendo alguns deles sócios da SEAF. São eles: “Quem tem medo da filosofia?” - Valério Rodhen³⁶; “Política da filosofia no

da PUC: descendo às raízes”, o qual foi publicado na revista “Encontros com a Civilização Brasileira”, nº 10 de 1979.

³⁵ mesmo artigo foi publicado mais tarde com algumas alterações no *Boletim da SEAF - SP*, pp. 2 e 3. Também nesse ano o Conjunto de Pesquisa Filosófica - Conpefil, dirigido pelo Pe. Stanislavs Ladusãns em colaboração com a Associação Católica Internacional de Filosofia - ACIF, realizou o VII encontro. Dele resultaram duas mensagens datadas de 30 e 31 de julho de 1979 e enviadas ao então Presidente da República, João Batista Figueiredo. As mesmas afirmavam que “a filosofia, como disciplina que ensina a pensar em profundidade é fundamental para a realização do objetivo do ensino de II grau, (...) a filosofia surge como uma presença salvadora, oferecendo os elementos básicos necessários para que cada um possa estruturar uma concepção de vida bem definida e sólida, (...) na medida em que busca e expressa a verdade, constitui-se em fonte de **segurança pessoal, social e até nacional**”. (Ladusãns, apud Silveira, 1991:150 - grifos meus). Em resposta ao Conpefil, o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, enviou posição da SESU/MEC concordando com os argumentos expostos nas mensagens, tidos como “legítimos e procedentes”, embora tenha se limitado a afirmar que “a matéria, por sua importância e complexidade, merece estudo amplo e cuidadoso”. Vale lembrar que, mais tarde, o Conpefil embora concordasse, com as idéias do governo, se pronunciou contrário às orientações do Documento de Brasília, tendo encaminhado ao MEC sugestões de como deveria ser o ensino de filosofia no II grau.

³⁶ Segundo o autor, “O Estado tem medo de homens que fazem verdadeira filosofia (...) o Estado só favorecerá filósofos dos quais não tem medo (...) e, se alguém suporta ser filósofo em função do

Brasil” - Olinto A. Pegoraro³⁷ e “Ser e não ser professor de filosofia” - José Arthur Giannotti.

Também nesse mesmo ano³⁸, o Departamento de Filosofia da USP e a SEAF- SP organizaram duas mesas redondas sobre filosofia. A primeira sob o título “**A filosofia no Brasil**”, com participação dos professores Bento Prado Júnior, Caio Navarro e Roberto Schwartz e a segunda sob o título “**Ensino da filosofia no Brasil**”, com os professores José Arthur Giannotti, Renato Janine Ribeiro, Dermeval Saviani e os alunos de graduação Azildo Souza Campos e Rosely Roth. Nesse encontro apenas o professor Giannotti se pronunciou contra a reintrodução da filosofia no II grau³⁹, alegando a inexistência de professores devidamente capacitados para lecionar a disciplina⁴⁰. Ele manifestou-se “contrário ao retorno da filosofia ao II grau por acreditar que não existiriam professores capacitados em número suficiente para atender a demanda (...). De que adiantaria ensinar filosofia no secundário com esse quadro? Serei a favor quando houver uma reforma”.

Estado, tem também de suportar ser considerado por ele como se tivesse renunciado a perseguir a verdade em todos os seus escaninhos”, (o texto integral foi apresentado em 12 de julho de 1979 na mesa-redonda “Dilemas da Produção Filosófica no Brasil”, em Fortaleza, Ceará, como parte integrante do tema central da 31ª Reunião Anual da SBPC).

³⁷ O autor chama atenção ao fato de que “todo o ensino deve ser crítico. A Geografia, a História, a Filosofia, enfim todas as disciplinas devem orientar o aluno a uma postura pessoal, a uma visão ampla e crítica das coisas que estuda. Não interessa quanto aprende mas como aprende, com que mentalidade e com que perspectivas o jovem termina seu curso”.

³⁸ Nesse ano também, o Deputado do PMDB Mauro Bragnato apresentou projeto de lei na Assembléia Legislativa, para a introdução da Filosofia ao II grau no estado de São Paulo. Em virtude da sua não aprovação, o mesmo Deputado reapresentou o projeto em 1982, mas com algumas alterações, tendo sido rejeitado outra vez .

³⁹ Esta posição de Giannotti persiste ainda hoje. Segundo ele: “sempre tive muitas dúvidas a respeito de transformar filosofia em disciplina obrigatória no II grau” (Giannotti, apud, Folha de São Paulo: 1994:6).

⁴⁰ Ver a esse respeito: “Mesas - redondas de Filosofia”. *Folha de São Paulo*, 18/03/79, p. 3.

3. O COMPROMISSO COM UMA FILOSOFIA CRÍTICA E A FORÇA DOS NÚCLEOS REGIONAIS

Nossa pesquisa indica que, a partir de 1980, a SEAF - PR tem sido o núcleo regional que publicou com maior sistematicidade. Sua publicação principal foi o caderno *textos SEAF* n° 1, jan. à abril de 1980. Em sua apresentação, o Conselho Editorial afirma que

a SEAF constituiu-se em resposta à necessidade e questionamentos próprios dos que fazem e pensam a filosofia, sua validade e sua função social. (...) No Paraná, ela é nova. Surge em fins de 1979, da urgência em conquistar para a filosofia um ambiente onde possa mover-se sem amarras, livre dos burocratas que asfixiam o lugar acadêmico, das interferências nocivas, das vigilâncias. Surge a SEAF no Paraná como alternativa para repensar a filosofia, que vimos quase abatida, relegada ao trato de miudezas, reduzida a um saber ornamental. (...) Os textos SEAF são nosso primeiro projeto. É um espaço que abrimos àqueles que querem cooperar para o exame crítico dos temas da filosofia e das ciências humanas de modo geral.

Segundo o editorial desse caderno, os objetivos fundamentais da SEAF são os seguintes: 1) promoção de uma efetiva participação de filosofia nos problemas da sociedade brasileira; 2) melhoria das condições de estudo, pesquisa e divulgação da filosofia; 3) aperfeiçoamento e expansão do ensino da filosofia em todos os níveis e 4) defesa dos interesses de seus membros no Paraná⁴¹.

⁴¹ Os artigos publicados no primeiro número são: “O lugar do progresso na pedagogia kantiana e a aufklärung” - Beatriz Cunali; “Notas para uma teoria da educação” - Emmanuel José Appel; “Alguns aspectos da semântica situacional de Ducrot” - Inês Lacerda Araújo; “Sartre ou da liberdade” - Marilena de Souza Chauí; “O saber e a dominação” - Maria José Justino; “A educação na perspectiva da ideologia liberal” - Suzana Maria Munhoz da Rocha Guimarães; “Autoritarismo e repressão sexual segundo Wilhelm Reich” - César Augusto Ramos.

Apenas para situar as lutas e atividades da SEAF no contexto das lutas educacionais no Brasil, vale lembrar que nesse mesmo ano foi realizado o II Seminário Brasileiro de Educação. A partir daí, foi transformado em “Conferência Brasileira de Educação”, organizada de dois em dois anos por instituições educacionais da sociedade civil como o Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes; Associação Nacional de Educação - Ande; Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação - Anped. Nesse ano, foi criada também a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), que foi precedida pelo surgimento de associações docentes em grande parte das universidades brasileiras.

Ainda em 1980,

vários [núcleos] regionais influem consideravelmente nas respectivas comunidades. É o caso de Porto Alegre, Curitiba, Vitória, Mossoró, São Luiz e Belém. Outros regionais, como São Paulo e Belo Horizonte, de enorme potencial filosófico, estão em fase de rearticulação. No Rio de Janeiro, passamos por uma fase de mobilização de massa; depois a SEAF organizou-se em grupos de estudo de problemas e agora tende a formar núcleos de pesquisa e participação social com base nos Departamentos, contando com crescente apoio e ação de estudantes. (...) Por toda parte nossos regionais exerceram atuação concreta nos Departamentos, (...) tomaram posição diante de importantes acontecimentos regionais ou nacionais e todos lutaram pelo retorno da filosofia no II grau. Em vários regionais tivemos que contar com a possibilidade de censura de temas, conferencistas e locais de reunião. (Pegoraro, 1980:2-5)

Pegoraro qualifica os professores que pertencem à SEAF como, “os principais mestres reconhecidos por seu longo tirocínio no magistério , pelas suas publicações, conferências e sobretudo pelas agruras determinadas pelo regime. Ao lado destes, vão surgindo jovens pensadores em muitos Departamentos. Notável é a recuperação do prestígio da filosofia entre os alunos”. (Ibid - grifos do autor)

No IV Simpósio Nacional da SEAF, realizado na PUC - RJ⁴², foi eleita a diretoria nacional da SEAF, que passou a ter José de Anchieta Corrêa (UFMG) como presidente, Maria Célia de Moraes Simon (USU-RJ) e Marilena Chauí (USP-SP) como vice-presidente⁴³. A partir desse período a SEAF passou a ter sua sede em Belo Horizonte, na UFMG.

A eleição dessa diretoria, contrariamente às eleições anteriores, não foi pacífica. Havia a candidatura dos professores do Rio Grande do Sul, que apresentava uma concepção de filosofia mais acadêmica, mais técnica, sobretudo restrita aos doutores. Essa concepção encontrou forte resistência no âmbito da SEAF e levou Minas Gerais a apresentar sua candidatura a presidência⁴⁴.

Na avaliação de Anchieta, estava em discussão, na plenária que elegeu a nova diretoria, a concepção de filosofia da SEAF. *“De um lado, havia um grupo que pensava numa filosofia mais técnica e restrita aos doutores e, de outro, nós que defendíamos uma sociedade aberta aos alunos, de uma filosofia crítica e comprometida na transformação da realidade. Defendia-se, também, a perspectiva da existência da filosofia, de grupos de estudo e debate, mesmo onde não houvesse uma estrutura departamental com professores de filosofia”* (4).

⁴² Os textos do IV Simpósio e da 32ª Reunião Anual da SBPC foram publicados em *Debates Filosóficos*, nº 2 de junho de 1981.

⁴³ Não foi possível localizar o nome da terceira pessoa, que também era vice-presidente.

⁴⁴ Segundo Pegoraro, *“por erro de tática política, Valério Rodhen não foi eleito presidente da SEAF”* (1). Com relação a isto, Anchieta contextualiza um pouco mais esta situação: *“Mas o grupo gaúcho, que de fato já vinha preparado, (...) que tinha garra, identificação, tinha até uma paixão amorosa pelo projeto, eles não abriram mão, quiseram marchar para a disputa em termos coesos. E, nós fizemos uma outra chapa que eu era presidente. Eu tinha chegado no Congresso apenas para participar, não tinha pretensão e nós ganhamos a eleição”*(4).

Isso provocou uma crise dentro da SEAF: “e quando os gaúchos⁴⁵ apresentaram no simpósio, um programa com uma estrutura de direção revista, que tinha uma certa inflexão dentro da SEAF por se aproximar de uma concepção de filosofia mais tecnicizada, mais profissional, fez-se um debate rico, dos mais calorosos de todo o tempo. Debate de tal ordem que Marilena Chauí ficou presente nas duas chapas. (...) Mas o grupo gaúcho, que de fato já vinha preparado, tinha garra e identificação pelo projeto. Não abriu mão, quiseram marchar na disputa em termos coesos. [Então, segundo Anchieta], (...) nós fizemos uma outra chapa em que eu era candidato a presidente⁴⁶. No momento que a gente ganhou as eleições (votação secreta), eu subi à mesa e convidei que a SEAF agora se una. Convidei o grupo que disputou para se juntar a nós e fazermos uma ação conjunta, pois aquelas idéias eram importantes. O que aconteceu eu acho sintomático: eles se levantaram e saíram do plenário, não participaram mais”⁴⁷(4).

Diante da vitória eleitoral do grupo que defendia uma sociedade mais aberta e da derrota do grupo que apresentou uma proposta de estrutura mais volta para os profissionais em Filosofia, de acordo com Anchieta, durante o primeiro ano de seu mandato, houve várias tentativas de reaglutinar o grupo dissidente. “O Olinto foi várias vezes ao Rio Grande do Sul para conversar, mas a fenda existia”. (4) E então, o “racha” foi inevitável. Mesmo assim, a SEAF foi aos poucos retomando suas atividades,

⁴⁵ O entrevistado mencionou os professores Valério Rodhen, Dennis Rosenfield e Ernildo Stein.

⁴⁶ “Defendíamos os princípios de que todos pudessem ter acesso à filosofia. E assim fomos eleitos, e sofremos horrores” (4).

⁴⁷ A chapa eleita incluiu alunos de graduação de Filosofia e primava por uma SEAF mais aberta e participativa.

tanto na criação de novos núcleos regionais em diversos estados, quanto na realização de eventos.

A partir de uma discussão na SEAF, numa tentativa de democratizar o acesso aos cursos de pós-graduação, segundo Anchieta, *“acreditamos ser importante, que os cursos de especialização e mestrado das universidades brasileiras reservassem vagas para as regiões menos favorecidas, como o Nordeste e o Norte, por exemplo⁴⁸, para que candidatos pudessem freqüentar o curso e ir sanando suas deficiências, seja no estudo da língua estrangeira ou em disciplinas complementares a sua formação”* (4). O mestrado em Filosofia da UFMG passou a aderir a essas propostas no período em que Anchieta foi coordenador⁴⁹.

Ainda no ano de 1980, a SEAF - PR deu continuidade às publicações, através do caderno *Textos SEAF* n°2 - maio a dezembro⁵⁰.

A SEAF, que nesse período já se encontrava engajada em vários núcleos regionais pelo retorno da filosofia ao II grau, foi surpreendida com a nomeação de uma comissão de alto nível⁵¹ pelo então Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro,

48 A crença nesse projeto se baseava na experiência das universidades européias que reservavam vagas para candidatos de países latino-americanos. Pois, *“se fôssemos disputar vagas com os europeus, teríamos muitas dificuldades para ingressar nos seus cursos”* (4).

49 Segundo ele, eram abertas cinco vagas para professores que viessem com bolsa do Programa Institucional de Capacitação e Desenvolvimento - PICD.

50 Foram os seguintes temas publicados: “A Verdade posta em questão” - Salma Tannus Muchail; “Ricoeur: fenomenologia e hermenêutica” - Anita Helena Schlessener ; “Sartre e o existencialismo” - Roberto Figurelli; “Abordagem axiológica da epistemologia científica” - Roberto de Andrade Martins; “O espaço da filosofia no brasil” - Maria José Justino; “SEAF entrevista Giannotti” - Emmanuel José Appel.

51 Segundo Simon (1984:12), “A comissão em um primeiro momento, foi integrada apenas por professores de filosofia pertencentes ao quadro de docentes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, onde Arnaldo Niskier (então Secretário de Educação), era titular de História e Filosofia. São eles: Tarcísio M. Padilha, Hans Lippman, Cylene C. Gallart, Arminda F.S.R. Lima e

para discutir a reintrodução da Filosofia no II grau. A importância em se ressaltar esse acontecimento está no fato de o Estado do Rio de Janeiro ter sido pioneiro nesse processo, após o afastamento do ensino de filosofia pela lei 5692/71. Segundo Simon,

mais uma vez, uma decisão de gabinete, desconsiderou pura e simplesmente os vários setores empenhados na reintrodução da filosofia no II grau, aqui no Estado, tais como a SEAF, os Departamentos de Filosofia e os alunos do IFCS/UFRJ e PUC-RJ. Ou seja, longe das vistas e alheio às opiniões dos principais interessados. (...) As primeiras notícias chegaram até nós no fim do ano passado. Ficamos incrédulos a princípio, mas logo depois os rumores foram se tornando realidade: confirmava-se a existência de uma comissão de alto nível encarregada de sugerir o conteúdo programático e acompanhar todo o processo de reintrodução. (Simon, 1984:12)

O Conselho Estadual de Educação, em seu parecer 49/80, indicou o conteúdo da disciplina, que deveria ser chamada de Iniciação Filosófica e seria ministrada nas primeiras e nas segundas séries do II grau, com duas horas semanais.

Com relação a sua reintrodução, o parecer 49/80 do Conselho Estadual de Educação (RJ), afirma o seguinte:

sendo muito embora decorrência direta da natureza reflexiva do homem, a especulação filosófica deve ser disciplinada. (...) O professor de filosofia, entre todos os professores, é o que tem mais possibilidades de ser um mestre. A cada um dos seus alunos, ensina ele a presença do presente, a presença de si mesmo. Sócrates, Platão, Aristóteles representam a expressão mais elevada da filosofia de todos os tempos. Se a imaginação oriental povoou o mundo com suas criações, se o povo de Deus trouxe a mensagem religiosa da Bíblia - Livro dos Livros, Roma deu a todas as gerações a inspiração jurídica - *Romanos, rerum dominos gentemque togatam* - se a reflexão ulterior trabalhou sobre esses pilares da grandeza humana até emergir nas realizações assombrosas da técnica moderna, o esforço de reflexão filosófica, esse culminou na Grécia. (...) Santo Agostinho, 'o mais humano dos homens',

Maria Luiza Tindó M. da Silva. Posteriormente, dois membros da Secretaria serão incorporados à Comissão: Maria Martha S. Lustosa - da coordenação do II grau e Celeste Bastos - do laboratório de Currículos”.

tentara conciliar o Evangelho com o platonismo. Santo Tomás batiza Aristóteles naquele assombroso século XIII, que nos deu, com as catedrais góticas e a Divina Comédia, a Suma Teológica⁵².

Desse modo, segundo o parecer, nada mais razoável sob o ponto de vista pedagógico, do que proporcionar aos jovens que perfazem seus estudos de II grau, a oportunidade de sequer visitarem esse “templo” do saber filosófico, de receberem uma formação filosófica, cujos resultados poderão contribuir para uma formação da personalidade, para que se tornem dignos integrantes de uma sociedade aberta e livre.

Percebe-se que categorias como sociedade aberta, formação da personalidade e outros, fizeram parte desse parecer. Embora com outras roupagens, que não àquelas utilizadas pelos membros do movimento da SEAF⁵³.

Concomitantemente à sua reintrodução, a Secretaria de Educação e Cultura/RJ - SEC - realizou dois encontros com os professores que passaram a lecionar filosofia no II grau. O primeiro ocorreu de 25 a 29 de fevereiro e o segundo de 24 a 27 de junho de 1980, ambos na UERJ. Segundo Ávila,

os documentos oficiais, os programas de ensino e o discurso da maioria dos conferencistas nos encontros de professores foram tecidos com expressões novas, tais como: “consciência crítica”, “filosofia crítica”, etc... Estas e outras expressões estavam, contudo, em contradição com a prática daqueles que reintroduziram o ensino da filosofia no II grau no Estado do Rio de Janeiro: [pois] os maiores interessados - os professores de filosofia - não puderam contribuir efetivamente na organização dos programas e dos encontros. Eles continuaram a ter a palavra caçada. Não restou senão o silêncio. (Ávila: s/d: pp. 2-3)

⁵² Porém, na indicação nº 12/80 do Conselho Estadual de Educação se pode ler a surpreendente afirmação de que “a filosofia deve contribuir para a mais plena adequação do cidadão ao desempenho de sua profissão e de suas obrigações cívicas” (Simon, 1984:14).

⁵³ Por que não insinuarmos que o lobo passou a vestir-se de cordeiro?

Com relação à SEAF, mesmo com a crise decorrente da disputa eleitoral realizada no IV Simpósio Nacional, e da reintrodução da filosofia em escolas do Rio de Janeiro, através das forças conservadoras, o ano de 1981 foi marcado por diversos eventos e atividades da SEAF. Nesse ano foi realizado o I Encontro Nacional dos Departamentos de Filosofia - ENDF, evento que a princípio reunia somente chefes de departamentos, mas que aos poucos foi sendo aberto a todos os professores e inclusive alunos de graduação em Filosofia. Segundo Pegoraro, *“essa tentativa de aproximar os departamentos de filosofia foi iniciativa da SEAF, inclusive houve uma época, em que se pensou em juntar os dois movimentos”* (1).

No I ENDF realizado no Colégio Sagrado Coração de Jesus - RJ, a discussão se deu em torno dos seguintes temas: “A situação da filosofia no Brasil”, “Atualização do currículo de filosofia” e “Retorno da filosofia ao II grau”. Esse encontro contou com a participação de chefes de departamentos de filosofia de diversas universidades brasileiras. As conclusões do encontro foram resumidas em três documentos: a) recomendações aos Departamentos de Filosofia; b) decisões finais do encontro e, c) retorno da filosofia ao II e III graus. Nesse encontro foi eleita uma comissão para coordenar os trabalhos dos departamentos agregados e preparar o II ENDF, pois acreditava-se que as transformações eram necessárias também nos Departamentos de Filosofia e que estes teriam responsabilidade pelos problemas da filosofia, tanto nas universidades quanto nas escolas secundárias. Embora não tenhamos conseguido levantar os nomes das pessoas, diversos membros da SEAF estiveram engajados também nas

atividades organizadas pela Coordenação Nacional dos Departamentos de Filosofia - CNDF.

As discussões daquele primeiro encontro repercutiram muito na imprensa. O editorial do *Jornal do Brasil* (RJ), de 24/10/81 acusou o Encontro de “fruto da moda, do que propriamente reflexão filosófica”. Em nome da Coordenação, o professor Pegoraro publicou um artigo no mesmo jornal, respondendo às acusações dirigidas ao I ENDF: “Os pequenos filósofos, são nada menos que 29 Chefes de Departamentos, Coordenadores de Pós-Graduação e cerca de 60 professores e alunos vindos das principais universidades do país”⁵⁴.

As críticas do citado jornal ao I ENDF ocorreu em função da explicitação do papel que a filosofia deve exercer, pois os participantes do encontro defendiam “uma filosofia que procure **compreender criticamente** a realidade como um todo, a fim de **transformá-la**”⁵⁵(grifos meus).

Por um lado, toda esta discussão, embora muito distorcida pela imprensa, foi importante para a delimitação de uma postura majoritária entre os participantes do I - ENDF pelo retorno da filosofia ao II grau e, por outro lado, pelo fato de a Secretaria de Ensino Superior - SESU do MEC, ter tomado conhecimento das repercussões e discussões desse encontro, e decidido nomear uma comissão de consultores para discutir a temática. Além dos observadores da SESU, fizeram parte da referida Comissão, os professores: Olinto A. Pegoraro (UFRJ), Cósimo D’Ávila. (UFF), Álvaro L. M. Walls (UFRGS), Benedito Nunes (UFPa), José Henrique Santos (UFMG), Maria

⁵⁴ “Filosofia”, *Jornal do Brasil* (RJ), 10/11/81.

de Jesus M. M. e Silva (UFMa), Marilena Chauí (USP), Antônio Joaquim Severino (PUC-SP), Estevão R. Martins (UnB), Dermeval Saviani (PUC-SP) e Néelson Gonçalves Gomes (UnB).

De acordo com Simon,

até esta data [1981], o enfrentamento das posições pró e contra a filosofia no II grau se restringia ao interior dos muros universitários ou a encontros de sociedades e grupos interessados na questão. Com a divulgação do Documento de Brasília a contradição veio à luz, [provocando] forte reação nos setores conservadores, como aetam editoriais e artigos na grande imprensa do Rio e de São Paulo. (Simon, 1986: 12)

O documento final da Comissão, enviado aos Departamentos de Filosofia das universidades brasileiras, dimensionou o debate para grande parte delas, fortalecendo a mobilização do movimento pela volta da Filosofia ao II grau em muitos estados. O documento traz ainda algumas propostas para o encaminhamento do movimento. Sugere a promoção de um amplo esclarecimento dos vários segmentos de II grau, recorrendo a órgãos da Secretaria de Educação e promovendo a realização de reuniões e encontros com professores e diretores de escolas.

Para a concretização dessas sugestões, o texto final do Documento de Brasília propõe como subsídios: “a) a compreensão da filosofia como reflexão sobre a realidade vivida pelos adolescentes em sua articulação com as questões sociais, políticas, científicas e artísticas do presente; b) o entendimento da filosofia também como colaboradora no ato de repensar a tarefa pedagógica, em seu sentido amplo; c) utilizar o espaço que, legalmente, já foi reconhecido à filosofia, mas que na prática, não tem sido

⁵⁵ Idem nota 50.

necessariamente ocupado; c) utilizar o espaço que, legalmente, já tem sido necessariamente ocupado; d) formar comissões de visitas e contatos com as escolas, com a finalidade de assessoria a reintegração e retorno da Filosofia a tais instituições de ensino”⁵⁶.

Procurando compreender os motivos que levaram o MEC através da SESU a nomear uma comissão para discutir a questão do ensino de filosofia, Pegoraro nos relata uma situação cômica, a qual caracteriza muito bem a falta de seriedade com que o governo estava tratando a questão. Seu relato começa com uma grande risada:

Isso é muito interessante [risos]. Foi aqui na PUC-RJ onde tivemos um congresso nacional, [ano de 1980 - IV Simpósio Nacional] e que veio um representante do MEC. Mas, como eu ia muito a Brasília naquele tempo, encontrei no MEC-SESU um setor só para a filosofia. Então fiquei maravilhado e, eu fui interlocutor com eles e, vi que eles não entendiam nada de filosofia, absolutamente. Então eu convidei um representante para vir no congresso promovido na PUC. Falei para ele: Você não fale do Golbery ... pois ele era ligado a Golbery do Couto e Silva - que era quem dava as idéias políticas do Brasil - eminência parda - Mas quando ele foi falar em público, falou do Golbery, então ... acabou tudo. [Depois disso], ele organizou um encontro em Brasília e, nos chamou com viagens e hotel pagos. Fizemos um documento com absoluta liberdade, fomos só nós que fizemos. Mas [como ele] era ingênuo, ele passou [o documento] à frente e saiu na imprensa. Aí começamos a apanhar, porque a imprensa ligada a ditadura começou a propagar: ‘que tipo de filosofia chegou a Brasília?’” (1).

Perguntado sobre o perfil do representante da SESU, Pegoraro afirmou que ele “era um burocrata qualquer. A razão principal [do seu envolvimento nesse processo] foi

⁵⁶ Segundo relatório da Coordenação dos ENDF, o documento de Brasília se apoia substancialmente nas diretrizes emanadas do I Encontro Nacional dos Departamentos de Filosofia, assim como nas concepções da SEAF.

arrumar um cargo para ele, que acabou arrumando para a mulher dele também. Nunca tinham mexido com filosofia. Este foi o fato político” (1).

Como resultado da “Semana de Filosofia” promovida pela SEAF - PR, em agosto de 1981, na Universidade Federal do Paraná, foi publicado na edição de janeiro a dezembro desse ano, o terceiro número dos “textos SEAF”⁵⁷.

Embora o núcleo regional do Paraná não tenha publicado artigos específicos sobre a filosofia no II grau, a nota de apresentação da coordenação da revista, afirma que

queremos nos somar e prestar apoio ao trabalho iniciado no Encontro de Chefes de Departamento de Filosofia, realizado recentemente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual se discutiu o melhor caminho para o retorno da filosofia ao ensino de II grau, (...) através da SEAF - regional Paraná, pleiteamos o ensino de uma filosofia crítica que, esclarecida pela história, recupera as esperanças do passado para iluminar o presente abrindo novos horizontes, voltada para os problemas reais, (...) apoiamos a orientação geral do projeto de retorno da filosofia ao II grau, inclusive no seu intento de propor roteiros programáticos alternativos, que sem tolher a autonomia do professor, aponta elementos que visam - pela iniciação ao trabalho da crítica - enriquecer a experiência humana, colaborando com as demais ciências, sem dispensar o rigor da reflexão filosófica pela leitura dos clássicos. (SEAF, 1981:5)

A revista *Debates Filosóficos* nº 2, publicada em junho de 1981, trouxe a público os trabalhos apresentados pelos membros da SEAF no IV Simpósio Nacional da SEAF,

⁵⁷ As conferências publicadas foram as seguintes: “Prolegômenos ao estudo do positivismo Brasileiro: Verdade e ideologia” - Gerd Bornheim; “Da arqueologia à genealogia”- Salma Tannus Muchail; “Filosofia e Conflito Ideológico no Brasil” - Leandro Konder; “Um estudo da cidade” - José de Anchieta Corrêa ; “Marcuse e o universo unidimensional” - César Augusto Ramos ; “Movimentos da história” - Suzana Munhoz da Rocha Guimarães e “A filosofia de Jacques Derrida: Um pensamento da repetição” - Daniel Giovannangeli.

assim como as principais conferências pronunciadas na 32ª Reunião Anual da SBPC⁵⁸. Vejamos os textos apresentados e seus respectivos autores: “Identidade da SEAF” - Olinto Antônio Pegoraro; “Análise de diversas perversões” - Ernildo Stein; “Filosofia prática, sua relevância e atualidade” - Valério Rodhen; “Ideologias autoritárias e filosofia” - Marilena de Souza Chauí; “O ensino da filosofia no II grau: crítica ou alienação?” - Maria Célia Moraes Neiva Simon; “Recuperação da memória do ensino da filosofia no II grau” - Antônio de Rezende Silva; “Filosofia como resposta e filosofia como questão” - Maria do Carmo Bittencourt de Faria e “Filosofia e ciência” - Alberto Oliva.

As atividades da SEAF continuaram, por exemplo, o V Simpósio Nacional da SEAF, realizado de 3 a 7 de novembro de 1981 em Belo Horizonte, teve como tema central “Filosofia e Cultura”, numa promoção conjunta do Mestrado de Filosofia da UFMG e a SEAF⁵⁹.

⁵⁸ Os *Debates Filosóficos*, ano 1, nº1 foi datilografado e editado como apostila. Infelizmente não encontramos nenhuma cópia. Mesmo assim, obtivemos informações que o texto “Graduação e Pós-graduação em Filosofia” da professora Marilena Chauí foi ali publicado.

⁵⁹ Participaram como palestrantes na abertura do evento, dia 03/11/81, os professores José Henrique Santos, José A. Corrêa. Na discussão sobre Filosofia e cultura, no período noturno foi palestrante o professor Henrique Lima Vaz. No dia 04/11/81, os professores Gildo M. Brandão, Leandro Konder e Luiz Bicalho, debateram no período vespertino, “Lukács: cultura e Democracia”. A noite, Leandro Konder debateu “O que está vivo em Lukács”. No dia 05/11, os professores José A. Corrêa e Hugo César da Silva discutiram, “Merleau Ponty: o dogmatismo em questão”. A noite, a professora Salma Tannus falou sobre “Merleau-Ponty: Filosofia como crítica da cultura”. No dia 06/11, o professor José Chasin e a professora Marilena Chauí, falaram sobre “Lukács: vivência e reflexão da particularidade”, à tarde. À noite Marilena Chauí discuiu sobre “Merleau-Ponty: As aventuras da dialética”. O dia 07/11 ficou reservado para o encerramento e programação cultural.

Em um relatório de 15 de dezembro de 1981⁶⁰, a Coordenação Nacional dos Departamentos de Filosofia informa o que aconteceu após o I Encontro Nacional dos Departamentos de Filosofia⁶¹. No V Simpósio Nacional da SEAF foram realizados dois seminários de estudos e debates dedicados à inclusão da Filosofia no II grau. No mesmo se decidiu viabilizar a criação da Secretaria Nacional da SEAF para a inclusão da Filosofia no II grau com os seguintes objetivos específicos: a) promover junto às regionais e aos respectivos departamentos a continuidade e desenvolvimento da luta, do trabalho e estudo, pela inclusão da Filosofia ao II grau; b) receber e divulgar políticas, documentação e informação sobre o assunto; c) definir para a SEAF as diretrizes e políticas para a concretização da luta pela inclusão da filosofia no II grau.

Também nesse ano a revista *Discurso*, nº 12 do Departamento de Filosofia da FFLCH da USP publicou um artigo da professora Marilena Chauí intitulado: “Quem são os amigos da Filosofia”. Esse artigo é fruto de uma exposição feita no Encontro Nacional de Professores e Estudantes de Filosofia⁶².

Nesse artigo Marilena Chauí, se referindo ao ensino de filosofia no II grau, afirma que, “não apenas nós, da SEAF temos discutido o assunto, Convivium também o fez...”. Contudo, ela faz uma crítica às concepções de filosofia lá discutidas, sobretudo, as

⁶⁰ Esse relatório foi precedido por uma reunião da Coordenação nos dias 6 a 8 de dezembro de 1981 no Rio de Janeiro. Participaram dela os professores Olinto Antônio Pegoraro - que assina o relatório referido, Antônio Cappi, Mário Guidarini e o presidente nacional da SEAF José de Anchieta, como convidado especial. Os demais membros da Coordenação Ivo Tonet e Demosthenes R. Gormige não puderam participar diretamente por dificuldades de financiamento da viagem.

⁶¹ Nele encontramos também a afirmação de que o movimento da SEAF criou condições para que, em outubro de 1981, se realizasse o I ENDF organizado pelo Departamento de Filosofia da UFRJ. Na ocasião foi votado o texto chamado “Documento do Rio de Janeiro” assinado por 29 Chefes de Departamento.

apresentadas por Gusdosf, Creusa Capalbo e Tarcísio Padilha. O primeiro defende uma concepção de filosofia como “rainha das ciências”, a segunda acreditava no papel do “Estado em revalorizar a filosofia”, enquanto que o terceiro parece propor “como forma de retorno da filosofia ao secundário, sua inclusão no curso de Educação Moral e Cívica”. (Chauí, 1981:127-144)

No final de seu texto, Chauí propõe à SEAF “que continuasse a batalhar em todas as regionais para que fossem formulados projetos alternativos aos de Padilha, ou projetos que aceitando este ou aquele ponto proposto por um membro de Convivium, procurassem dar um conteúdo razoavelmente determinado a tais pontos, a fim de que, mais uma vez, não embarquemos numa canoa furada, onde os naufragos seríamos apenas nós mesmos”. A questão da SEAF, segundo Chauí não é a aceitação da boa-vontade como harmonia dos conflitos e sim realizar uma “ intervenção direta e ativa nas propostas de reabilitação da Filosofia. Qual Filosofia? Creio ser esta nossa questão. Qual ensino da filosofia? Também é nossa questão. Pode a defesa da filosofia isolar-se da crítica da reforma do ensino realizada nas décadas de 60 e 70?”. E conclui: vim a este encontro para “colocar-me ao lado daqueles que estão dispostos a entrar nela [na batalha], para que juntos, talvez, substituamos nossos preconceitos por outros”. (Ibid)

No mesmo ano de 1981, ocorreram diversos encontros regionais sobre o ensino de filosofia no II grau. Segundo Pegoraro, “*importantes eventos aconteceram em*

⁶² O evento foi promovido pela SEAF em Belo Horizonte no ano de 1979.

Mossoró, Natal (RN) Teresina (PI), Belém (PA), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Santa Maria e Porto Alegre (RS), São Luís (MA), e Fortaleza (CE)”⁶³(1).

Embora diversos núcleos estivessem organizados, o “*momento mais importante da SEAF nesse período foi na UFMG - Belo Horizonte. O professor José Henrique dos Santos era reitor e o professor Anchieta era Chefe do Departamento de Filosofia e presidente da SEAF. Lá realmente tivemos apoio institucional à SEAF. Naquele momento foi possível a realização de um grande congresso⁶⁴, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, junto com o Departamento de Filosofia*” (2).

No ano de 1982, a Câmara de Ensino do MEC e I e II graus aprovou alterações na lei 5692/71, que desobriga os alunos de II grau a freqüentarem os cursos profissionalizantes, eliminando, na forma da lei, a dicotomia entre “educação especial” e “educação geral”. Alguns segmentos avaliaram a medida como positiva, porque - parece - possibilitou naquele momento, ao governo, uma saída pela tangente. De certa forma, a alteração da obrigatoriedade profissionalizante representou um golpe no movimento que lutava pelo retorno da filosofia como disciplina obrigatória, pois à filosofia restou o lugar de disciplina optativa nos estabelecimento de ensino⁶⁵. Contudo, essa lei

⁶³ Infelizmente não será possível relatarmos as atividades dos diversos núcleos regionais da SEAF. Optamos em nossa pesquisa pelos regionais sede da SEAF nacional, assim como os da região Sul e Sudeste.

⁶⁴ O congresso acima referido foi o V Simpósio Nacional da SEAF realizado de 3 a 7 de novembro de 1981, na Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte.

⁶⁵ Foi nesse ano também, que o Deputado Estadual Mauro Bagnato reapresentou o projeto de reintrodução da Filosofia ao II grau no Estado de São Paulo, enquanto disciplina obrigatória, tendo sido vetado pelo então governador Paulo Maluf.

possibilitou, como já ocorrera no Rio de Janeiro, várias iniciativas para a reintrodução da filosofia no II grau em todo o país. Mesmo assim, a luta da SEAF não parou. No dia 18 de abril de 1982 a SEAF - RJ organizou no Ibrades uma mesa-redonda com o tema: Filosofia no II grau.

Por sua vez, o *Boletim SEAF - MG* nº2 de 1982 publicou as comunicações realizadas na “Semana de estudos sobre Marx” - Homenagem ao Centenário da Morte de Marx (1883-1983), promovida de 20 a 22 de maio em Belo Horizonte, com textos de Henrique C. Lima Vaz⁶⁶, “Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx”; Marcos Lutz Müller⁶⁷ - “Exposição e método dialético em O Capital”⁶⁸; Cláudio Gontijo⁶⁹ - “Dialética da propriedade e gênese do capitalismo”, e João Antônio de Paula⁷⁰ - “A atualidade do marxismo”.

Estudantes do curso de graduação em Filosofia reuniram-se na USP com objetivos de discutir formas de organização para se incorporarem na luta pela reintrodução da filosofia ao II grau. Estiveram presentes representantes de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Embora, alunos de graduação em Filosofia, principalmente de universidades das regiões Norte e Nordeste tenham se reunido no ano de 1981 em Manaus (AM), nessa reunião realizada em São Paulo, decidiu-se a realização do I Encontro Nacional dos Estudantes de Filosofia - ENEFIL em Florianópolis (SC), no ano

⁶⁶ Professor do Departamento de Filosofia da FAFICH/UFMG.

⁶⁷ Professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), UNICAMP.

⁶⁸ Vale lembrar que os textos do professor Marcos Müller e Pe. Henrique Vaz, são muito importantes. São textos com muita qualidade, leitura obrigatória para os pesquisadores dessa temática.

⁶⁹ Professor da FACE/UFMG.

de 1983, que passou a ser registrado oficialmente como o primeiro encontro nacional de estudantes de Filosofia⁷¹.

A Coordenação Nacional dos Departamentos de Filosofia, em ofício circular de 15/04/82 (RJ) comunicou a todos os departamentos de filosofia que o II ENDF se realizaria nos dias 22 a 24 de outubro do mesmo ano, na cidade de Goiânia - GO - e o tema central seria o ensino de filosofia do II grau.

De acordo com a organização do evento, que reuniu cerca de trinta Chefes de Departamento de Filosofia

a dinâmica do encontro previa que cada departamento enviasse com antecedência aos representantes das coordenações regionais suas considerações sobre as conclusões do encontro anterior e sobre o Documento de Brasília. Dessa forma, seria feito um balanço crítico do material colhido de cada região, agilizando-se os trabalhos. Planejava-se, ainda, uma tomada de posição em favor da reinclusão da filosofia já em 1983, a realização de debates com autoridades educacionais de todos os níveis e a discussão de assuntos ligados também a graduação e a pós-graduação em filosofia⁷².

O documento da Coordenação Nacional, afirma ainda que o movimento pela reintrodução estava inserido, “no contexto mais amplo de uma luta pela reformulação e aprimoramento do ensino secundário no seu todo, já que a volta da filosofia (...) vem de encontro com os anseios e interesses da maioria consciente dos profissionais de ensino nas mais diversas disciplinas”.

⁷⁰ Professor da FACE/UFMG.

⁷¹ “Em 1989 foi criado o Conselho Nacional de Entidades de Filosofia - CONEFIL, com o objetivo inicial, de intercâmbio entre as entidades de filosofia e retomar a luta pela reintrodução da filosofia ao II grau e pelo reconhecimento da profissão, pois em muitos Estados ela ainda não existia no II grau” (7).

⁷² Texto da Coordenação Nacional dos Departamentos de Filosofia (RJ), In: Silveira, 1991:237.

As deliberações do II ENDF foram encaminhadas à Ministra da Educação Esther de Figueiredo Ferraz⁷³, por uma comissão formada pelos professores João Paulo Monteiro (USP), então presidente da Comissão Nacional dos Departamentos de Filosofia, Néelson Gomes (UNB), Cipriano Luckesi (UFBA), e Olinto Pegoraro (UFRJ)⁷⁴.

Com relação à reintrodução da Filosofia no II grau no Estado do Rio de Janeiro, segundo Ávila, até 1982 a SEAF e outros segmentos estiveram excluídos desse processo⁷⁵. Mesmo assim, esses segmentos desenvolveram intensa programação paralela visando alcançar aos professores de filosofia. A SEAF/RJ e os Pesquisadores Associados em Ciências Sociais - SOCII, os Departamentos de Filosofia da Universidade Santa Úrsula e da UFRJ promoveram cursos de reciclagem e palestras na capital, em Niterói, e no interior do Estado, tendo realizado o curso de “Introdução à filosofia” no Instituto ABEL - Niterói, nos meses de abril e maio de 1982.

Sentindo-se isolados nos encontros promovidos pela Secretaria de Educação de Estado/RJ - SEE - nos anos de 1980, 81 e 82, alguns professores com formação mais crítica começaram a participar de reuniões e cursos de introdução à filosofia, palestras e

⁷³ No dia 25 de abril de 1983, a Ministra da Educação recebeu a comissão que lhe entregou o texto de Goiânia.

⁷⁴ Depois de ter consultado o Palácio do Planalto, a ministra encaminhou ao CFE e CFC dois avisos solicitando estudos sobre a reintrodução da filosofia no II grau. A posição do CFC foi de ressalvas em relação à solicitação da ministra, pois temia que a disciplina pudesse ser transformada em veículo de doutrinação ideológica. Contudo, o CFC foi favorável à solicitação, desde que o CFE controlasse as programas de ensino. Mas, este foi veementemente contrário à reintrodução em caráter obrigatório, pois alegava falta de professores habilitados para lecionar a disciplina.

⁷⁵ Segundo Simon (1984:13), “em fevereiro de 1982, realizou-se um concurso público para várias disciplinas do II grau, inclusive filosofia, cujo programa estava calcado no programa ‘oficioso’ distribuído nos Encontros. Naquele momento foram aprovados apenas dezenove professores de

mesas redondas, tanto sobre a filosofia no II grau, quanto sobre temas gerais da filosofia, organizados pela SEAF. Segundo esses, muitos problemas que não eram discutidos nos encontros promovidos pela Secretaria de Educação, na SEAF foram livremente tratados, tanto no Rio quanto em Niterói.

A partir disso, a SEAF pode aproximar-se das escolas da rede Estadual de ensino, e que só foi possível a partir de 1983⁷⁶, após a eleição de Leonel Brizola no ano anterior⁷⁷. E desse modo a SEAF pôde discutir a reintrodução da filosofia nos currículos de II grau e contribuir na capacitação dos professores de filosofia⁷⁸.

Voltada para essas preocupações, segundo Simon (1985), a SEAF-RJ organizou a partir de 1983, em conjunto com os departamentos de filosofia da Universidade Santa Úrsula e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, encontros anuais com os

Filosofia para todo o Estado. Posteriormente outros foram chamados e hoje temos um total de 47 professores com formação em Filosofia”.

⁷⁶ Vale mencionar que nesse ano, também, foi introduzida a disciplina filosofia no II grau, nos colégios do Estado do Amazonas.

⁷⁷ Em 1982, Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista - PDT, fora eleito Governador do Estado do Rio de Janeiro e Darci Ribeiro - PDT, Vice - Governador. Com um novo governo eleito, foi possível a realização do primeiro concurso público para efetivação de professores de filosofia no II grau.

⁷⁸ As primeiras reuniões organizadas pela SEAF (pois os católicos também realizaram encontros com os professores de filosofia do estado do Rio de Janeiro a partir de 1980), ocorreram sempre no mês de outubro de 1983, 1984 e 1985. A primeira reunião teve como temas: “O ensino da filosofia no II grau: relato de uma experiência” - Professora Maria do Carmo B. de Faria; “O ensino de filosofia no II grau: postura de engajamento político e social” - Professor Antônio Rezende; “O ensino de filosofia no II grau: a questão do espírito crítico” - Professor Gerd Bornheim. A segunda reunião enfocou de modo geral a situação da luta pelo retorno da filosofia ao II grau. Foi distribuída a proposta de abordagem didática, anteriormente referida. Foi realizada uma troca de experiências entre os professores de filosofia do Estado do Rio de Janeiro e foram discutidas questões como o mtodo, as dificuldades de se trabalhar com a filosofia no II grau, etc... Na terceira reunião, a introdução à apresentação do relatório dos encontros anteriores, foi feita pela professora Maria Célia Simon. Nessa reunião, se repetiram vários temas do encontro anterior, tais como as dificuldades, os livros de filosofia e outros livros. Tal situação, segundo relatório das atividades desses três encontros, coloca a questão: “estamos no caminho certo?”.

professores de filosofia no II grau, iniciativa bem recebida pela coordenação de II grau da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo o relatório de atividades,

a Comissão formada pelos professores Olinto Pegoraro - posteriormente substituído pelo professor José Sotero Caio, Amaro Crispim de Souza pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Leda Hühne pela SEAF e Maria Célia Simon pela Universidade Santa Úrsula, os trabalhos foram encaminhados, inicialmente através de contatos com o Secretário de Cultura, professor Darcy Ribeiro e com a Secretária de Educação, professora Iara Vargas. Em seguida, entramos em contato com a coordenação de II grau da secretaria de Educação, representada pelas professoras Maria M. Lustosa e Vicencia Schettino. A Secretária concordou em ceder o seu malote, através do qual enviamos os convites aos professores e os cartazes de divulgação da reunião⁷⁹.

A proposta de cooperação da SEAF com a Secretaria de Educação do Estado, visava a oferecer cursos de reciclagem para os professores da rede pública e particular de ensino, com elaboração de textos didáticos de filosofia e promoção de mesas redondas e palestras.

Dessa forma, parece-nos que aos poucos, os professores foram resgatando sua palavra até então silenciada e percebeu-se a possibilidade de iniciar um processo de mudanças no ensino de filosofia que havia sido reintroduzido pela *intelligentzia* católica que o fez pretendendo a manutenção de seus princípios, sobretudo o ensino escolástico de filosofia⁸⁰.

⁷⁹ Ver relatório das atividades da Comissão de Filosofia no II grau, (RJ), s/d.

⁸⁰ Não é difícil estabelecer uma conexão entre a concepção de Filosofia dos católicos da concepção de Filosofia definida pela Escola Superior de Guerra no seu manual de 1979: “a Filosofia é uma teoria e, enquanto tal, neutra, e deve ocupar-se com especulação e a formulação dos princípios universais, sem prejuízo da normatividade que lhe incumbe estabelecer” (Simon, 1984:15).

4. NOVOS DESAFIOS: INSERÇÃO NA REALIDADE DO II GRAU

De 18 a 21 de maio de 1983, a Puccamp promoveu um encontro sobre “A volta da filosofia ao II grau”, tendo como palestrante de abertura o Professor Olinto Pegoraro, Presidente da SEAF- RJ. A referida palestra foi publicada na revista *Reflexão* n° 25, jan. à abr. 83, PUC Campinas (SP).

A partir desse ano, a SEAF e as instituições que haviam sido afastadas do processo de reintrodução passaram a obter maior espaço junto aos professores de filosofia do II grau no Rio de Janeiro. Nos dias 15 e 16 de setembro desse mesmo ano foi realizada a I Reunião Anual de Professores de Filosofia na USU, co-promovido pela SEAF/RJ e os departamentos de filosofia da USU e da UFRJ, com um discreto apoio da Secretaria da Educação de Estado. Desde esse ano o espaço de atuação conjunta foi se ampliando⁸¹.

A primeira reunião possibilitou uma efetiva troca de experiências entre os professores presentes, a discussão dos obstáculos e dos sucessos de suas práticas. A mesa redonda “A importância da filosofia no II grau” com os professores Gerd Bornheim⁸², Antônio Rezende⁸³ e Maria do Carmo B. de Faria⁸⁴, assim como o depoimento da professora de II grau Carmém Lúcia Pessanha Loussa, constituíram-se em valiosas contribuições que marcaram todos os debates posteriores⁸⁵.

⁸¹ Desde a primeira reunião, criou-se uma comissão de Filosofia no II grau, tendo como representantes professores da USU e UFRJ.

⁸² O tema de sua conferência foi “A questão do espírito crítico”.

⁸³ O tema de sua conferência foi “Postura de engajamento político e social”.

⁸⁴ O tema de sua conferência foi “O ensino de filosofia no II grau: relato de uma experiência”.

⁸⁵ Não obstante a qualidade das discussões, segundo a avaliação dos membros da SEAF, “duas causas talvez tenham contribuído para a não presença de um número maior de professores. Em primeiro lugar, os poucos recursos disponíveis que inviabilizaram qualquer possibilidade de

De acordo com Dirce Solis, “a SEAF sempre procurou, além de discutir as questões da filosofia em geral, apresentar a preocupação de fazer com que a filosofia ocupasse o seu lugar nas escolas. E a luta primordial da SEAF neste sentido, foi pela volta da filosofia nas escolas onde ela foi banida. (...) A forma que ela viu de tentar chegar a esta situação, foi buscar os professores existentes” (6).

O primeiro encontro com professores de II grau “começou levantando o que se ensinava, qual era o ensino tradicional e depois que questões se poderia colocar a partir da experiência cotidiana dos alunos” (6). Outra preocupação da SEAF passou a ser o problema da motivação dos alunos das escolas estaduais para o estudo da filosofia: “se procurou partir da experiência de vida dos alunos, para poder transformar isso numa experiência crítica, sistematizando esse seu pensamento a partir do seu próprio cotidiano” (6).

O *Informe 3, SEAF* - outubro 83, publicou os relatos das discussões realizadas no primeiro encontro com os professores do II grau, além de suas recomendações. Encontramos registrado também que, além de ter se mudado para uma nova sede, a SEAF promoveu em conjunto com a Organização Latino-Americana Católica - OLAC, nove palestras, no período de setembro de 1983 a junho de 1984, sobre “os filósofos do nosso tempo”.

A página de abertura, do *textos SEAF - PR* n° 4, ano 1983, assinada pelos Diretores da SEAF, revela a adesão dos seus membros, em conjunto com outros órgãos, à reintrodução da filosofia no II grau, através de um encontro cuja deliberação foi a

financiamento de passagens e estadia. Em segundo lugar, o grande atraso na distribuição dos cartazes e convites entregues à Secretaria da Educação em tempo hábil para distribuição nas

criação de quatro comissões de trabalho, ficando assim constituídas: a) comissão de elaboração de programas, textos e levantamento bibliográfico; b) comissão de contato com escolas de formação em filosofia no interior; c) comissão de pesquisa de dados sobre a situação das escolas de II grau e levantamento dessas escolas; d) comissão de divulgação e mobilização, responsável pela elaboração do documento que nortearia o trabalho⁸⁶.

Nesse ano, em Florianópolis (SC) no ano de 1983, foi realizado o I Encontro Nacional de Estudantes de Filosofia - ENEFIL, cujo tema central foi “a reintrodução da filosofia no II grau”. O evento, embora reduzido de sua programação inicial, obteve a participação de estudantes de diversas universidades brasileiras. A partir daquele encontro, constituiu-se uma executiva nacional, encarregada, entre outras atribuições, de realizar o II ENEFIL⁸⁷. Este foi um importante fórum de discussão dos alunos de graduação em filosofia, o qual teve várias edições.

O que parece ter-se revelado como fator de enfraquecimento da SEAF a partir de 1983, foi a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia - ANPOF, como o resultado de uma dissidência interna da SEAF, embora Pegoraro, muito cauteloso na resposta, afirma que o foi “muito superficialmente”. Porém, na prática, os professores que fundaram a ANPOF, se identificavam por uma concepção mais técnica

escolas” (Relato: SEAF e as reuniões anuais de professores, In: Hühne, 1986:111-116).

⁸⁶ Os artigos publicados são os seguintes: “Algumas considerações sobre a linguagem” - Anita Schlesener; “Histórias e alternativas” - Beatriz Cunali; “Rosa Luxemburgo: a volta ao marxismo revolucionário” - Isabel Maria Loureiro; “Por uma estética fenomenológica” - Roberto Figurelli e “Louvor a um humanista” - Lauro Soares Jr.

⁸⁷ Nesse mesmo ano, o Deputado Federal José Fogaça (RS) apresentou projeto de lei nº 356 à Câmara Federal, propondo emenda à lei de diretrizes e bases da educação 5692/71, no seu artigo

de filosofia⁸⁸e defendiam a participação exclusiva de professores, que se voltavam para os problemas da pós-graduação em Filosofia no Brasil. Ela se consolidou no III ENDF realizado na cidade de Santos (SP)⁸⁹. Segundo Pegoraro, a SEAF tinha uma revista - *Cadernos da SEAF* - e, no encontro, “eles fizeram uma reunião numa sala do II andar e vieram para o plenário e disseram: Olinto, você ajudou a fundar essa revista e ela vai ficar para a ANPOF que é para a pesquisa. (...) eles queriam trabalhar na pesquisa com uma revista já estabelecida, com editorial e autorizada. Então eu aceitei, e disse: depois nós fundamos outra para a SEAF” (1).

Mesmo diante das divergências de vários membros da SEAF com os propósitos da ANPOF, diversos de seus membros fizeram parte da ANPOF, inclusive o professor Pegoraro, fundador e árduo defensor dos ideais da SEAF⁹⁰. O engano de Pegoraro foi ter confiado que a ANPOF poderia ser um espaço para se discutir outras temáticas, inclusive

7, tornando o ensino de filosofia obrigatório nos estabelecimentos de II grau. Embora tenha sido aprovado pela comissão, o projeto foi vetado pelo Executivo.

88 “Os professores ligados a essa concepção mais técnica de filosofia, segundo Pegoraro eram: José Arthur Giannotti (USP), Dennis Rosenfield, Valério Rodhen (UFGRS), Walter Evangelista (UFMG), o grupo dos analíticos - filosofia analítica - da UFRJ (entre eles: Raul Landim) e outros. Não passam de 20 pessoas” (1).

89 Na cidade de Santos (SP), realizou-se de 4 a 6 de outubro de 1983 o III ENDF, com a presença de vários professores e alunos, vindos de diversas partes do país. Além do tema central sobre o ensino de filosofia no II grau, outros temas foram incluídos na pauta do encontro: a pesquisa na área de filosofia, relação entre graduação e pós-graduação. A ANPOF, naquele momento, presidida pelo professor José Arthur Giannotti, encarregou-se de uma apresentação sobre a pós-graduação e a pesquisa. Em suas conclusões, o encontro ratificou as considerações deliberadas dos encontros anteriores, sobretudo as enviadas ao MEC, CFC e CFE, as quais exigiam providências com relação à reintrodução da filosofia no II grau.

90 No ano de 1990, quando Olinto Pegoraro foi presidente da ANPOF, foi publicado o Catálogo sistemático dos profissionais, cursos, entidades e publicações da área da filosofia no Brasil, sob o título *A Filosofia no Brasil*. O mesmo foi organizado pelo prof. Antônio Joaquim Severino.

a reintrodução da filosofia no II grau⁹¹. Isto teve um preço alto, pois significou, na prática, um esvaziamento da SEAF⁹².

A ANPOF passou a ser representante oficial da área da filosofia junto aos órgãos públicos federais de fomento para ensino, pesquisa e extensão. Com relação à política de verbas - CAPES e CNPq - *“elas começaram a ser veiculadas nesse grupo muito reduzido de 10 a 20 pessoas”* (1). A eleição de Pegoraro à presidência da ANPOF teve como proposta a concepção de uma entidade de filosofia mais aberta, contra as *idéias dos técnicos em filosofia. Eu e o professor José Henrique Santos, insistíamos para que a ANPOF não se fechasse em torno dos doutores, pois seria ruim para ela mesma, que o futuro mostraria que não seria bom, e mostrou... A partir desse período, configurou-se uma idéia ‘sacana’ de que quem faz pouca filosofia vai para a SEAF e quem quer fazer filosofia mesmo, está na ANPOF”* (1).

Num artigo intitulado “Medo da filosofia”, Olinto Pegoraro, então membro da Coordenação Nacional dos Departamentos de Filosofia e vice-presidente da SEAF, afirma que as atividades resultantes dos ENDF e da ANPOF tomaram sua forma a partir da SEAF, que desde 1975, vem promovendo encontros com professores e departamentos de filosofia.

Nesse mesmo período, a SEAF - MG em conjunto com professores do Departamento de filosofia e da Faculdade de Educação da UFMG publicou no mês de

⁹¹ *“Num encontro que eu participei em Brasília, eu vi que tinha feito coisas demais para a ANPOF* (1).

⁹² Assim se pronuncia Pegoraro: *”Quando eu fui eleito presidente da ANPOF, e Renato Janine Ribeiro, Secretário geral - nós fomos eleitos num racha total dentro da ANPOF, exatamente em cima das idéias dos técnicos em filosofia contra aqueles que queriam uma filosofia mais*

setembro um texto intitulado “A implantação da Filosofia no II grau”⁹³. Nesse artigo os professores afirmam que é preciso

pensar a experiência vivida, esta é a tarefa da Filosofia no II grau. Na medida em que tematiza ordenadamente os diversos aspectos da experiência do jovem, buscando suas conexões mais amplas com a sociedade e a história, a filosofia contribui para que se enriqueça esta experiência e as questões que ela levanta. (In: Hühne, 1986:73-91)

No item III, sobre a política de implantação no estado de Minas Gerais, os professores afirmam que “a filosofia deve ser introduzida no II grau como disciplina obrigatória e de forma gradual, a partir do ano de 1985. O prazo máximo de implantação, para todos os colégios de Minas Gerais, se estenderia até o ano de 1987”⁹⁴.

Por sua vez, a segunda reunião anual da SEAF⁹⁵ com professores de filosofia no II grau - RJ⁹⁶ foi aberta pela Sra. Vicencia Maria Schettino, da Secretaria da Educação. Também tomou a palavra o professor Silveira (Chefe do Departamento de Filosofia da UFRJ), a prof^a Maria Célia Simon (Chefe do Departamento de Filosofia da Universidade Santa Úrsula) e o prof. Olinto Pegoraro (presidente da SEAF). Os dois últimos

aberta. Lá, queríamos dar uma força para a SEAF, mas estávamos noutra situação e então não levamos para frente a idéia de ajuda à SEAF”(1).

⁹³ Artigo escrito a partir das discussões realizadas pelos seguintes professores: Paulo R. Margutti Pinto - Departamento de Filosofia da UFMG, Telma de Souza Birchall - Departamento de Filosofia da UFMG / SEAF-UFMG, Emílio César P. Resende - Departamento de Filosofia da UFMG / presidente da SEAF-UFMG, Maria Tereza Amaral - Faculdade de Educação UFMG e Newton Bignotto de Souza - Departamento de Filosofia da UFMG.

⁹⁴ De forma geral, a organização da SEAF foi muito importante, pois a partir de 1991 o Estado de Minas Gerais introduziu a disciplina de Filosofia no currículo de II grau como obrigatória.

⁹⁵ Na II reunião a Comissão propôs a criação de um curso de aperfeiçoamento a nível de pós-graduação *latu-sensu* para professores de II grau, a partir do I semestre de 1985.

⁹⁶ De acordo com o relatório da Comissão de Filosofia no II Grau, houve muitas dificuldades na realização dessas atividades, mesmo a nível de contato com a SEE e com os professores das escolas estaduais. Uma das dificuldades esteve relacionada à intensa programação da própria Secretaria para os professores do II grau do Estado como um todo, dificultando a realização de

apontavam a luta pelo retorno da filosofia no II grau, como caminho capaz de abrir perspectivas para o papel crítico da filosofia no processo cultural brasileiro. Nesse mesmo evento foram distribuídas cópias de uma “Proposta de abordagem didática de temas de filosofia para o II grau⁹⁷”.

É interessante assinalar que encontramos, nas discussões realizadas pela SEAF, uma preocupação com as dificuldades gerais do ensino de filosofia, principalmente com as questões de conteúdo e as metodológicas. Entre elas destacamos: “a situação do aluno adulto, que trabalha e que tem de sustentar a família, não tem tempo para ler e estudar, dificuldade de expressão e de raciocínio do aluno, devido à falta de base (1º grau), não há material didático à mão, apostilas, livros adequados aos alunos de II grau” (Hühne, 1986:116).

Enquanto isso, os professores presentes no IV ENDF, realizado no ano de 1984, na cidade de Cuiabá (MT), almejavam por mudanças nas discussões do evento⁹⁸. No encerramento, a professora Marilena Chauí chamava atenção para a situação de isolamento em que se encontravam os departamentos de filosofia. Para resolver isso e integrar os departamentos, a coordenação criou um boletim informativo de circulação

palestras específicas em filosofia nas cidades do interior. No entanto, diversas reuniões e encontros aconteceram.

⁹⁷ Os temas abordados foram: “O nascimento da ciência moderna” - Prof^a Maria Célia Simon (USU), “Liberdade” - Prof^a Maria do Carmo B. de Faria (USU), “Arte” - prof^a Leda Hühne e Eliane Portugal (USU), “Trabalho” - Ana Maria Felipe Garcia (USU), “Cidade e cidadania” - Dirce Solis e Sydney Solis (USU), “Corpo” - Regina Maria Lopes de Mattos Ferreira (USU), “Escola” - Marlos Bessa Mendes da Rocha (USU) e “Método” - prof. José Sotero Caio (UFRJ).

⁹⁸ Nesse ano foi realizada uma pesquisa pela professora Sônia Felipe - do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre a “Reintrodução do ensino de filosofia no II grau - levantamento de opiniões, análise, propostas para o estado de Santa Catarina”.

nacional, onde seria divulgada a realidade de cada unidade. Nas palavras do professor Jordino Marques,

queremos organizar a comunicação de nossas lutas e nossas alegrias. Tudo o que for notícia, nós passaremos para frente. Notícias sobre concursos que se abrem, bem como informações sobre cursos, seminários, conferências, etc... serão sistematicamente enviadas a todos. (Marques, apud Silveira, 1991:266)

Nesse encontro foi lançado o livro “Primeira Filosofia”, organizado por Marilena Chauí, um dos primeiros subsídios didáticos com caráter crítico, publicado para os professores de filosofia do II grau.

Não obstante as atividades realizadas acima no ano de 1984, tudo leva a crer que a SEAF estivesse passando por um processo de arrefecimento, pois não encontramos, através de nossa pesquisa, registros de muitas atividades ou discussões realizadas nesse ano⁹⁹.

No ano de 1985 a SEAF-RJ realizou a terceira reunião com os professores de filosofia no II grau. De acordo com um relato publicado, o representante da SEAF iniciou a discussão fazendo uma breve retomada sobre as atividades já realizadas e comentou as dificuldades em poder acompanhar os trabalhos dos professores. Percebe-se que, após três reuniões, “praticamente todos os problemas permanecem e as

⁹⁹ Sabe-se apenas, que Olinto Pegoraro fora eleito presidente da SEAF nacional para o período de 1984 a 1986, embora não tenhamos conseguido encontrar as datas ou o evento que indique sua eleição.

reivindicações não foram atendidas. O que coloca a questão se estamos no caminho certo!”¹⁰⁰.

Em julho de 1985, na reunião anual da SBPC de Belo Horizonte, a SEAF apresentou um simpósio sob o título “O ensino de filosofia no II grau: experiências e sugestões”, com o objetivo de apontar os sucessos e dificuldades vividas desde a reintrodução da filosofia em 1980 no Rio de Janeiro¹⁰¹.

Em setembro de 1985, o então presidente da SEAF nacional, professor Olinto Pegoraro, foi entrevistado pelo *Jornal do Brasil* sobre o afastamento da filosofia no II grau nos anos 60 e os problemas da educação ainda presentes naquele momento¹⁰². Respondendo à afirmação do jornal, de que a filosofia ensinada nas escolas tem sido acusada de abstrata e alienante, Pegoraro declara:

Eu acho que a filosofia tem que ser uma reflexão sobre os problemas contemporâneos e nosso espaço cultural em que vivemos. Vivemos no Brasil, então temos que formar uma consciência crítica de nosso processo cultural, político, econômico e social. Não basta que saibamos repetir os grandes mestres da filosofia nem que conheçamos os princípios. É claro que temos de recorrer ao pensamento clássico, repensar os grandes autores, mas isto é insuficiente para que sejamos sujeitos do processo histórico. O processo educacional, no seu todo, deve ser crítico; a filosofia tem uma responsabilidade especial neste sentido, porque ela sempre foi crítica e quando não foi crítica se perdeu. (Pegoraro, 1986:11)

¹⁰⁰ Por parte dos professores, porém, as dificuldades são outras: 1) falta de livros didáticos e falta de bibliotecas; 2) falta de recursos materiais das escolas (impossibilidade de rodar textos); 3) falta de intercâmbio entre os professores; 4) falta de apoio da direção (em alguns casos).

¹⁰¹ Participaram desse simpósio a prof^a Sônia Viegas / SEAF - MG, o prof. Henrique Nielsen Neto / SEAF - SP, a prof^a Nely Wyse Abourre / SEAF - RJ, a prof^a Maria Célia Simon e a prof^a Maria do Carmo Faria / SEAF - RJ.

¹⁰² Título da entrevista: “Filosofia: A ressurreição depois do banimento”.

Contudo, concretizando ações para capacitar os professores de II grau, a partir desse ano, foi aberto o curso de especialização para professores de filosofia no II grau, numa ação conjunta da SEAF - USU e UFRJ. *“O curso foi realizado em módulos, inclusive nas férias. Foi uma boa experiência, os professores responderam bem. A partir disso foi amadurecido o interesse em elaborar o guia didático enquanto roteiro importante para os professores”* (6).

No V ENDF em Vitória (ES), nos dias 25 a 29 de novembro de 1985, o objetivo geral do encontro era a discussão de questões relativas à realidade contemporânea e ao novo papel da universidade. Percebemos que houve uma mudança significativa neste encontro quanto à sua forma de realização, bem como aos temas tratados. Percebe-se assim que a ênfase maior já não estava na questão da volta da filosofia ao II grau; a atenção voltava-se então, predominantemente, para os problemas da vida acadêmica, dos departamentos, dos centros ou faculdades, e no caso específico da filosofia, para a pesquisa e produção de trabalhos filosóficos. Assim, a idéia de movimento foi aos poucos sendo substituída pelo estudo, interpretação e atuação individualizada nos órgãos e canais que se abriam na universidade. A luta pelo retorno da filosofia ao II grau, continuou a ser discutida por um grupo de professores reduzido, e não mais de todos os envolvidos nesse processo.

Vale citar também que em São Paulo foi editado um folheto sob o título geral *Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas - SEAF - SP*, pelo núcleo regional da

SEAF¹⁰³ - Associação Filosófica do Estado de São Paulo - Afesp¹⁰⁴, que serviu de subsídio para debate acerca da reestruturação da grade curricular para o ensino de filosofia do II grau. Além disso, sua Diretoria tem atuado concretamente no sentido de ver a disciplina Filosofia totalmente implantada e consolidada em todas as escolas públicas e privadas do estado de São Paulo. Nele são discutidos alguns temas em torno da problemática da filosofia: “A vocação filosófica” - Franklin Leopoldo e Silva¹⁰⁵ ; “Contribuição da filosofia”- Milton Meira do Nascimento¹⁰⁶; “Para que serve afinal a filosofia” - Moacir Gadotti¹⁰⁷ ; “É preciso que a juventude pense” - Olinto Pegoraro¹⁰⁸.

De acordo com o mesmo folheto, lê-se que, nesses dois últimos anos houve mais de 20 atividades referentes à Filosofia no segundo grau, promovidas por esta associação e por Departamentos de Filosofia de várias Universidades e Faculdades. Destas

¹⁰³ Na página 4 do referido folheto, lê-se que “A Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficos - SEAF, por várias razões não teve em São Paulo uma ação continuada. No entanto, ao nível nacional, a SEAF teve, durante todos esses anos, como uma de suas bandeiras, o retorno da filosofia ao ensino de segundo grau”. Pelas informações desse Folheto, tudo leva a crer que a data aproximada de sua publicação tenha sido o ano de 1986.

¹⁰⁴ Segundo Silveira (1991) a Afesp foi criada numa assembléia de alunos universitários e professores de II grau - associada a SEAF.

¹⁰⁵ Segundo este autor: “a vocação crítica da Filosofia é bem mais compatível com um amadurecimento reflexivo que ela tem a função de iniciar despertando nos estudantes de II grau a curiosidade que os leve a um aprofundamento das condições do conhecimento, dos fundamentos da política e da sociedade, a uma interrogação sobre a arte e a um questionamento equilibrado da ciência e da técnica”.

¹⁰⁶ Para Milton Meira do Nascimento, “não há uma, mas há várias filosofias. O contato com a pluralidade de abordagens de um mesmo problema, por exemplo, dará ao estudante uma visão muito mais rica do seu próprio mundo, das várias maneiras pelas quais se pode resolver ou equacionar um problema”.

¹⁰⁷ Caracterizando sua utilidade, segundo este autor, “a filosofia pode servir para a formação do espírito crítico, com exceção da filosofia dogmática”.

¹⁰⁸ O presidente da SEAF - nacional e chefe do Departamento de Filosofia da UFRJ, afirma que: “o posicionamento crítico é uma das maiores carências de nossa cultura, fomentadas pela própria legislação do ensino (...). A filosofia crítica incomoda aos que a vêem como ilustração, como saber profundo que se satisfaz com a exposição dos grandes sistemas. Mas filosofia não é só isto.

atividades dois grandes encontros estaduais merecem consideração em especial. No primeiro encontro estadual de professores de Filosofia realizado em Santos, de 26 de outubro a 1º de novembro de 1985, o apoio do Prof. Waldemar Valle Martins, reitor da Universidade Católica de Santos possibilitou, com a assessoria da prof^a Dr^a Conceição Gneimer, toda infra-estrutura para que o encontro tivesse todos os objetivos atingidos, como de fato ocorreu.

Perguntada se desde o princípio da SEAF havia tanto a preocupação com a reintrodução quanto com a qualidade dos conteúdos que devessem ser ensinados, Maria Célia nos responde: *“o conteúdo sempre esteve presente no movimento, embora nos primeiros momentos da SEAF, a gente não tivesse uma preocupação com “o que ensinar”, porque até então não tinha [filosofia] no II grau. As universidades estavam fechadas, estávamos mais no movimento, na constituição da SEAF, de promover grandes encontros. Pelo menos nos primeiros momentos eu não lembro de termos uma preocupação com o conteúdo do ensino. Pensávamos a filosofia como crítica da cultura, interlocutora da cultura. Mas houve um momento em que o ensino dessa filosofia passou a ser uma preocupação”* (2).

Referindo-se à realidade do II grau e aos propósitos da luta da SEAF, Leda Hühne afirma que *“havia uma filosofia muito ruim, uma filosofia tradicional, baseada na decoreba, não no sentido de interpretação do mundo, mas no sentido de abstrações.*

É o exercício da consciência da comunidade encarnada nos sindicatos, nos grupos de intelectuais, nas comunidades religiosas etc...”.

Nós estávamos lutando contra este tipo de filosofia, como os Cottrins do mundo (3)¹⁰⁹(grifos meus).

Foi com a preocupação de contribuir no âmbito das discussões dos conteúdos e nas questões didático-metodológicas, que o núcleo de elaboração de material didático de filosofia para o II grau publicou em 1996 o “Guia de abordagem didática de filosofia para II grau”, através da USU, em cuja introdução se lê “com a reintrodução da filosofia no II grau na rede estadual de ensino, o Departamento de Filosofia da Universidade Santa Úrsula passou a realizar com apoio da Secretaria de Educação do Estado, uma série de encontros e seminários visando debater o papel dessa disciplina”¹¹⁰ (Guia de abordagem didática de filosofia para II grau, 1986:1). Os objetivos expressos no referido guia são os seguintes:

- 1) “Instrumentar os professores da disciplina para uma abordagem crítica dos problemas filosóficos a nível de II grau”.
- 2) “Organizar e publicar textos didáticos de filosofia que forneçam aos professores do II grau alternativas para um trabalho com a disciplina”.
- 3) “Oferecer recursos didáticos aos alunos de II grau que motivem sua capacidade crítico-reflexiva a partir da problematização de suas próprias experiências”.

5. A SEAF E A NOVA REALIDADE POLÍTICO-CULTURAL

¹⁰⁹ A entrevistada se refere ao autor Gilberto Cotrin, especialista em escrever livros didáticos para alunos de I e II graus.

¹¹⁰ Ver encontros já mencionados, os quais foram realizados nos anos de 1983, 84 e 85.

No informe da SEAF *nacional*¹¹¹ de novembro de 1986, a diretoria convocou seus sócios para um encontro nacional a ser realizado nos dias 27 e 28 de novembro no Educandário do Alto da Boa Vista, com dois objetivos: 1) eleição da nova diretoria nacional e 2) repensar a SEAF após 10 anos de sua fundação. De acordo com sugestão da diretoria nacional, nesse informe, os núcleos regionais deveriam refletir sobre a importância da produção de subsídios filosóficos como livros, revistas e traduções que focalizassem especialmente o professor de filosofia no II grau e os seus alunos. O referido boletim contém informações de que a SEAF do Rio de Janeiro realizou o IV encontro com professores de Filosofia no II grau, e dá informações sobre o Curso de Especialização em Filosofia¹¹² dirigido a professores de Filosofia que estivessem atuando nas escolas de II grau. As notícias das atividades realizadas por núcleos estaduais são as seguintes: a) A SEAF de São Paulo lançou a Editora Sofia e já publicou os seguintes títulos: “Os Profetas da modernidade”¹¹³; “A política da filosofia”¹¹⁴ e um texto sobre “Michel Foucault”¹¹⁵. b) A SEAF de Santa Catarina - Florianópolis, consolidou o núcleo regional com a adesão de um maior número de sócios fundadores. c) A SEAF de Minas Gerais, em Belo Horizonte, promoveu em conjunto com o Departamento da UFMG diversas conferências, tendo por tema geral “Paixão Política na

¹¹¹ Diretoria responsável pelo boletim: Leda Miranda Hühne; Secretária do informe/RJ: Glória Fontes; Corpo Editorial: Olinto Pegoraro, Maria Célia Simon e Leda Hühne.

¹¹² O curso constituía-se de 4 módulos: Ontologia, Epistemologia, Ética, Política e Estética.

¹¹³ Os artigos são o resultado do Curso: “Questões Contemporâneas de Filosofia: Século XIX”, realizado na USU, tendo as palestras proferidas pelos professores Franklin Trein - Hegel: A dialética, Leandro Konder - O pensamento de Karl Marx, Wilmar do Walle Barbosa - Nietzsche e a modernidade, Maria Célia Marcondes de Moraes - Comte e o positivismo e Gerd Bornheim - Introdução: Dimensões do projeto burguês. O prefácio é de Olinto Pegoraro. Esse mesmo livro foi relançado no ano de 1995 em co-edição Uapê Espaço Cultural Barra - RJ e SEAF.

¹¹⁴ Uma série de artigos e experiências sobre o ensino da filosofia no II grau.

Arte Mineira”. d) A SEAF das regiões Norte e Nordeste: estava previsto um encontro para troca de informações nos dias 4 a 7 de novembro no ENDF em Natal, mas devido às dificuldades causada por greves, o encontro não foi realizado nessas datas. Na seqüência do boletim, a SEAF anexou várias informações retiradas do Documento da ANPOF, *Diagnóstico e Perspectivas 1986/51 Filosofia*.

Como contribuição à preocupação expressa no seu último folheto, a SEAF - SP publicou no ano de 1986, através da SEAF - Sofia Editora, o livro didático “*O ensino da filosofia no II grau*”, como subsídio para professores de filosofia do II grau. O mesmo foi organizado por Henrique Nielsen Neto. Segundo ele,

este volume é, sobretudo, o resultado de dois anos de intenso trabalho desenvolvido pela Associação Filosófica do Estado de São Paulo - Afesp, núcleo regional da SEAF - SP, em conjunto com os Departamentos de Filosofia, Secretaria da Educação, Secretaria da Cultura e Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Porém, é preciso frisar que a maior parte dos ensaios aqui coligidos foram distribuídos nos 1º e 2º Encontros Estaduais de Professores de Filosofia, realizado em Santos. O 1º, de 28 de outubro a 1º de novembro de 1985, o 2º, de 5 a 10 de maio de 1986. (Nielsen, 1986:7)

O professor Nielsen relata na apresentação do livro que) logo após a eleição da 1ª Diretoria, em outubro de 1984, da Afesp-SEAF para o biênio 1985/86, a preocupação inicial foi a de diligenciar esforços com vistas a ampliar e consolidar, através de concurso, a disciplina filosofia no ensino de II grau e, posteriormente, formar grupos de estudos para desenvolver pesquisas nas respectivas áreas da filosofia¹¹⁶. Simultaneamente a essas atividades, a Diretoria propôs-se a divulgar o pensamento

¹¹⁵ Escrito por Vera Portocarrero e Age Van Balen.

¹¹⁶ Somente nesse ano, 1984, a SEAF foi oficializada com diretoria eleita, enquanto núcleo regional em São Paulo.

filosófico ao grande público, àqueles que, por razões diversas, demonstram interesse pelas discussões das idéias, porém não tiveram nem têm oportunidade de dedicar-se mais detidamente aos estudos filosóficos.

Vejamos a seguir os textos publicados neste livro e o seus respectivos autores: “Prolegômenos à destruição do ensino no Brasil” - Henrique Nielsen Neto; “Frágil filosofia” - Sérgio Cardoso; “Como se ensina o aluno a ler” - Ezequiel Theodoro da Silva; “Liberalismo e educação: o pensamento de John Dewey” - Mirian Jorge Warde”; “O ato pedagógico e o ensino de filosofia” - José Luís Sanfelice; “Filosofia e educação” - Franklin Leopoldo e Silva; “A filosofia no segundo grau (sua importância, sua especificidade)” - Milton Meira do Nascimento; “Proposta para o ensino da filosofia no segundo grau” - Benedito Nunes; “O ensino de filosofia das ciências naturais no secundário” - Caetano E. Plastino; Alguns elementos para uma discussão sobre o ensino da lógica no segundo grau” - Elias Humberto Alves; “Reflexão filosófica e o cotidiano” - Maria Teresa Penteado Cartolano; “Considerações sobre o senso comum e o filosofar” - José Luís Sanfelice; “História da filosofia: centro ou referencial?” - Franklin Leopoldo e Silva; “Por que investigar hoje os primórdios da filosofia grega” - Maria Carolina Alves dos Santos; “Platão - Diretrizes para o Estudo de sua filosofia” - Francisco Benjamin de Souza Netto; “A moral de Aristóteles” - Maurício Camello; “Por que ler Santo Agostinho?” - Francisco Benjamin de Souza Netto e Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento; “Introdução à filosofia moderna” - Franklin Leopoldo e Silva; “A questão dos fundamentos da moral na ética clássica” - Maria das Graças S. Nascimento; “Reflexões sobre a linguagem” - José Luís Fiori; “Índices para um reconhecimento do

método fenomenológico” - Dulce Maria Critelli; “A hermenêutica macroscópica de Jürgen Habermas” - Flávio Beno Siebeneichler; “A ética marxista” - Madalena Guasco Peixoto; “Epistemologia, ética e psicanálise” - Álvaro Martins Andrade e “Filosofia dos Direitos Humanos” - Hélio Bicudo.

Já, no ano de 1986, praticamente dez anos após a fundação da SEAF nacional, foi realizada no dia dez do mês de junho de 1986, no auditório do Centro de Ciências Humanas, hoje Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH, da Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, uma assembléia de fundadores, com o objetivo de organizar o núcleo regional da SEAF em Santa Catarina. Por aclamação foram escolhidos o prof. Mário Guidarini para presidir a assembléia e prof. Renato Machado para secretariar¹¹⁷.

A partir desse ano, após consolidar o núcleo regional, a SEAF nacional passou a ter sua sede em Florianópolis (SC) mediante a eleição do professor Mário Guidarini, no Encontro Nacional da SEAF realizado no Educandário do Alto da Boa Vista - RJ nos dias 27 e 28 de novembro de 1986¹¹⁸.

¹¹⁷ Após definição dos estatutos próprios, seguiu-se a eleição da primeira diretoria, que ficou assim constituída: Presidente: Mário Guidarini; Secretário: Renato Machado; 2º secretário: Alberto Oscar Cupani; Tesoureiro: Antônio José da Silva e 1ª Tesoureira: Sara Albieri Krempel. A escolha do 2º secretário e da 1ª tesoureira, aconteceu somente na reunião ampliada da diretoria no dia 04/12/86.

¹¹⁸ Constatamos que a ata da reunião ampliada da diretoria da SEAF - SC de 04/12/86 apresenta equivocadamente a cidade de Goiânia (GO) como sendo a cidade onde foi realizado o encontro que elegeu o professor Mário Guidarini presidente da SEAF nacional.

Segundo a ata da “reunião ampliada da diretoria da SEAF - SC” de 04/12/86, o VII ENDF ficaria sob responsabilidade da presidência da SEAF¹¹⁹, sendo realizado no ano de 1987 em Florianópolis, além de outras atividades, tais como a realização do Congresso da ANPOF no ano de 1988¹²⁰. As ações pró retorno da filosofia ao II grau ficaram sob coordenação da professora Doroti Martins¹²¹, tendo sido organizado ainda em 1988, o “I encontro estadual sobre o ensino de filosofia no II grau”, nos dias 7 a 9 de novembro, na UFSC.

Entre as propostas apresentadas na 1ª assembléia geral ordinária da SEAF - SC no dia 9 de junho de 1987, encontramos a sugestão do presidente para que os sócios da SEAF fizessem uso da Lei Sarney para destinarem 50% de seu imposto de renda aos cofres da SEAF - SC. O plano de ação 87/88 na sua versão final, apresentou as seguintes deliberações 1) realizar o VII Simpósio Nacional e Internacional de Filosofia na UFSC em outubro de 87; 2) retomar a campanha pelo retorno da filosofia ao II grau; 3) desenvolver projeto de especialização em Filosofia para professores de II grau, com recursos do projeto Nova Universidade; 4) propor ao Departamento de Filosofia a promoção conjunta de um evento filosófico sobre Ética, como comemoração do centenário de publicação da “Crítica da Razão Prática”; 5) promover um encontro entre o Prof. Manoel Sérgio Portugal, o Núcleo SEAF -SC e o Departamento de Filosofia, por

¹¹⁹ Tudo leva a crer que nesse momento a SEAF estava passando por um processo de crise, pois a mesma já havia se enfraquecido em vários núcleos regionais. Além disso, a SEAF assumiu a coordenação dos ENDF.

¹²⁰ O Congresso da ANPOF ficou sob coordenação dos professores Marco Antônio Frangiotti, Alfredo Antônio Fernandes e da Professora Sara Albieri Krempel.

¹²¹ A atual proposta curricular de ensino de Filosofia para o II grau da Secretaria da Educação de Estado de SC foi elaborada sob consultoria da professora Doroti Martins, do departamento de Filosofia da UFSC.

ocasião de sua visita a Florianópolis em julho/87; 6) examinar a possibilidade de o núcleo SEAF - SC participar como co-editor ou assessor no projeto de edição de clássicos da Editora da UFSC. Esta foi, pelo menos segundo o livro de atas, a última Assembléia da SEAF - SC.

Não obstante as atividades desenvolvidas, o que a princípio pareceu uma renovação, na realidade a SEAF foi aos poucos se desintegrando. Segundo Guidarini *“a SEAF-SC foi fundada oficialmente em 86, por um pequeno grupo de professores. Mas (...) praticamente assim como nasceu, morreu o movimento, porque... foi julgado, ao menos por mim e por outros colegas também, que já tinha passado o pique da SEAF, por que em 86, praticamente entrou um novo ar de democracia e, aí praticamente se vazou o movimento. (...) daí então eu renunciei em nível nacional”* (5).

Em termos de publicações voltadas para o ensino de filosofia ao II grau, o ano de 1986 foi muito importante. A SEAF-RJ publicou em conjunto com Jorge Zahar Editor o livro didático “Curso de Filosofia” - para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação¹²², organizado por Antônio Rezende.

Vejamos agora os temas e autores do livro: “O Que é Filosofia e para que serve?” - Maura Iglésias, PUC/RJ; “Pré-socráticos: físicos e sofistas” - Maura Iglésias, PUC/RJ; “Platão e as idéias” - José Américo Motta Peçanha, UFRJ; “O realismo aristotélico” - Maria do Carmo Bittencourt de Faria, UFRJ; “A Filosofia cristã” - José Silveira da Costa, UFRJ; “O Racionalismo cartesiano” - Hilton Japiassú, UFRJ; “O Empirismo inglês” - Danilo Marcondes de Souza Filho, PUC/RJ e UFF; “O Criticismo kantiano” - Valério

Rodhen, UFRGS; “O positivismo de Comte” - Maria Célia Simon, USU/RJ; “Hegel e a Dialética” - Franklin Trein, UFRJ; “O Materialismo Histórico” - Wilmar do Valle Barbosa, UFRJ; “O irracionalismo de Kierkegaard” - Leda Miranda Hühne, USU/RJ; “Nietzsche: Uma Crítica Radical” - Vera Portocarrero, USU/RJ; “O existencialismo de Sartre” - Gerd Bornheim, UFRJ; “A filosofia analítica” - Vera Cristina de Andrade Bueno, PUC/RJ e UFF e Luiz Carlos Pereira, UNICAMP e PUC/RJ; “Visões da modernidade” - Eduardo Jardim de Moraes, PUC/RJ e Kátia Muricy, PUC/RJ; “A filosofia no Brasil” - Antônio Rezende, PUC/RJ e CEN, além de um vocabulário elaborado por Hilton Japiassú. O mesmo foi organizado por Antônio Rezende. Segundo ele,

naturalmente, tal mobilização se deveu ao espírito de militância fraterna e de companheirismo desenvolvido na convivência constante proporcionada pela seção regional da SEAF - RJ de que são sócios todos os co-autores deste Curso”. [Mas este trabalho], (...) responde, finalmente, ao desejo e inspiração do presidente da SEAF, professor Olinto A. Pegoraro, que animou a sua publicação, querendo com isso traduzir, num gesto concreto, a intenção proclamada dessa entidade de dar ao ensino da filosofia no segundo grau o tratamento prioritário que sua reintrodução na rede das escolas públicas estava a exigir. [De acordo com as palavras de seu organizador], a crítica do público é fundamental, para que numa próxima edição, se possa melhorá-lo. (Rezende, 1992:7-9)

Nesse intuito, foi realizada no dia 06 de novembro de 1987, a V reunião anual de professores de filosofia do II grau, numa promoção conjunta da SEAF/SEE/USU - RJ. O mesmo ocorreu no auditório do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e teve como tema: “A filosofia da educação em questão”. Na primeira parte da reunião, a exposição

¹²² No final do livro, o leitor encontrará um vocabulário sobre a “filosofia”, elaborado por Hilton Japiassú.

do tema foi feita pelo professor Manoel de Jesus Araújo Soares. Na segunda parte, os participantes trabalharam em três grupos, discutindo, a partir de trocas de experiências, propostas para um programa de filosofia para o II grau.

Enquanto isso, a SEAF nacional, através do seu presidente Mário Guidarini, organizou o I Seminário de Filosofia e Estética, nos dias 17 e 18 de dezembro de 1987 na UFSC. Esse Seminário aconteceu em substituição ao VII Simpósio Nacional e Internacional de Filosofia. De acordo com ofício do presidente da SEAF, com a renúncia do Ministro da Educação, o evento se tornou inviável, pois o orçamento previsto havia sido aprovado por este. Assim, o presidente sugeriu aos participantes que quizessem comparecer que solicitassem aos colegiados departamentais passagens e diárias. As discussões em torno dessa temática, foram organizadas em função da estratégia de se criar em Florianópolis um grupo de 4 a 8 pesquisadores na área de Estética, conforme uma das metas da SEAF nacional e regional. Desse seminário seguiu-se a publicação “Caderno de Filosofia”, nº 1, abril de 1988, como os textos das comunicações feitas no mesmo¹²³.

Assim, percebemos que, aos poucos, a SEAF foi diminuindo suas atividades, sobretudo a partir de 1984. Diversos motivos contribuíram para tal situação. Na avaliação de Guidarini, o arrefecimento da SEAF se deu em função do contexto político e social do período: *“quando a revolução terminou, ficou o vazio... lutar contra quem*

¹²³ Participaram como palestrantes os professores Hilton Japiassú - “O contexto mágico-religioso-político de Newton”; Franklin Leopoldo e Silva - “Nota sobre liberdade e determinismo em Kant”; Marco Antônio Frangiotti - “Revisitando alguns conceitos Kantianos”; Victor Knoll - “Distinção básica acerca do estatuto do discurso relativo ao universo artístico”; Vera Lúcia Gonçalves Felício - “Reflexões sobre estética na modernidade” e Mauro Eduardo Pommer - “O pós-moderno é moderno?”.

agora? (...) assim aconteceu também no teatro brasileiro. Os teatrólogos brasileiros tinham tesão para lutar - para produzir o teatro. Você pode ver o Guarnieri, Dias Gomes, todos os que lutavam por um teatro partidarista, ideológico, de esquerda. Hoje não produzem mais nada, porque falta o inimigo. Assim foi a SEAF”(5). Por sua vez, Pegoraro acrescenta que, naquele momento, *“os chefes de Departamentos só falavam na ANPOF, por que tinha verba”*¹²⁴. *Porque foi um racha [referência a disputa com a SEAF] e ficamos sem verba”* (1).

Com o arrefecimento a nível nacional e nos principais núcleos regionais, a SEAF nacional, enquanto diretoria eleita, teve seu fim declarado com a renúncia do presidente Mário Guidarini. Porém, um grupo de professores do Rio de Janeiro, continuaram a realizar atividades enquanto grupo da SEAF regional. Com apoio da Secretaria Estadual de Educação, [ainda que apenas, pró-forma] tais professores continuaram lutando e acreditando ser necessário a retomada da luta pela volta da filosofia ao II grau, no Brasil.

Como vemos percebendo, temos poucas informações sobre a atuação da SEAF nesse período. Assim, nos limitaremos a relatar aquilo que foi possível pesquisar.

Sabe-se que no ano de 1991, *“a SEAF realizou no RJ o V Encontro Estadual com professores de Filosofia, na escola Estadual Visconde de Cairú”* (7). *Uma de suas*

¹²⁴ Apenas para ilustrar as novas preocupações da ANPOF, sobretudo com a pós-graduação, gostaria apenas de citar um trecho da carta de 27 de outubro de 1986, do Presidente da ANPOF - Valério Rodhen, aos chefes de departamentos de Filosofia, com a finalidade de estimular iniciativas de discussão e solicitação de recursos: “os mesmos dependem da apresentação de bons projetos, suficientemente detalhados e justificados, além da observância de certos requisitos mínimos de caráter formal, indicados nos manuais de instruções ou nos calendários anuais. (...) se a criação de numerosos cursos de pós-graduação conduziu a uma gradativa intensificação da produtividade em termos de investigação filosófica, a criação da ANPOF incentivou a formação de colóquios especializados, com resultados crescentes espelhados pelas publicações e pela participação mais intensa na vida do país”.

preocupações naquele encontro, era a recuperação da identidade do professor de filosofia do II grau, através da continuidade aos encontros, “porque, além de os professores ficarem desamparados, o programa sugerido pela SEE para o ensino de filosofia, não condiz com a realidade” (7).

Nos dias 27 e 28 de outubro de 1994, foi promovido o VIII Encontro de Professores de Filosofia do II grau. No dia 27 foi discutida a questão da interdisciplinariedade. No dia 28 foi feita uma mesa redonda com depoimentos sobre a experiência dos professores de II grau¹²⁵. Foi discutido também o relatório apresentado pelo Professor Paulo Vendrami sobre “Livros para o ensino de Filosofia”. Como conclusão, ficou o apelo para que os professores se engajassem no movimento da SEAF.

No ano de 1994 a editora UAPÊ publicou o livro “Fazer Filosofia”¹²⁶, como resultado dos encontros promovidos pela SEAF e SEE com os professores de II grau e apoio do Departamento de Filosofia da USU.

De acordo com sua apresentação,

o livro Fazer Filosofia tem uma história. Uma história que começou no Encontro de Professores de Filosofia do II grau do Rio de Janeiro promovido pela SEAF e a Secretaria Estadual de Educação com o apoio do Departamento de Filosofia da USU. Começou na sala de aula, durante a apresentação das palestras dos professores da USU, problematizando, criticando, refletindo temas da vida cotidiana à luz da História. O que se pretendia era apontar uma nova abordagem didática de filosofia, baseada

¹²⁵ O professor Antônio Rezende relatou sua experiência como professor de Filosofia no Centro Educacional de Niterói. A professora Iris Rodrigues de Oliveira, responsável pela prática de ensino e pela licenciatura em Filosofia da UFRJ, discutiu a situação dos estudantes da licenciatura em Filosofia. A professora Tânia Felicidade Lino da Costa relatou suas experiências em escolas públicas e privadas.

¹²⁶ livro é composto de sete unidades, tendo cada uma delas um tema filosófico, um texto-base, um texto para leitura e temas para debate, além de dois anexos, sendo o primeiro de palavras-chaves e o segundo com sugestões de bibliografia. No seu final, encontramos em apêndice o Quadro Histórico da Filosofia no Ocidente e o Quadro Esquemático da História da Filosofia Ocidental.

principalmente no DOCUMENTO DE BRASÍLIA de 1981, onde professores renomados como Olinto Pegoraro, Marilena Chauí, José Henrique Santos e outros procuraram repensar a metodologia e a temática da filosofia. Os esquemas das aulas ministradas no Encontro foram entregues como Guia de Abordagem Didática do Ensino de Filosofia, para todos os participantes. Daí por diante, a proposta foi sendo discutida a cada encontro anual dos professores de Filosofia, e mais, trabalhada e retrabalhada em sala de aula pelos professores-apresentadores, com vistas à publicação. Seu produto é o livro FAZER FILOSOFIA. (Hühne, 1994 - contra capa, grifos no original)

Vejamos a seguir os temas abordados em cada capítulo do livro e seu respectivo autor: Capítulo I - “Fazer filosofia” - Olinto A. Pegoraro; Capítulo II - “A cultura: o homem como ser no mundo” - Ricardo Jardim Andrade; Capítulo III - “A revolução científica moderna” - Maria Célia Marcondes de Moraes; Capítulo IV- “Arte e estética” - Leda Miranda Hühne; Capítulo V - “Arte e modernidade” - Eliane M. Portugal; Capítulo VII - “Cidade e cidadania” - Dirce Eleonora Solis; Capítulo VIII - “Pensando o trabalho” - Sydney Solis; Capítulo IX - “O corpo” - Regina Lopes Van Balen.

No ano de 1995, foi re-publicado em co-edição entre Uapê e SEAF, o livro “Profetas da modernidade”. De acordo com a apresentação feita por Leda Hühne, organizadora do mesmo, curso proporcionou tantas aberturas que a SEAF concluiu que era do interesse geral a sua reedição, revista e ampliada, na medida em que contribuirá para criar um espaço de reflexão para muitos leitores, sequiosos de atualização em Filosofia¹²⁷.

A última atividade promovida pela SEAF de que temos notícia, foi um seminário para professores de filosofia do II grau, realizado no dia 09/06/95 no auditório da

¹²⁷ Ver nota 113.

USU¹²⁸. A palestra de abertura sobre “A questão da interdisciplinaridade”, foi proferida pelo professor Hilton Japiassú. No mês de outubro desse mesmo ano, estava prevista a realização do IX encontro, cujo título provisório “Prazer e sedução da filosofia”, visava resgatar a relação prazerosa do pensamento, sobretudo, pelo estudo da Filosofia.

Atualmente, ainda em fase de reestruturação e *“na crença de que é possível filosofar nesse país, de que é possível melhorar o nível do ensino de filosofia no II grau”* (7), a SEAF regional do Rio de Janeiro, vêm realizando suas atividades. Sabe-se que Olinto Pegoraro é o atual presidente, fazendo parte também, daquela diretoria, a professora Leda Hühne, como secretária e o professor Gerônimo Oliveira Silva como tesoureiro. Além da atual diretoria, a SEAF conta ainda com importantes apoios históricos, como o do professor Gerd Bornheim - UERJ e da professora Dirce Solis - USU.

¹²⁸ “Nesse encontro, foi a primeira vez que um representante da Secretária de Educação se fez presente” (7).

CAPÍTULO IV

SOBRE A PRESENÇA DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA NO II GRAU

1. APRECIÇÃO GERAL SOBRE O MOVIMENTO DA SEAF

De forma geral, a temática e, posteriormente, a reintrodução da filosofia no II grau deixaram de ser uma preocupação exclusiva de alguns professores, tanto universitários quanto de II grau, e/ou alunos de graduação em filosofia, para aos poucos conquistar uma quase unanimidade de posições favoráveis à sua presença nos currículos de II grau¹. Mesmo assim, ainda hoje, persistem algumas discordâncias em torno da questão. A atual lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma, no artigo 36, parágrafo 1º, inciso III, o seguinte: “Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: o domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Sobre essa afirmação, discutiremos mais adiante.

Tal afirmação nos aponta algumas questões. São os mesmos os motivos que levaram os diversos movimentos a defenderem a volta da filosofia ao II grau? Em que aspectos teria a SEAF se diferenciado do movimento dos católicos conservadores, por exemplo? Qual tem sido sua contribuição nesse processo?

Embora muitas respostas a essas questões já tenham sido explicitadas na descrição da história da SEAF, gostaríamos de lembrar que participantes dos grupos que lhe foram adversários, sobretudo, a *intelligentzia* católica, além de serem contrários à

¹ “No encontro de professores de filosofia promovido em São Paulo, pelo Convivium, foram inúmeras as propostas contrárias à filosofia no II grau” (Simon, 1984:27).

presença da filosofia no II grau, têm defendido a extinção pura e simples dos cursos de filosofia em qualquer nível, menos, naturalmente, na pós-graduação, pois acreditam ser necessário um certo amadurecimento intelectual para a atividade filosófica.

Contudo, a história da SEAF tem confirmado sua postura enquanto crítica à concepção de filosofia defendida pelos católicos conservadores. Mesmo porque suas ações têm apresentado princípios democráticos, de abertura e valorização da filosofia, enquanto saber disponível a todos, homens e mulheres. Este, aliás, parece ter sido um dos princípios que vem acompanhando as ações dos membros da SEAF em toda a sua história. E outra característica que identifica a SEAF como sociedade aberta foi a participação dos alunos de filosofia nas suas atividades, tanto os de graduação, quanto os de pós-graduação, sobretudo na época em que as entidades estudantis tinham sido destruídas.

Se, por um lado, o regime ditatorial impedia o exercício do pensamento livre, por outro, a SEAF representava uma bandeira do livre pensar. Assim, percebe-se, tanto pelos eventos realizados quanto pelo engajamento nas temáticas debatidas em seus núcleos regionais, que a SEAF passou a ser um espaço onde se podia falar sem medo e formular uma crítica sobre os problemas sociais do período, de forma pertinente e séria, cujo propósito central seria o resgate da própria filosofia.

Isso permitiu que suas propostas transcendessem os muros universitários, tal como se propunham os seus participantes. Em relação específica ao ensino de filosofia, reivindicava-se o seu retorno às universidades e às escolas de II grau, sendo que, no II grau, a mesma deveria voltar de forma obrigatória aos currículos. Esta, parece-nos, tem

sido a posição majoritária dentro da SEAF. E, por ter defendido uma concepção de filosofia crítica, com enraizamento social e um engajamento político dos seus participantes, a SEAF tem encontrado resistências no seu corpo filosófico, gerando uma crise interna em torno dos anos 80.

A SEAF foi um movimento que teve apoios importantes, mas teve também fortes adversários. As resistências ficaram por conta do movimento Convivium, do Conpefil, da imprensa de modo geral, sobretudo, os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, atrelados às idéias da ditadura militar, do governo militar e de intelectuais e filósofos que davam sustentação ideológica ao regime militar².

Além da crítica ao regime militar, da defesa de uma concepção crítica de filosofia, da preocupação em melhorar a qualidade da educação e da luta pela abertura do mercado de trabalho aos graduados em filosofia, a grande contribuição da SEAF foi para a elaboração de materiais didáticos para o ensino de filosofia no II grau. Com esse intuito, elaborou um “guia didático”, que se revelou de grande grande importância naquele momento em que havia pouco material para auxiliar os professores e alunos de II grau nas atividades.

E se hoje temos condições de discutir com os alunos de II grau sobre temáticas, tanto específicas da história da filosofia, quanto dos problemas sociais de modo geral, se deve, em princípio, à organização e atividades da SEAF. Este foi, de fato, seu grande mérito. Mas é obvio que não podemos imaginá-la como um corpo celeste, distante, cujo controle residiria no cérebro de alguns de seus membros, pois esse movimento só teve

sentido a partir da consolidação dos diversos núcleos regionais, que se engajaram nas suas propostas, que também publicaram artigos, documentos, realizaram conferências, seminários, enfim, exerceram um papel vigilante na história da reflexão filosófica brasileira.

Além das atividades dos seus membros, a SEAF participou de importantes eventos, tais como as reuniões anuais da SBPC, e durante muitos anos, participou de inúmeros debates, mesas-redondas e simpósios sobre as questões específicas da filosofia, além das problemáticas gerais da sociedade brasileira. Contudo, nem toda a sua trajetória foi marcada por sucessos. Como todo movimento, as continuidades e rupturas se fizeram presentes, afinal, suas ações constituem uma parte do todo real, do tecido histórico que compreende os anos 70 e 80 no Brasil, cujas práticas sociais devem ser entendidas no conjunto de correlações de forças de diversos segmentos da sociedade civil com o regime militar.

Por um lado, percebemos que a mudança nas diretrizes dos encontros, tanto da SEAF, quanto dos Departamentos de Filosofia, aos poucos parece ter se pautado pelos ares de democracia e pela abertura política já configurados como inevitáveis na época. Por outro, as iniciativas pela reintrodução da filosofia ao II grau, ainda que em caráter facultativo, a partir de 1982, parece ter gerado um certo conformismo em muitos de seus participantes, e as discussões sobre o papel dos departamentos, dos currículos dos cursos, e sobre a pesquisa filosófica foram aos poucos tomando a atenção de muitos

² Para impressionar a opinião pública internacional, alguns filósofos ligados ao regime militar “criaram a Academia Brasileira de Filosofia, aqui no Rio de Janeiro” (7).

professores, sobretudo diante da nova realidade político-social que se instalara já a partir de 1985.

Além disso, com a abertura política, muitos professores passaram a estudar no exterior e outros, a ocupar cargos e espaços que iam se abrindo nas universidades. E com o aperfeiçoamento técnico e profissional, junto às pós-graduações, muitos professores de filosofia passaram a investir na própria formação, ou a se dedicarem às atividades acadêmicas do ensino superior, começando a se dedicar a projetos de pesquisa financiados pela CAPES e CNPq, o que, sem dúvida muito contribuiu para a qualidade da pesquisa nessa área, bem como propiciou a formação de uma elite de pesquisadores em filosofia.

Assim, em decorrência da abertura democrática vivida já na década de 80, a SEAF foi aos poucos perdendo espaço, pois a universidade, os sindicatos, os partidos políticos, as escolas e entidades culturais populares foram aos poucos sendo reorganizadas. As pessoas passaram a envolver-se com os seus trabalhos nesses locais, e a realizar eventos e discussões mais circunscritas tematicamente, além de, no caso das universidades, organizar a estrutura da vida acadêmica.

Aos poucos, a SEAF foi perdendo sua força enquanto entidade nacional e nos principais núcleos regionais. Embora não consigamos precisar a data, tudo indica que a sociedade nacional teve suas atividades encerradas com a renúncia do presidente Mário Guidarini, em 1988. Porém, isso não significou a sua morte ou o seu completo abandono. Após esse período, um grupo de professores pertencentes à USU, continuou as atividades da SEAF a nível regional no Rio de Janeiro. Com apoio da Secretaria

Estadual de Educação, apenas pró-forma, a SEAF e a USU continuaram a promover encontros com os professores que, aos poucos, eles foram retomando a discussão sobre o retorno da filosofia ao II grau. O destaque alcançado pelo núcleo regional do Rio de Janeiro, após o arrefecimento generalizado da SEAF, ocorreu graças à preocupação com esta temática e à realização de importantes publicações didáticas para os professores e alunos de filosofia do II grau.

Todas as questões até aqui levantadas nos levam a crer que a desmobilização da SEAF tenha se dado por um conjunto de razões, seja na participação dos seus membros nas disputas por espaço de poder, por verbas para estudo e pesquisa, na vinculação entre saber e poder, por desinteresse pessoal, ou por investimento na formação pessoal. Além disso, há outros elementos que contribuíram para tal situação, entre os quais podemos, citar por exemplo, os baixos salários dos professores de II grau, o incentivo à dedicação exclusiva nas universidades, para estudar mais, e lecionar nas próprias universidades.

Quiçá, possamos afirmar atualmente, que a disciplina de filosofia, embora presente em muitos colégios de II grau, ainda não se faz presente de maneira obrigatória na maioria dos currículos, tendo em vista a ausência de um movimento vigilante, assim como tem sido a SEAF.

Ao que tudo indica, essa sua inflexão tornaria a sociedade mais voltada para a pesquisa, na linha da filosofia analítica, sem envolvimento com a crítica social. E, tudo leva a acreditar que a SEAF tenha exercido um importante papel na divulgação e estudo do pensamento clássico da filosofia. Em decorrência disso, ela se tornou um instrumento de incentivo ao debate intelectual e de produção de textos filosóficos.

A fundação da Anpof também contribuiu para essa inflexão dentro da SEAF, pois da Anpof participariam os “verdadeiros filósofos”. Alguns chegaram a afirmar preconceituosamente, num determinado momento, que quem quisesse fazer realmente filosofia estaria na Anpof, do contrário, estaria na SEAF.

2. PONTOS DE VISTA EM TORNO DO SENTIDO DA FILOSOFIA COMO DISCIPLINA NOS CURRÍCULOS DE II GRAU

Para mostrar o quanto a discussão em torno do retorno da filosofia ao II grau ainda é problemática, tanto no meio filosófico, quanto entre os intelectuais de forma geral, retomaremos, embora muito brevemente, as discussões publicadas no jornal *Folha de São Paulo*, do dia 1º de maio de 1994, páginas 6 e 7. É óbvio que as opiniões dos professores lá publicadas, na maioria do Departamento de Filosofia da USP, não esgotam a temática, porém elas indicam por onde tem caminhado o ensino de filosofia. Em relação à importância da volta da filosofia ao II grau, hoje, além das suas demonstrações favoráveis já citadas, a professora Marilena Chauí reafirma: “sem dúvida, a simples volta de um ano de filosofia no II grau é muito pouco. Penso que dois anos seria melhor: um ano para introdução à história da filosofia e um ano para introdução aos grandes temas filosóficos”. Além disso, ela acredita que “não seja preciso esperar a reforma do II grau para, então, articulá-lo à universidade. Estou convencida de que uma ação cooperativa e solidária dos professores universitários com os do 1º e 2º grau auxilia uma batalha conjunta pela mudança na educação” (Chauí, 1994:6).

Para o professor Renato Janine Ribeiro, a volta da filosofia ao segundo grau é uma causa justa, se concorrer para formar o espírito crítico entre aqueles que estão se tornando pessoas e cidadãos, isto é, sujeitos no plano moral e político. Porém, dado o estrago realizado no ensino de filosofia durante a ditadura militar, segundo ele, “é fantasioso esperar muito da filosofia, sozinha, por isso, proponho uma ação combinada entre professores de filosofia, história e português” (Ribeiro, 1994:7).

Segundo a professora Maria Isabel Papaterra, o curso de filosofia pode cair em dois extremos: de um lado, virar uma espécie de terapia de grupo dos problemas dos adolescentes e, de outro, um amontoado de temas abstratos e distantes dos alunos. Segundo ela,

para evitar esse risco, seria preciso pensar com seriedade um programa mínimo, a partir de alguns recortes temáticos ou grupos de problemas, incluindo técnicas de compreensão de texto e de escrita. Nesse caso, a filosofia seria bem vinda ao II grau, especialmente num momento em que o hábito da leitura e a curiosidade intelectual andam tão em baixa. (Papaterra, 1994:7)

Concordando com a presença da filosofia nos currículos de II grau, o professor Pablo Rubén Mariconda, chefe do Departamento de Filosofia da USP, apresenta três argumentos que, a seu ver, apontam para uma obrigatoriedade desta disciplina. O primeiro afirma que “a filosofia é principalmente exercício da reflexão crítica”; o segundo define o seu “papel complementar com as ciências no currículo”; o terceiro, o de que a “filosofia tem um evidente papel de unificação da visão cultural dos estudantes, auxiliando-os a entender as conexões conceituais e históricas entre sociedade, ciência, técnica e arte” (Mariconda, 1994:7).

O professor Milton Meira do Nascimento, embora exagerando um pouco quanto aos níveis em que se deve introduzi-la, acredita que:

A filosofia deve voltar ao II grau. Deve estar no exame vestibular, no primeiro grau e na pré-escola. Deve fazer parte dos currículos de humanidades nas universidades. (...) mas sem a pretensão de constituir-se como pedra de salvação para o nosso falido sistema de ensino. Nem poderão o professor e o estudante de filosofia se apresentar como a consciência do médico, do empresário, dos governantes, dos profissionais liberais, dos operários, dos cientistas”. (Nascimento, 1994:7)

Assim, segundo Nascimento, a instrumentalização da filosofia é a decretação de sua morte. Ela deve voltar ao II grau com pessoal preparado para ministrá-la bem, com material didático e paradidático de boa qualidade. Além disso, o ensino de filosofia deve vir amparado por um conjunto de cultura de humanidades.

Concordando com Nascimento, a professora Olgária Chaim Matos afirma que a filosofia necessita das demais disciplinas humanistas e que a mesma é um patrimônio que nos chega sem testamento. Nesse sentido, diz ela, a filosofia deve ser uma

disciplina de formação não ‘performática’, a filosofia possui seus aliados nas demais disciplinas humanistas: solitária, a reparação que a traz de volta ao II grau seria uma nova forma de esquecimento. Após décadas de desapareço, a filosofia retorna. Que os jovens possam reconhecer o direito a essa memória e a essa tradição. Desde sempre, bem-vinda. (Matos, 1994:7)

Em relação às opiniões sobre a temática, apenas o professor José Arthur Giannotti³se posicionou contra a reintrodução da filosofia no II grau. Quinze anos após suas divergências sobre esse mesmo assunto com alguns membros da SEAF, suas posições continuam inflexíveis, pois, segundo ele, a pergunta continua a ser: “estamos

capacitados para fornecer bons professores de filosofia para o II grau ou estaremos abrindo vagas para toda sorte de aventureiro lecionar filosofia?”. E mais, Giannotti se manifesta “contra a obrigatoriedade dessa disciplina em São Paulo e, com muito mais razão, em todo o país, já que corremos o risco de criar mais uma **disciplina de papagaios** falando sobre Aristóteles ou Descartes, se chegarem a tanto” (grifo meu).

Parece haver, em sua opinião, a crença de que na sociedade brasileira devam existir poucos filósofos, de que, primeiro, as universidades devam atingir um certo patamar de conhecimento para depois se decidir se este conhecimento pode ou não ser aplicado para os estudantes de II grau. Ou então, que estes poucos filósofos possam ser primeiro testados em hospitais, empresas, gabinetes de ministros, pelo Palácio do Planalto como conselheiros do presidente e na seleção brasileira.

Aliás, isso não nos causa estranheza, pois com o passar do tempo, em regimes ditatoriais e até mesmo em democracias, a filosofia passou a ter um interesse comercial, a partir de um direcionamento instrumental para esse saber, o que poderá representar, na prática, o privilégio de um saber acessível a determinadas classes sociais e diz respeito à elite brasileira, que não tem interesse em introduzir a disciplina de filosofia como obrigatória nos currículos escolares, conforme demonstrou o atual governo federal diante da aprovação de ‘nova’ LDB da educação nacional.

De nossa parte, com algumas reservas a sua extensão à pré-escola e certas restrições à sua presença no I grau, concordamos com sua inclusão nos exames vestibulares, para todos os cursos, se estes ainda persistirem enquanto forma de

³ A reportagem da folha o apresenta como “filósofo” e não como “professor de filosofia”. Por que será?

avaliação e acesso aos cursos superiores. É muito provável que, com a exigência de conteúdos filosóficos nos vestibulares, as escolas sejam forçadas a discutir sua inclusão nos currículos escolares de II grau.

Portanto, nossa reivindicação vai na direção de defender a presença da disciplina de filosofia no II grau por professores formados nos cursos de graduação em filosofia, para procurar reverter a situação em que se encontram muitas escolas, onde professores que são formados em outras áreas como história, pedagogia e teologia, estão a lecioná-la. E sabe-se que os estudos de filosofia nos outros cursos não são tão sistemáticos quanto os que são oferecidos nos cursos de graduação em filosofia.

3. A “NOVA” LDB E O ENSINO DE FILOSOFIA

Um movimento de educadores, principalmente entre aqueles ligados à área da pedagogia, durante e após o período da ditadura militar, vem realizando importantes discussões sobre a educação no Brasil, sobretudo diante da desatenção de muitos deputados constituintes para com a área educacional, quando da elaboração da nova Constituição.

As discussões realizadas na cidade de Porto Alegre - RS em 1988, pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, foram importantes para se pensar um projeto de LDB nacional. Tais discussões impulsionaram o início dos trabalhos para uma ‘nova’ LDB. O projeto 1258 - c/88, riginado na Câmara, foi uma iniciativa conjunta do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, dos

deputados de oposição, além de um acordo suprapartidário entre diversos deputados federais.

Porém, desde aquele ano, entre muitas discussões, redações, negociações, emendas, com vários avanços e também retrocessos, a esperada ‘nova’ LDB somente foi votada e aprovada na Câmara dos Deputados no ano de 1993. No referido projeto, em seu artigo 48, inciso IV, o texto aprovado contemplava a **inclusão das disciplinas Filosofia e Sociologia como obrigatórias, nos currículos de II grau.**

Depois de muitas lutas, a aprovação da disciplina filosofia no II grau na Câmara dos Deputados parecia consensual, porém, derrotado o governo, não tardou em se articular e alterar o projeto no Senado Federal. E isto, de fato ocorreu, pois outro projeto de lei foi apresentado pelo Senador Darci Ribeiro, em substituição, para não dizer imposto, àquele aprovado na Câmara dos Deputados. Esse seu projeto, nº 1258 - d/95, nem sequer fez menção à disciplina de filosofia⁴e, uma vez aprovado no Senado, retornou à Câmara dos Deputados, tendo como relator o Deputado Federal José Jorge do PFL - PE. Na Câmara, diante da pressão de vários setores, inclusive do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, o projeto passou por várias emendas. No que diz respeito à presença obrigatória da disciplina de filosofia, a mesma continuou formalmente excluída dos currículos escolares.

A partir disso, podemos deduzir duas questões: a primeira, de que o sistema de ensino brasileiro continua desarticulado nos diversos níveis e que a inclusão da filosofia

⁴ Vejamos o que afirma acerca disso um entrevistado: “O próprio Darci Ribeiro, que animou e organizou o primeiro concurso público para efetivação de professores de Filosofia no Estado do Rio de Janeiro, contraditoriamente elaborou um projeto de lei no Senado, excluindo a Filosofia como disciplina dos currículos escolares de II grau. Isso nós temos que cobrar” (7).

nos currículos de II grau como obrigatória parece estar cada vez mais distante, embora o texto possa ser interpretado como objetivo a ser alcançado pelo aluno de II grau; a segunda diz respeito ao aspecto político da lei: a não inclusão da filosofia parece atender os princípios que norteiam os, também recém-criados, “centros de excelência”, no caso das universidades públicas. Neles, a sobrevivência dos cursos de filosofia estará atrelada às necessidades do mercado. Ou, dizendo por outras palavras, não havendo mercado de trabalho para os formados em filosofia, não fará sentido o investimento e a manutenção dos cursos de graduação em filosofia, o que poderá representar, na prática, o fechamento de muitos deles.

Podemos entender também que, de acordo com a redação do texto da lei, a filosofia não tem mais sentido enquanto disciplina no currículo, mas que, a partir disso, sejam possibilitados àqueles que irão lecionar as disciplinas do currículo do II grau elementos filosóficos e sociológicos necessários à formação dos estudantes secundaristas. Contudo, isso pode trazer consequências gerais, tais como, a não ampliação do mercado de trabalho para os formados em filosofia e redução dos cursos de licenciatura de nível superior, além do não investimento em capacitação dos professores que lecionam a disciplina.

Assim, parece-nos que a sua ausência nos currículos escolares contém a seguinte lógica: se os cursos de filosofia não têm demanda e pouco produzem, não será necessário investir na formação desses profissionais. Além disso, diante da aparente valorização de outras áreas, há uma tendência de diminuição dos cursos da área humanística oferecidos no nível superior.

Ainda é cedo para uma avaliação, o que implicaria em julgamento precoce de nossa parte, por isso ficamos na expectativa de podermos avaliar em que medida essa lei contribuirá para que se repense o II grau e o lugar da filosofia nos currículos escolares, mesmo onde ela existe de forma obrigatória, como é o caso do Estado de Minas Gerais.

Vale lembrar que a sorte dos cursos universitários de filosofia depende em parte dos cursos de filosofia no II grau. Assim, esquecer a importância da formação filosófica no II grau, seria tão indefensável quanto, no sentido inverso, exagerar essa importância a ponto de supor que um II grau forte em filosofia, possa justificar a supressão dos cursos de graduação em filosofia.

Assim, o ensino de filosofia no II grau deve ser um premente problema para todos nós.

4. POR QUE FILOSOFIA NO II GRAU?!

Diante das discussões que levantamos acima, sobretudo dos pré-conceitos que rodeiam a filosofia e sobre ela se propagam, nos perguntamos se de fato vale a pena defender a presença do seu ensino nos currículos escolares de II grau. Se levarmos em conta a posição de grande maioria dos participantes das entidades, sociedades e grupos de filosofia, tanto no período estudado, quanto hoje, a resposta será positiva. Salvo uma ou outra postura contrária, houve e ainda parece haver uma unanimidade em defendê-la enquanto disciplina obrigatória nas escolas de II grau.

No discurso governamental, principalmente a partir do fórum de debates realizado em outubro e novembro de 1968, denominado “A Educação que nos convém”⁵, o então Ministro Roberto Campos falou sobre Educação e Desenvolvimento Econômico, em cuja exposição ficaram claras as intenções de reorganizar o ensino médio a fim de que ele cumpra mais eficazmente a função de discriminação social. Segundo Warde (1979:79), ao longo da conferência ficou evidente o sentido político e econômico de um ensino que se articula com o mercado de trabalho: um ensino para a segurança e para o desenvolvimento econômico. Assim, foi-se percebendo, aos poucos, que os ditos excedentes profissionais eram filhos da escola humanista e percebeu também que a educação secundária de tipo humanista, devia ser modificada, através da inserção de elementos tecnológicos e práticos. A partir disso, não é difícil deduzir qual seria o futuro da filosofia e das demais disciplinas da área de ciências humanas.

Uma vez executado, aquilo que se pressencia enquanto projeto do governo, pode-se dizer que as resistências a ele têm se dado principalmente por aqueles envolvidos diretamente, quais sejam, a princípio, os professores de filosofia que tiveram o campo de trabalho profundamente restringido.

E não somente os professores participantes do movimento defenderam a disciplina de filosofia como necessária aos estudantes de II grau, alguns órgãos de imprensa no início da década de 80 também o fizeram. Esse foi o caso do *Jornal do Brasil*, aliás, um dos fortes combatentes pela volta da disciplina, que publicou, em 28 de dezembro de 1981, um editorial comentando as deficiências do ensino, principalmente

⁵ Fórum organizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais com patrocínio da PUC/RJ.

pelo processo de múltipla escolha do vestibular, que desprezava o cultivo do raciocínio.

Assim dizia o artigo:

é essa deformação pedagógica que o estudo da filosofia pode ajudar a corrigir. Eis um estudo que não tem finalidades imediatas e nem chega a resultados quantificáveis. Também não é capaz de propor soluções instantâneas para os problemas do nosso tempo. (*Jornal do Brasil*, 1981:2)

Porém, sua intenção em defesa da filosofia tropeça no momento em que a defende como uma disciplina enquanto “motivação profunda das ações humanas”. Além disso, é interessante estarmos atentos para o fato de que esse editorial foi publicado logo após a divulgação do Documento de Brasília, configurando-se como uma crítica às propostas do seu texto final, no qual se enfocou a necessidade de uma filosofia crítica, engajada e preocupada em fazer dos problemas do cotidiano dos alunos um importante objeto de análise.

No entanto, diante dessas discussões e das realizadas até este momento, é afirmativa nossa resposta à questão levantada acima. Acreditamos que a filosofia tem um lugar no ensino de II grau. Vários motivos nos movimentam nesta direção, no entanto apontaremos a seguir penas alguns.

O processo educacional humano é mediado pelas diversas relações sociais e é fruto de um conjunto de contradições e conflitos que constituem as mesmas relações concretas. Assim, a forma que o processo educativo assume em cada momento histórico será sempre o resultado provisório de relações conflituosas. O ensino de filosofia não foge dessa realidade e os seus professores não podem ficar indiferentes a ela, uma vez que se encontram envolvidos nos limites e possibilidades da ação exercida pelo sistema

institucionalizado do ensino. A tensão do contraditório e a necessidade da reflexão desafiam-nos a intervir nessa realidade.

E essa atuação não pode ser entendida no sentido de recuperar o ensino em geral, para que se dê uma tintura de humanidade no ensino profissionalizante e, tampouco, no sentido de que a filosofia é a salvação para a educação, pois a responsabilidade por um bom sistema de ensino diz respeito a todos os que estão envolvidos no processo educacional. Ora, o que significa então? Um dos elementos importantes é a diversidade de temas com que lida a filosofia. Isto fará com que o aluno possa, diante de um problema, ter uma visão muito mais enriquecida do seu próprio universo para resolvê-lo.

Não poderá a filosofia ser apenas mais uma disciplina na grade curricular para atrapalhar a vida do aluno, mas deverá contribuir para aumentar seu instrumental teórico, para que possa melhor situar-se no seu contexto político, social e histórico. É na mediação do processo educacional, no trabalho conjunto com as demais disciplinas, que alunos e professores podem perceber a importância da filosofia enquanto disciplina do currículo de II grau. Não poderá prescindir do ensino de filosofia a concepção de um projeto educacional que tenha por base a formação ampla dos estudantes, considerando-se que a presença da filosofia pode contribuir efetivamente para a vida cultural e política do país.

Um elemento importante a ser tomado em conta para fundamentar o significado de sua presença nos currículos de II grau é a dimensão crítica atribuída à filosofia. Embora muitos textos e documentos oficiais apelem para essa tão decantada função crítica da filosofia, na maioria das vezes entendida como espírito lógico, em oposição ao

pensamento mecânico, preferimos tomar a perspectiva da filosofia enquanto crítica, apresentada por Marilena Chauí, segundo a qual o pensamento crítico não é apenas privilégio da filosofia, mas, sem dúvida, é uma das suas tarefas específicas.

No artigo intitulado “*Filosofia e Cultura*” (In: Simon, 1984:), a autora apresenta, a partir de uma leitura de Maurice Merleau-Ponty, a filosofia como trabalho do pensamento, trabalho para transformar uma experiência imediatamente vivida numa experiência compreendida, quer dizer, num saber a respeito dessa experiência. A filosofia é trabalho, isto é, negação interna da experiência imediata, negação do caráter abstrato da experiência, em busca da gênese e da produção daquilo que apenas está dado.

A idéia de que, de um lado, existam as experiências e de outro a reflexão/trabalho de pensamento, que de fora converteria uma experiência qualquer em verdadeira, é veementemente recusada por Chauí. Ao contrário, a filosofia é a capacidade de fazer com que a reflexão sobre a experiência seja, ela própria, enquanto reflexão, uma experiência. Não algo que vem de fora como uma consciência que se deposita sobre uma experiência inconsciente, mas como uma experiência de se tornar mais significativa.

A partir dessas considerações nos é possível afirmar que a autora mostra o movimento da filosofia como sendo realizado de duas maneiras. Em primeiro lugar, ao negar dialeticamente a experiência imediata, o trabalho do pensamento revela que esta experiência está carregada de sentido, conquistando-o assim na plenitude que qualquer experiência possui. E em segundo lugar, a filosofia é um trabalho com gêneses, isto é, com a busca pelo conhecimento da origem de uma experiência e do sentido que essa experiência tem a partir de sua origem.

Assim, partindo dessa concepção apresentada por Chauí, entendemos que a perspectiva crítica da filosofia é aquela em que as coisas não são dadas, mas no sentido de que se compreenda que há uma necessidade dos indivíduos decidirem por si mesmos, por aquilo que se deve fazer, e que os seres humanos são responsáveis por aquilo que acontece no seu meio. Por conseguinte, a crítica deve ser entendida enquanto trabalho do pensamento, e não como um conjunto de conteúdos verdadeiros, acabados. A crítica seria o contradiscurso que faz falar o silêncio contido no discurso. Desse modo, podemos compreender por que interessa aos discursos oficiais o esvaziamento do sentido da palavra “crítica” e também da importância da filosofia no ensino de II grau. Ao mesmo tempo, com isso, procura-se afastar a idéia de “crítica” como mera negação do discurso dominante.

Para reforçar as reflexões acima expostas e parafraseando Antônio Gramsci (1989) gostaríamos de afirmar que: a verdadeira crítica é aquela mediante a qual o intelectual destrói em si mesmo a velha concepção de mundo; é aquela mediante a qual se busca reduzir a distância entre teoria e prática, promovendo a unidade entre ciência e vida, entre o filósofo e o seu espaço de atuação na medida em que é daí que ele retira os problemas que se propõe solucionar.

5. APONTANDO ALGUMAS PERSPECTIVAS

Antes de darmos sequência às discussões em torno das perspectivas para o ensino de filosofia, gostaríamos, de ressaltar algumas considerações que temos feito ao longo desta dissertação. A primeira diz respeito à nossa posição em favor da introdução da

disciplina de filosofia como obrigatória no segundo grau. Talvez não seja tão fácil justificá-la, mas acreditamos que há algo maior, que a simples abertura de mercado de trabalho. Há algo maior que a preocupação com a possibilidade de os alunos terem capacidade de opinar. Há algo maior que o seu papel na interdisciplinaridade. Há algo maior que a contribuição para uma nova educação. Porém, não se trata apenas de formar o homem enquanto ser abstrato, isolado, desvinculado da sociedade, mas sim do homem como “conjunto de relações sociais”, como “síntese das múltiplas determinações”, ou seja, o sujeito da reflexão filosófica.

Talvez um exemplo como o da França, onde o ensino de filosofia é obrigatório desde o século passado, e que ajuda a entender a formação cultural daquele povo, possa servir para enfatizar nossa convicção de sua presença no II grau.

Segundo a reportagem de André Lahós, no jornal *Folha de São Paulo*, de 1º de maio de 1994, os franceses estudam um ano de filosofia, o correspondente ao terceiro colegial, com uma carga horária semanal que varia de oito a duas horas, dependendo do curso. Os alunos fazem a opção no ano terminal, de acordo com a faculdade que querem cursar. No curso A, chamado de literário, a filosofia é a matéria mais importante, com oito horas semanais. No curso B, no qual a matéria é a economia, a carga horária é de cinco horas. Nos cursos científicos, a carga é de três horas semanais e nos cursos técnicos, de duas horas. Ainda segundo a mesma reportagem, o programa do Ministério da Educação é traçado em linhas bem gerais que cada professor desenvolve como desejar e é dividido em três partes: a) o homem e o mundo, b) o conhecimento e a razão e, c) a

prática e os fins⁶. Tudo isso, aliás, indica que a filosofia foi devidamente reconhecida, ao lado de outros conhecimentos importantes, como a história, a geografia, etc....

A segunda das considerações que desejamos retomar, diz respeito a uma concepção crítica de filosofia, a partir de Gramsci e Chauí, segundo a qual o ensino de Filosofia não deve ser neutro, ele deve apontar para um compromisso político-social.

A filosofia deve ser entendida como formadora de consciências crítica e, embora não seja seu privilégio exclusivo, sem dúvida, esta é uma de suas tarefas específicas. Nessa perspectiva, a crítica deve ter elementos de radicalidade, na medida em que procura alcançar a raiz dos problemas; ser rigorosa, porque deve ter um método, o qual deve propiciar uma superação do senso comum, mesmo daquele que vulgarmente é entendido como senso crítico, e que apenas se confunde com o “ser contra”; ter princípios de globalidade, para que a Filosofia não se perca nas particularidades dos conhecimentos, que restringem o horizonte de compreensão do mundo e do homem. Mesmo que já não se possa aspirar a uma filosofia como sistema, como construção de um todo autocompreensivo, parece que se trata ainda de insistir ao enalço de uma melhor compreensão do todo, isto é, como afirma Selvino José Assmann, meu orientador (em discussão sobre este trabalho), “não desistir da busca da compreensão do todo, mesmo que se saiba que esta compreensão do todo, um dia, nunca vai poder ser definitiva”.

A terceira é a de que o ensino de filosofia deve estar articulado com o conjunto de disciplinas das ciências humanas e as demais disciplinas, para que possam dar sentido

⁶ Embora na Inglaterra o ensino de filosofia não seja obrigatório e o mesmo seja promovido por uma instituição privada - o Royal Institute of Philosophy, há um movimento para que este se torne obrigatório.

às discussões sobre a interdisciplinaridade. Embora falaremos mais sobre isto, adiante, de acordo com Severino (1996:6),

se aceitarmos que a educação é mediação das mediações histórico-sociais da existência real dos homens, e que o currículo é uma mediação de nível simbólico, da educação, impõe-se que, no caso do II grau, as mediações curriculares assegurem elementos que subsidiem a formação dos adolescentes de modo que eles possam entender e vivenciar sua inserção na realidade histórico-existencial.

Após termos retomado essas questões, desafia-nos a discussão sobre as perspectivas possíveis para o ensino de filosofia no II grau, que trataremos a seguir.

5.1. A ensinabilidade da filosofia

Com relação à discussão sobre “ensinar filosofia”, recorreremos às reflexões elaboradas por Hegel, quando este foi professor de filosofia, tanto na universidade quanto no ginásio. A partir desta sua experiência, escreveu vários informes e anotações sobre o ensino de filosofia. Para Hegel, ela poderia ser ensinada e aprendida como qualquer outra ciência. Desde cedo, ele se opôs à dissociação presente entre o aprender a filosofar e o aprender filosofia. Nesse caso específico, sua discussão diz respeito à pretensão kantiana de que se pode aprender a filosofar, mas não ensinar filosofia.

Com relação à sua posição, assim se expressa:

se debe viajar y siempre viajar, sin llegar a conocer las ciudades, los ríos, los países, los hombres, etc... [pois] cuando se llegar a conocer una ciudad y se pasa después a un río, a otra ciudad, etc., se aprende, en todo caso, con tal motivo a viajar, y no sólo se aprende sino que se viaja realmente. Así, cuando se conoce el contenido de la filosofía, no sólo se aprende el filosofar, sino que ya se filosofa realmente. (Hegel, 1991:139)

Partindo desse pressuposto, de acordo com Hegel, a filosofia deve ser ensinada e aprendida, na mesma medida do que em qualquer outra ciência. Assim, para Hegel, “... el estudio de la filosofía es un obrar próprio, es asimismo un aprendizaje - el aprendizaje de una ciencia configurada, *ya existente*. Esta constituye un tesoro que consta de un contenido adquirido, dispuesto, formado; este bien heredado existente debe ser adquirido por el individuo, es decir, debe ser *aprendido*” (idem, *ibid.*).

Nesse sentido, o ensinar filosofia se torna importante para que o aluno de II grau aprenda filosofia, para que possa construir uma visão de mundo mais coerente, a partir da apropriação do instrumental de conhecimentos da tradição filosófica, pois à medida que os alunos forem dominando esse instrumental, vai se constituindo a possibilidade de re-organização e re-elaboração da realidade, alcançando a tão decantada “consciência filosófica”.

Parafraseando Machado (1995:9), embora com outro sentido, pode-se dizer que em virtude do não ensinar filosofia e sim do aprender a filosofar, muitos programas de filosofia acabam reunindo uma diversidade de textos, cuja abordagem, não obstante a melhor dedicação do professor, só pode ser algo superficial, quase sempre aborrecido para o estudante, frustrante para o professor e questionável do ponto de vista pedagógico, quanto a seus resultados educacionais.

Com relação aos conteúdos específicos da disciplina de filosofia, acreditamos que ela tem um acervo próprio de questões, uma história que a destaca suficientemente das outras produções culturais. Acreditamos, também, que há o que aprender, há o que

ensinar, há sobretudo uma terminologia específica a ser assimilada. Assim, concordamos com Silva (1992:163) quando diz:

não devemos nos iludir com o adágio ‘não se aprende filosofia’, algo que pode levar a um comodismo ou a uma descaracterização da disciplina. O que a Filosofia tem de diferente das outras disciplinas é que o ato de ensiná-la se confunde com a transmissão do estilo reflexivo, e o ensino da Filosofia somente logrará algum êxito na medida em que tal estilo for efetivamente transmitido. No entanto, isto ocorre de forma concomitante à assimilação dos conteúdos específicos, da carga de informação que pode ser transmitida de variadas formas. O estilo reflexivo não pode ser ensinado formal e diretamente, mas pode ser suficientemente ilustrado quando o professor e os alunos refazem o percurso da interrogação filosófica e identificam a maneira peculiar pela qual a Filosofia constrói suas questões e suas respostas.

Porém, quando se fala em “ensinar filosofia”, devemos ter presente as seguintes questões: Ensinar filosofia... mas qual filosofia? Como fazer o recorte mínimo dos conteúdos a serem ensinados? E, se não há conteúdos mínimos, como afirmam muitos, o que fazer para chegar à especificidade em termos de ensino? Exagerando na resposta, pode-se dizer que de uma certa forma, o ensino da filosofia vale o que pensa aquele que ensina filosofia.

Assim, o recorte de um programa mínimo deve estar relacionado à concepção de mundo em que o professor acredita e que carrega consigo, ou seja, deve ser levado em conta o que o professor pensa e acredita para que ele possa optar por uma seqüência de conhecimentos, de práticas históricas da própria história da filosofia.

Qualquer escolha que façamos, tanto a nível de história da filosofia, quanto de temas de natureza diversa, sejam éticos, políticos, epistemológicos, etc. o que mais interessa é a qualidade da discussão realizada com os alunos, pois é necessário educar

para a inteligibilidade, para a reflexão, evitando que as aulas caiam num discurso vazio, em simulacros.

De acordo com Favaretto (1995:80),

qualquer que seja o programa escolhido, não se pode esquecer que a leitura filosófica retém o essencial da atividade filosófica. É preciso acentuar entretanto, que uma leitura não é filosófica apenas porque os textos são filosóficos; pode-se ler textos filosóficos sem filosofar e ler textos artísticos, políticos, jornalísticos, etc. filosoficamente. A leitura filosófica não se esgota na simples aplicação de metodologias de leitura; ela é um ‘exercício de escuta’ [...] nada aprendemos com aquele que nos diz: ‘faça como eu’. Nossos únicos mestres são aqueles que nos dizem ‘faça comigo’ e que, em vez de nos propor gestos a serem reproduzidos, sabem emitir signos a serem desenvolvidos no heterogêneo.

5.2. Que filosofia devemos ter no II grau?

A pergunta que filosofia devemos ter no II grau? entendo-a como a interrogação acerca da seleção mais desejável que seja possível fazer, no campo imenso da produção filosófica, que vão subsidiar a escolha dos conteúdos a serem ministrados aos estudantes de II grau.

Ao programarmos os conteúdos da filosofia como disciplina de II grau, devemos ter o cuidado de esvaziá-la de qualquer função doutrinária, dogmática, e/ ou absoluta. Eles devem ser inseridos de modo que possibilitem aos alunos o desejo, a abertura e a exploração de sua dimensão crítica, objetivando uma função de articulação cultural e que, ao desempenhá-la, realizem também a articulação do indivíduo enquanto participante social.

Portanto, é preciso que tenhamos bem claro que não é a grade curricular em si o fator fundamental e determinante, o substantivo desse processo são os conteúdos

programáticos e a postura pedagógica assumida no seu âmbito formativo, fugindo de todo e qualquer ato meramente técnico ou perfil mecânico e rotinizado. Nessa perspectiva, o ensino de filosofia deve ser tomado enquanto crítica às totalidades e modos de se viver.

Pode-se dizer que, felizmente, a filosofia oferece um campo suficientemente amplo para que não haja dificuldades em escolher os temas de ensino capazes de interessar a todos os estudantes. Por conseguinte, o planejamento das aulas de filosofia deve ser pensado a partir das seguintes perspectivas⁷:

- 1) A filosofia deve possibilitar ao aluno ter em conta a dimensão ético-existencial.

Atualmente, nossa sociedade tem primado por valores que têm colocado em jogo tal dimensão. Os estudantes de modo geral são levados a se inserir numa cultura cujos valores repassam a lógica de um sistema injusto, excludente, sobretudo das estruturas e condicionamentos ideológicos do capitalismo. Em vista disso, a filosofia, em conjunto com as demais disciplinas do currículo, deve possibilitar ao aluno um referencial teórico para pensar-se enquanto sujeito histórico e ao mesmo tempo refletir sobre o seu existir.

Diante da postura existencial, que toma por base um questionamento mais pessoal, torna-se importante que cada sujeito faça um questionamento sobre a sua vida. Esse exercício de reflexão, na busca de sentido, deve transcender os espaços específicos

⁷ Embora ampliadas, tomamos como apoio para discutirmos as perspectivas para o ensino de filosofia, algumas reflexões elaboradas por César Aparecido Nunes, na sua Dissertação de Mestrado (Unicamp, 1990).

da filosofia e, para isso, talvez devamos recorrer à atitude socrática de perguntar-se sobre si mesmo, as coisas e o mundo.

2) O fazer filosófico deve voltar-se para a perspectiva político-social.

Torna-se importante apresentar ao aluno de II grau as diversas concepções teóricas para uma interpretação da realidade. Nesse sentido, a filosofia deve posicionar-se na perspectiva da crítica social, sobretudo em relação aos problemas de nosso tempo.

A crítica social, no sentido amplo, está relacionada ao papel que a filosofia é capaz de assumir diante das diversas estruturas sociais e às injustiças que estas implicam. Por isso, o estudante de filosofia de II grau deve ter acesso às concepções teóricas, históricas e às de seu tempo para a interpretação e a transformação da realidade. Nesse aspecto, a filosofia, juntamente com as demais ciências, deve propiciar a percepção das contradições sociais, das injustiças e opressões.

3) A filosofia enquanto referencial crítico à ciência

Com o advento do capitalismo avançado, da era eletrônica, operado pelo avanço das técnicas e da ciência, que muitas vezes leva à negação de referenciais humanísticos e éticos, é importante o questionamento à identidade objetiva, pragmática e utilitarista. Assim, a filosofia pode tomar como fundamento, para uma crítica das ciências, os seus condicionantes históricos, os quais ao longo dos anos têm se identificado, ora com o positivismo, ora com as posturas tecnicistas.

Esse ato de questionamento, de debate sobre os valores éticos, históricos e existenciais, não é tarefa da filosofia apenas, mas deve ser também de outras disciplinas como é o caso da literatura, da história e da matemática. Não resta dúvida que há um rico

trabalho que pode ser feito pelos professores de filosofia em conjunto com os das demais disciplinas. Um trabalho interdisciplinar, porém, não se pode apresentar como uma nova ciência ou super-ciência, mas como uma atividade prática, com vistas à reflexão e resolução de problemas concretos. É sempre bom lembrar que a chamada interdisciplinaridade é tarefa complexa que não abre mão da disciplinaridade, mas que, no mínimo, necessita do diálogo entre vários especialistas.

Dessa forma, concordamos com Silva (1992:163), quando afirma que

não devemos, portanto, entender que a Filosofia estará no currículo de segundo grau em função das outras disciplinas, quase num papel de assessoria metodológica. No entanto, seria grave infidelidade ao espírito filosófico entender que a Filosofia virá se agregar ao currículo apenas para tornar-se mais uma parte de um todo desconexo, ou pelo menos com profundos problemas de integração e conexão. Neste sentido, não representa pretensão dizer que a Filosofia não é apenas *mais uma* disciplina; ao dizê-lo, estaremos apenas reafirmando a natureza do estudo filosófico. A Filosofia tem uma função de articulação cultural e, ao desempenhá-la, realiza também a articulação do indivíduo enquanto personagem social, se entendermos que o autêntico processo de socialização requer a consciência crítica da relação homem-mundo. No contexto curricular, a Filosofia mantém com as demais disciplinas um contato que deve traduzir-se concretamente numa aproximação do caráter geral da experiência de conhecimento.

Acredito resultar em equívoco, antecipar a discussão sobre “que filosofia” deve voltar ao II grau, para, posteriormente, proclamar que a mesma só deva retornar aos currículos quando for oferecida uma ‘boa’ filosofia. Isto, aliás poderá determinar o seu enfeudamento. Nessa perspectiva, diante dos apontamentos que fizemos acima, acreditamos que a formação mais equilibrada para o estudante secundarista em filosofia será aquela que souber aliar harmoniosamente duas direções principais nos conteúdos da disciplina:

1) O estudo da história da filosofia

Concordamos com Gramsci (1988:138) que “a filosofia descritiva tradicional, reforçada por um curso de história da filosofia e pela leitura de um certo número de filósofos, parece ser praticamente a melhor coisa” para um curso introdutório de filosofia no II grau. Nesse sentido, também tem se posicionado Nunes (1990:126): “a história da filosofia, analisada e apresentada dentro de uma metodologia da história, sob uma correta mediação sócio-analítica, será a chave para a análise das principais formas da consciência filosófica que se busca estimular e construir no novo aluno da escola média popular”.

Por sua vez, esse procedimento metodológico não representa uma mera contabilidade do passado, ou um retorno a velhas fórmulas: “é preciso considerar o avanço das pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento humano, o que define já uma postura de interdisciplinaridade saudável e dialogal” (idem: 127).

Também Chauí (1994:6) tem se posicionado dessa forma: “penso que dois anos seria melhor: um ano para introdução à história da filosofia e um ano para introdução aos grandes temas filosóficos”. E de acordo com Monteiro (1983:6), “ninguém negará que ao jovem estudante deve ser transmitida uma primeira visão da história da filosofia, através do contato com alguns dos principais textos antigos e modernos, mesmo que seja por meio de uma seleção antológica preparada pelo professor. Por que não ler junto com os alunos um Diálogo de Platão, ou o Discurso do Método de Descartes?”.

Mediante o ensino da história da filosofia, o aluno poderá apreender e compreender os movimentos e contradições da história do pensamento ocidental,

poderá caminhar ou se mover dentro do filosofar de cada época da humanidade, possibilitando-lhe iniciar um processo de superação do senso comum, da sua visão fragmentada, e muitas vezes individualista, de mundo. Em decorrência dessa primeira posição, propomos a segunda:

- 2) Uma discussão dos temas filosóficos que se encontram hoje, por assim dizer, ainda vivos.

O ensino de filosofia no segundo grau não poderia deixar pairar dúvidas quanto à distinção entre as questões filosóficas de relevância atual e aquelas cuja relevância é histórica. Este segundo aspecto é geralmente o mais negligenciado, desprezado, tanto em cursos universitários como no II grau, em favor da concentração em temas que tenham mais sentido no quadro de debates filosóficos do passado.

Tem-se, às vezes, a impressão da existência de uma crença generalizada de que as questões filosóficas atuais são algo que deve ser deixado para mais tarde, quando não para a pós-graduação, ou para um futuro que nunca chegue. Dessa maneira, pode-se trabalhar com temáticas científicas, políticas, éticas e epistemológicas, ou então, como nos coloca Monteiro (1983:6):

Quem negará que ao estudante não pode ser recusado o contato com os problemas da lógica, pelo menos em seus aspectos mais clássicos? Quem negará que esse ensino não pode fugir à discussão dos problemas do conhecimento, comum e científico? E quem negará a relevância da discussão com nossos secundaristas dos problemas ligados aos valores - valores morais, religiosos, políticos ou estéticos? Esta segunda dimensão do ensino também deve partir dos textos dos filósofos, mas indo ao encontro das preocupações vivas dos alunos, embora sob a forma não imediata e distanciada do senso comum que é própria da filosofia. O que significa simplesmente, por exemplo, que o estudante pode ser levado a refletir filosoficamente sobre os problemas do desemprego, não colocando no programa o item 'desemprego', mas

partindo da problemática da justiça e dos direitos do homem para chegar a uma compreensão fundamentada desses problemas.

Em síntese, as questões históricas e os problemas atuais deveriam constituir o eixo da organização educacional da área filosófica a nível de II grau.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas reflexões que realizamos neste trabalho, indicamos que a política educacional pós-64 se configurou como um mecanismo de exclusão social, principalmente àqueles que ficaram a margem do sistema escolar. Embora não acreditemos que a escola seja um meio único de ascensão social, a exclusão dela resultou em princípio numa exclusão social e econômica de significativas parcelas da população brasileira, condenadas a viver em condições miseráveis, em virtude da pouca distribuição de renda existente no país.

Não temos dúvida, que toda essa situação de crise dos anos do regime militar brasileiro, acelerou ainda mais o quadro de decadência do ensino público no país, tanto no meio rural quanto nas escolas em regiões urbanas. Além disso, percebe-se que esses setores excluídos encontram-se desmobilizados, tornando-se impotentes nas suas reivindicações ao Estado. Assim afirma Germano (1993:277), “as elites são despóticas, intolerantes, autoritárias e se preocupam sobretudo em concentrar a riqueza, em acumular, desmedidamente, o capital. Criticam o Estado ao mesmo tempo que vivem à sua sombra”.

Com relação à discussão sobre o afastamento da disciplina de filosofia do II grau, procuramos enfocar como e porque, a mesma foi afastada dos currículos de II grau a partir de 1971. Como vimos, a lei se insere num contexto de reestruturação e redefinição da política educacional brasileira iniciada em 1964. Embora muitos afirmem ainda hoje que a disciplina de filosofia foi afastada do II grau por significar uma “ameaça” ao contexto sócio-econômico e político vigente na época, a nosso ver é

preciso ir buscar as razões nas próprias intenções oficiais expressas na lei. Certamente as “novas” disciplinas criadas por força da lei, cumpririam melhor a tarefa de formar os novos “cidadãos” que o regime militar esperava do país.

Assim, a afirmação de que a filosofia pudesse contribuir para a subversão social, ou formação de consciências, como temos apontado no texto, também possa ser um elemento válido para justificar o seu afastamento. Contudo, o argumento mais convincente, é o de que o projeto de desenvolvimento adotado no país, estava voltado para as questões técnicas e profissionalizantes, direcionadas para o projeto de desenvolvimento do país.

Neste sentido, procuramos apontar os principais eventos e iniciativas que marcaram e, marcam ainda, o esforço da SEAF pela reintrodução da filosofia ao II grau em todo o Brasil. Além, é claro, de apontarmos como referências, algumas iniciativas que foram importantes para este movimento. Com isso, procuramos demonstrar que a temática do ensino de filosofia no II grau deixou de ser preocupação exclusiva de um pequeno grupo de interessados, como ocorreu em torno de 1975, para conquistar, aos poucos, uma quase unanimidade de posições favoráveis à sua presença nesse grau de ensino. Porém, parece-nos que o interesse de alguns segmentos mais ligados ao regime militar, tenham demonstrado interesse pela filosofia, como pressuposto de uma possível “humanização” do ensino de II grau, marcado pela falência da profissionalização do ensino médio. Isto, não deixa de ser significativo, pois a reintrodução da disciplina de filosofia, foi ocorrendo justamente no momento em que se presenciou muitos esforços

do regime em se redefinir politicamente, buscando novos instrumentos para a preservação da hegemonia político-cultural das classes dominantes.

Assim, apontamos também as posições da SEAF e de intelectuais sobre a reintrodução da filosofia em escolas do Rio de Janeiro. Proveniente de uma decisão de gabinete, os responsáveis pela sua reintrodução, sobretudo os católicos conservadores, estabeleceram um controle sobre àquelas primeiras experiências. Isto nos leva a crer que havia, sobretudo a partir das leis que previam sua reintrodução, uma vinculação ideológica do papel a ser desempenhado pela filosofia no II grau, com os princípios do regime militar.

Com relação a SEAF e seu envolvimento pela reintrodução da filosofia no II grau, podemos afirmar que ela teve uma atuação destacada no Rio de Janeiro, sede inicial e por vários anos de sua trajetória. Ela reunia os maiores pensadores da área da filosofia no Brasil, ela foi uma entidade aberta e democrática, possibilitando sobretudo, naquele momento, a participação de alunos.

A SEAF teve aos poucos, o mérito de estabelecer importante discussão nacional sobre o problema da ausência da disciplina de filosofia do II grau, contribuindo para difundir a filosofia no Brasil, tanto nas universidades quanto nas escolas de II grau.

Pelos diversos materiais didáticos publicados ao longo de sua história, principalmente sobre o ensino de filosofia no II grau, podemos afirmar que ela esteve preocupada com o seu retorno ao II grau, mas também com as questões de “o que ensinar no II grau”.

Além disso, a SEAF se destacou por sua articulação aos demais movimentos da sociedade brasileira, que naquele momento lutavam por mudanças sociais, sobretudo os da área da educação, definindo-se sem medos, receios, por uma filosofia engajada, e comprometida com os problemas dos homens e mulheres de nossa sociedade.

Podemos afirmar com certeza, que o arrefecimento da SEAF foi um dos motivos pelo esvaziamento do movimento pela reintrodução da filosofia ao II grau.

Porém, atualmente, nos defrontamos com muitas incertezas e opiniões divergentes sobre a presença obrigatória da filosofia no II grau. Nós, porém, ao reivindicarmos sua presença obrigatória nos currículos secundários, não temos a pretensão de que o mesmo se constitua como pedra de salvação para o nosso falido sistema de ensino. Assim, sua presença deverá ter no mínimo uma preocupação com o exercício de reflexão crítica, despertando nos alunos atitudes propícias ao seu desenvolvimento intelectual, e que possa prepará-los para uma prática democrática pluralista e eticamente responsável.

Diante da crença muito difundida de que a filosofia não tem nada a haver com a crítica social, de que ela deve ser apenas análise do discurso, sem juízo de valor, gostaríamos de enfatizar seu compromisso de crítica social, comprometida concretamente na mudança das pessoas. Esta mudança, aliás, se deu após os anos 80, quando havia uma ênfase maior na filosofia política e na ética.

Assim, gostaríamos de reafirmar que a filosofia é o questionamento do senso comum, dos juízos a priori, do estabelecido. A filosofia deve levar o sujeito a interrogar-

se sobre as coisas, as idéias, os fatos, as situações, os valores. Ela é uma interrogação do porquê das coisas e de nós mesmos.

Segundo (Chauí, 1995:18), “afinal, para que Filosofia? É uma pergunta interessante. Não vemos nem ouvimos ninguém perguntar, por exemplo, para que matemática ou física? Para que geografia ou geologia? Para que história ou sociologia? Para que biologia ou psicologia? Para que astronomia ou química? Para que pintura, literatura, música ou dança? Mas todo mundo acha muito natural perguntar: para que Filosofia. (...) Qual seria, então, a utilidade da filosofia? Se abandonar a ingenuidade e os preconceitos do senso comum for útil; se não se deixar guiar pela submissão às idéias dominantes e aos poderes estabelecidos for útil; se buscar compreender a significação do mundo, da cultura, da história for útil; se conhecer o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política for útil; se dar a cada um de nós e a nossa sociedade os meios para serem conscientes de si e de suas ações numa prática que deseja a liberdade e a felicidade para todos for útil, então podemos dizer que a Filosofia é o mais útil de todos os saberes de que os seres humanos são capazes”.

Finalmente, afirmamos a relevância da presença da filosofia nos currículos de II grau, à medida que pode suscitar aos alunos em acervo de questões e reflexões, que possam contribuir para despertá-los uma leitura crítica do mundo em que vivem, fornecendo elementos para a análise e a articulação da sua experiência imediata com a experiência sócio-político-cultural global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMANN, Selvino I *Política Educacional e Nível de Ensino*. Florianópolis - SC, 1979, mimeo.
- AURAS, Glády M. T. *A Formação do Professor das séries iniciais do ensino de 1º grau no âmbito da política de modernização econômica no Estado de Santa Catarina*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 1993 (Dissertação de Mestrado).
- AURAS, Marli. *Poder Oligárquico Catarinense. Da Guerra aos “Fanáticos” do Contextado à “Opção pelos pequenos”*. São Paulo: PUC, 1991 (Tese de Doutorado).
- ÁVILA, Cósimo de. *Filosofia no II grau: Documento de Brasília*. In: *A Política da Filosofia no II grau*. SEAF, 1986.
- BORGES FILHO, Nilson. *Sobre o Sagrado e o Profano. Civis e Militares na Política Brasileira*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira*. In: Durmeval T. Mendes (coord.). *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BRANDÃO, Carlos R. *A Educação como Cultura*. São Paulo: Braziliense, 1985.
- CARDOSO, Mirian L. *A Ideologia do Desenvolvimento: JK - JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

- CARMINATI, Celso J. A Filosofia no II grau: algumas reflexões. In: *O Sujeito em Questão*. Coleção Laboratório. UFSC/NUP. Florianópolis, 1994, pp. 101-107.
- CARTOLANO, Maria T. P. *Filosofia no ensino de II grau*. São Paulo: Cortez, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1993.
- CHAUÍ, Marilena. Ideologias Autoritárias e Filosofia. *Debates Filosóficos*. Nº 2 SEAF/SBPC, Rio de Janeiro, 1980, pp. 31-56.
- CHAUÍ, Marilena. O Regresso da Razão. In: *Folha de São Paulo*. 1994, p.6.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- COMBLIN, Joseph. *Ideologia e Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Política Educacional no Brasil: A profissionalização do ensino médio*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.
- FARIA, Maria do Carmo B. de e HÜHNE, Leda Miranda. Uma experiência com Filosofia no II grau. In: *A Política da Filosofia no II grau*. SEAF, pp. 93-110, 1986.
- FARIA, Maria do Carmo B. de. Filosofia como Resposta e Filosofia como Questão. *Debates Filosóficos*. Nº 2 SEAF/SBPC, pp.90-104, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

- FIORI, Neide Almeida. *Acesso ao Ensino Superior. Articulação entre o ensino de II grau e o ensino superior*. Florianópolis: UFSC, 1980, vol. 1. 1980.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 6. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.
- GASPARELLO, Arlete M. *A questão do Ensino de Filosofia no II grau*. UFF, Rio de Janeiro. 1986, (Dissertação de Mestrado).
- GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GOMES, Roberto. *Crítica da Razão Tupiniquim*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. Crise Orgânica e de Conjuntura. In: *Maquiavél, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HEGEL, Georg W. Friedrich. *Escritos Pedagógicos*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1991.
- HEGEL, Georg W. Friedrich. *Introdução à História da Filosofia*. 2. ed. Coimbra: Armenio Amado, 1961.
- IANNI, Octávio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

- INCISA, Ludovico. Populismo. In: Borberto Bobbio (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Edunb, 1993. I
- KONDER, Leandro. Filosofia e Conflito Ideológico no Brasil. In: *Textos SEAF* - Curitiba- PR, ano 2 n.3 jan/dez 1981.
- LOBO JUNIOR, Dácio T. Proposta de discussão acerca do ensino da Filosofia no II grau. In: *A Política da Filosofia no II Grau*. Rio de Janeiro: SEAF, pp. 83-91, 1986.
- MEKSENAS, Paulo. *O ensino da Sociologia na Escola Secundária*. Florianópolis: UDESC, 1995.
- MENDES, Durmeval T. Planejamento Educacional. In: *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- MORETTI, Serenito A. *Movimento Estudantil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1984.
- NÓBREGA, Odilso. *Educação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UFF, 1995, Dissertação de Mestrado.
- NUNES, César A. *A Construção de uma nova Identidade para a Filosofia no segundo grau: Contradições e Perspectivas*. UNICAMP, São Paulo, 1990 (Dissertação de Mestrado).
- PAIVA, Vanilda. *Educação Popular e Educação de Adultos*. Rio de Janeiro: Loyola, 1973.
- PEGORARO, Olinto. Filosofia: A ressurreição depois do banimento. In: *A Política da Filosofia no II grau*. SEAF, 1986.

- PEGORARO, Olinto. Identidade da SEAF. *Debates Filosóficos*. Nº 2 SEAF/SBPC, Rio de Janeiro, 1980.
- REZENDE, Antônio. *Curso de Filosofia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar/SEAF, 1992.
- REZENDE, Antônio. Recuperação da Memória do Ensino da Filosofia no II grau. In: *Debates Filosóficos*. SEAF/SBPC, 1980.
- RIBEIRO, Renato Janine Ribeiro. Filosofia no II grau. *Folha de São Paulo*, p. 6 1 maio 1994.
- ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.
- RUSSO, Hugo A. *Didática Especial da Filosofia no II Grau. Subsídios para uma teoria didática*. UNICAMP, São Paulo, 1990, (Tese de Doutorado).
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SAVIANI, Dermeval. Educação: Análise Crítica da Organização Escolar Brasileira através das leis 5.540/68 e 5692/71. In: *Do Senso Comum à Consciência Filosófica*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SCHEIBE, Leda et al. *O ensino de II grau no Brasil. Caracterização e Perspectivas*. Estado de Santa Catarina, Relatório Final, 1989.
- SEAF/UFMG. A implantação da Filosofia no II grau. Departamento da UFMG. In: *A Política da Filosofia no II grau*. SEAF, 1986.

- SILVA, Áurea O. *Aprender a calar e aprender a resistir. A pedagogia do silêncio em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1993, Dissertação de Mestrado.
- SIMON, Maria C. A Política da Filosofia no II grau. In: *Política da Filosofia no II grau*. Rio de Janeiro. SEAF, 1986.
- SIMON, Maria C. O Ensino da Filosofia no II grau: Crítica ou Alienação? In: *Filosóficos Debates*. Nº 2 SEAF/SBPC, 1980.
- SIMON, Maria Célia. *A Política da Filosofia no II grau*. 1984. mimeo.
- SOFISTE, Juarez G. (org.). *Bibliografia Básica para a Construção de Curso de Filosofia*. Núcleo de Estudos Filosóficos da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), 1996.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Arte nova, 1975.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- VENDRAMI, Paulo. *O Livro Didático de Filosofia para o II grau*. UFF, Rio de Janeiro. 1992. (Dissertação de Mestrado).
- VENTURA, Zuenir. *1968. O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.
- VIEIRA, Evaldo. *A República Brasileira -1964 -1985*. São Paulo: Editora Moderna, 1985.
- VIEIRA, Evaldo. *Democracia e Política Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e Miséria Social no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

VIOTTI DA COSTA, Emília. Liberalismo Brasileiro, uma ideologia de tantas caras.

Folhetim, nº 423, São Paulo, 24/02/85, p 7. 1985.

WARDE, Mirian J. *Educação e Estrutura Social. A profissionalização em questão*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

WARDE, Mirian J. *Liberalismo e Educação*. São Paulo: PUC, 1984 (Tese de Doutorado).